

FRANCISCO DAS CHAGAS SANTANA

**A EXPANSÃO DO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO,
CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PIAUÍ, DE 2008 A 2010:
UM ESTUDO SOBRE A LOCALIDADE DOS *CAMPI*
NO TERRITÓRIO PIAUIENSE**

A EXPANSÃO DO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO,
CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PIAUÍ, DE 2008 A 2010:
UM ESTUDO SOBRE A LOCALIDADE DOS *CAMPI*
NO TERRITÓRIO PIAUIENSE

FRANCISCO DAS CHAGAS SANTANA

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação
em Geografia da Universidade Estadual Paulista,
como requisito parcial para obtenção do título de
DOUTOR em GEOGRAFIA.

Orientadores:

Prof. Dr. Fadel David Antonio Tuma Filho – Orientador

Profa. Dra. Silvia Aparecida Guarnieri Ortigoza – Co-Orientadora

Tese nº _____ / _____

Rio Claro (SP) - 2012

Divisão de Serviços Técnicos

Catálogo da Publicação na Fonte. Universidade Estadual Paulista / Biblioteca

Santana, Francisco das Chagas.

A Expansão do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia no Estado do Piauí. de 2008 a 2010: Um estudo sobre a localidade dos *campi* no território piauiense. Francisco das Chagas Santana – Rio Claro, SP, 2012.

102 f.

Orientador: Fadel David Antonio Tuma Filho.

Co-orientadora: Sílvia Aparecida Guarnieri Ortigoza.

Tese (Doutorado) – Universidade Estadual Paulista. Programa de Pós-Graduação em Geografia. Doutorado em Geografia.

1 Geografia – Dissertação. 2 Microrregiões – Dissertação.

3 *Campi* – Dissertação. 4 Cursos Profissionalizantes – Dissertação. I Antonio Filho, Fadel David. II Ortigoza, Sílvia Aparecida Guarnieri. III Universidade Estadual Paulista. IV Título.

SP/UE/BCZM

CDU 666.32(043.3)

FRANCISCO DAS CHAGAS SANTANA

A EXPANSÃO DO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E
TECNOLOGIA DO PIAUÍ, DE 2008 A 2010: UM ESTUDO SOBRE A LOCALIDADE
DOS CAMPI NO TERRITÓRIO PIAUIENSE.

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação
em Geografia da Universidade Estadual Paulista,
como requisito parcial para obtenção do título de
DOUTOR em GEOGRAFIA.

APROVADA:

Prof. Dr. Fadel David Antonio Tuma Filho
Orientador

Profa. Doutora Sílvia Aparecida Guarnieri Ortigoza
Co-orientadora

Prof. Dr.
Examinador interno

Prof. Dr.
Examinador externo

Prof. Dr.
Examinador externo

Rio Claro (SP) – 2012

À minha esposa, companheira fiel e amiga Ana
Lúcia; aos meus filhos Dércia, Darlem e Délio,
pelo amor, compreensão e paciência.

AGRADECIMENTOS

Ao Deus Eterno, por minha vida, família e amigos sinceros.

A meus pais, Oscar Santana e Elvira Santana (*in memoriam*), pelo grande incentivo e inspiração, enquanto estavam presentes, em todas as conquistas da minha trajetória de vida.

Ao Prof. Dr. Fadel David Antonio Tuma Filho, pela dedicação e consideração no apoio fundamentais para a realização e produção desta Tese.

À Profa. Dra. Sílvia Aparecida Guarnieri Ortigoza, pelas contribuições enriquecedoras dadas na produção deste trabalho.

À Profa. Dra. Sandra Elisa Contri Pitton, pelas sábias orientações, pela simpatia e pelo respeito dedicado a mim, num momento importante do desenvolvimento deste trabalho.

Ao Instituto Federal do Piauí pela oportunidade.

A minha esposa Ana Lúcia, pelo apoio e paciência nos momentos de estudos em nossa casa.

Às professoras Elizabete Rodrigues Sales e Valdira de Caldas Brito Vieira, pelo apoio.

Aos servidores e colegas do IFPI Hugo Lenes Menezes, Vilson Ribamar Rêgo, Ivan dos Santos Oliveira, pelo apoio.

A todos os professores do doutorado, pelo compromisso, dedicação e entusiasmo demonstrados no decorrer do curso.

E, finalmente, a todos aqueles que, de maneira direta ou indireta, contribuíram para a realização deste sonho.

Bom mesmo é ir à luta, com determinação, abraçar e viver com paixão, perder com classe e vencer com ousadia, pois o triunfo pertence a quem mais se atreve. A vida é muito para ser insignificante.
(Charles Chaplin)

RESUMO

Esta pesquisa apresenta um panorama inicial da Expansão do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí (IFPI), levando em consideração o potencial humano, os arranjos produtivos e, também, as vocações e as potencialidades das microrregiões estratégicas que contribuem para o desenvolvimento do estado. Dentro dessa perspectiva, o atendimento educacional às comunidades das microrregiões do estado do Piauí, através da implantação dos *campi* do IFPI, representa um dos principais pontos de interesse do trabalho. Estudar o processo de implantação desses *campi* em território piauiense, quais os critérios para a definição do município polo, o processo de escolha e implantação dos cursos a serem ofertados em cada município polo foram, igualmente, objetos de interesse. Os *campi* do IFPI foram criados a partir da iniciativa do Governo Federal, através do Plano de Expansão que cria e implanta os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (IFs) em todo o território nacional. Para o desenvolvimento do projeto, foi realizado o mapeamento das microrregiões do Piauí, utilizando-se dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), e escolhidas as seguintes microrregiões: Médio Parnaíba Piauiense, Chapadas do Extremo Sul Piauiense, Alto Médio Canindé, Baixo Parnaíba Piauiense, São Raimundo Nonato e Alto Parnaíba Piauiense, bem como os municípios polos, dentre aqueles de maior economia, maior população e maior importância na microrregião. A implantação dos *campi*: Angical do Piauí, Corrente, Paulistana, Piripiri, São Raimundo Nonato e Uruçuí corresponde ao período de 2008 a 2010. Ainda no processo de implantação, foram feitas pesquisas de campo para levantamento de dados referentes à demanda de cursos Técnicos, Superior Tecnológico e de Licenciatura. A metodologia utilizada foi a Pesquisa de *Survey* descritiva e buscou-se identificar opiniões da população estudantil e também empresarial mediante a aplicação de questionário com perguntas objetivas para a coleta de dados referentes à demanda de cursos. A pesquisa se deu nas principais cidades de cada microrregião.

Palavras-chave: Geografia, Plano de Expansão do IFPI, Microrregiões do Piauí.

ABSTRACT

This research presents an overview of the initial expansion of the Federal Institute of Education, Science and Technology of Piauí (IFPI), taking into account the human potential, production arrangements, and also the talent and potential of micro-strategies that contribute to the development the state. Within this perspective, the educational service to the communities of the micro state of Piaui, through the implementation of the campuses of the IFPI, representing one of the main points of interest work. Studying the process of deploying these campuses in the territory of Piauí, the criteria for defining the pole municipality, the selection process and implementation of courses to be offered in each municipality pole were also objects of interest. The campuses of the IFPI were created from the Federal Government initiative through the expansion plan that creates and deploys the Federal Institutes of Education, Science and Technology (IFs) across the country. For the development of the project the microregions of Piaui were mapped, using data from the Brazilian Institute of Geography and Statistics (IBGE), choosing the following micro regions: Middle Parnaíba Piauí, Piauí Chapadas Deep South, Upper Middle Canindé, Low Parnaíba Piauiense, Nonato and Alto Parnaíba Piauí, municipalities and poles, among those of largest economy, largest population and greater importance in the micro. The implementation of the campuses: Angical of Piauí, Chain, Paulistana, São Raimundo Nonato and Uruçuí corresponds to the period from 2008 to 2010. Still in the process of implementation, field surveys were made to obtain data regarding the demand for courses Technical, Technological and Higher Degree. The methodology used was descriptive and Research Survey sought to identify opinions of the student population and also business through a questionnaire with objective questions to collect data regarding the demand for courses. The research took place in major cities of each microregion.

Keywords: Geography, Planning Expansion of the IFPI, Microregions of Piauí.

RÉSUMÉ

Cette recherche présente un panorama du début de l'expansion de l'Institut Fédéral d'Éducation, Science et Technologie du Piauí (IFPI), en prenant en compte le potentiel humain, les arrangements productifs et, aussi, les vocations et les potentialités des micro-régions stratégiques qui contribuent pour le développement de l'État. Dans cette perspective, le service éducatif dans les communautés des micro-régions de l'État du Piauí, à travers de l'implantation des *campi* du IFPI, représente un des principaux points d'intérêt du travail. Étudier le processus d'implantation de ces *campi* dans le territoire piauiense, donc les critères pour la définition du municipale pôle, le processus de choix et d'implantation des cours qui seront offerts dans chaque municipale pôle ont été également des objets d'intérêt. Les *campi* du IFPI ont été créés à l'initiative du gouvernement Fédéral à travers du plan d'Expansion qui crée et déploie les Instituts Fédéraux de l'Éducation, Science et Technologie (IFs) sur tout le territoire national. Pour le développement du projet, a été réalisée la planification des micro-régions du Piauí, en utilisant des données de l'Institut Brésilien de Géographie et Statistique (IBGE), en choisissant les micro-régions suivantes: Médio Parnaíba Piauiense, Chapadas d Extremo Sul Piauiense, Alto Médio Canindé, Baixo Parnaíba Piauiense, São Raimundo Nonato et Alto Parnaíba Piauiense, bien que les municipales pôles, parmi ceux de plus grande économie, plus grande population et la plus grande importance dans la micro-région. L'implantation des *campi* Angical du Piauí, Corrente, Paulistana, Piripiri, São Raimundo Nonato et Uruçuí correspond à la période de 2008 à 2010. Toujours dans le processus d'implantation, ont été réalisés des recherches sur le terrain pour la collecte de données concernant la demande de cours Techniques, Supérieurs Technologiques et de Licence. La méthodologie utilisée a été la Recherche de *Survey* descriptive et a cherché identifier les opinions de la population d'étudiants et aussi des entrepreneurs grâce à l'application d'un questionnaire avec des questions objectives pour la collecte de données sur la demande de cours. La recherche a eu lieu dans les principales villes de la micro-région.

Mots- clés: Géographie, Plan d'Expansion de l'IFPI, Micro-régions du Piauí.

LISTA DE MAPAS

Mapa 01 – Campi do IFPI implantados na Expansão I e II.....	35
Mapa 02 - Limites do Piauí com estados brasileiros - 2005-2007	41
Mapa 03 - Limites do Piauí com estados do Nordeste - 2005-2007	41
Mapa 04 - Microrregiões do Estado do Piauí.....	50
Mapa 05 – Localização das primeiras UNEDs da Escola Técnica Federal do Piauí	64
Mapa 06 – Expansão I e II do CEFET-PI.....	68
Mapa 07 - Estrutura multicampi após Lei 11.892, de 29 de dezembro de 2008.....	72
Mapa 08 – Localização dos <i>campi do IFPI</i> no interior do estado.....	73
Mapa 09 - Expansão do IFPI até 2013.....	89

LISTA DE QUADROS

Quadro 01 – Dados das microrregiões do Piauí – parte 1.....	51
Quadro 02 – Dados das microrregiões do Piauí – parte 2.....	52
Quadro 03 – Dados das microrregiões do Piauí – parte 3.....	53
Quadro 04 – Dados das microrregiões do Piauí – parte 4.....	54
Quadro 05 – Servidores titulados nos programas MINTER/DINTER do IFPI (2009 – 2010).....	86
Quadro 06 – Servidores em capacitação nos programas de capacitação MINTER/DINTER do IFPI.....	86
Quadro 07 – Programas MINTER do IFPI para 2012.....	86
Quadro 08 – Distribuição dos entrevistados segundo o sexo (Angical do Piauí).....	158
Quadro 09 – Distribuição dos entrevistados segundo a região onde moram (Angical do Piauí).....	158
Quadro 10 – Distribuição dos entrevistados segundo a idade (Angical do Piauí).....	158
Quadro 11 – Distribuição dos entrevistados segundo a rede de ensino Cursada (Angical do Piauí).....	158
Quadro 12 – Distribuição dos entrevistados segundo a ocorrência de de emprego (Angical do Piauí).....	159
Quadro 13 – Distribuição dos entrevistados segundo a renda familiar (Angical do Piauí).....	159
Quadro 14 – Distribuição dos entrevistados segundo o nível de Escolaridade (Angical do Piauí).....	159
Quadro 15 – Distribuição dos entrevistados segundo a preferência por cursos de nível técnico (Angical do Piauí).....	160

Quadro 16 – Distribuição dos entrevistados segundo o sexo (Corrente-PI).....	161
Quadro 17 – Distribuição dos entrevistados segundo a região onde moram (Corrente-PI).....	161
Quadro 18 – Distribuição dos entrevistados segundo a idade (Corrente-PI).....	161
Quadro 19 – Distribuição dos entrevistados segundo a rede de ensino cursada (Corrente-PI).....	161
Quadro 20 – Distribuição dos entrevistados segundo a ocorrência de emprego (Corrente-PI).....	162
Quadro 21 – Distribuição dos entrevistados segundo a renda familiar (Corrente-PI).....	162
Quadro 22 – Distribuição dos entrevistados segundo o nível de Escolaridade (Corrente-PI).....	162
Quadro 23 – Distribuição dos entrevistados segundo a preferência por cursos de nível técnico (Corrente-PI).....	163
Quadro 24 – Distribuição dos entrevistados segundo o sexo (Paulistana-PI).....	164
Quadro 25 – Distribuição dos entrevistados segundo a região onde moram (Paulistana-PI).....	164
Quadro 26 – Distribuição dos entrevistados segundo a idade (Paulistana-PI).....	164
Quadro 27 – Distribuição dos entrevistados segundo a rede de ensino cursada (Paulistana-PI).....	164
Quadro 28 – Distribuição dos entrevistados segundo a ocorrência de emprego (Paulistana-PI).....	165
Quadro 29 – Distribuição dos entrevistados segundo a renda familiar (Paulistana-PI).....	165

Quadro 30 – Distribuição dos entrevistados segundo o nível de Escolaridade (Paulistana-PI).....	165
Quadro 31 – Distribuição dos entrevistados segundo a preferência por cursos de nível técnico (Paulistana-PI).....	166
Quadro 32 – Distribuição dos entrevistados segundo o sexo(Piripiri-PI)...	167
Quadro 33 – Distribuição dos entrevistados segundo a região onde moram (Piripiri-PI).....	167
Quadro 34 – Distribuição dos entrevistados segundo a idade (Piripiri-PI).....	167
Quadro 35 – Distribuição dos entrevistados segundo a rede de ensino cursada (Piripiri-PI).....	167
Quadro 36 – Distribuição dos entrevistados segundo a ocorrência de emprego (Piripiri-PI).....	168
Quadro 37 – Distribuição dos entrevistados segundo a renda familiar (Piripiri-PI).....	168
Quadro 38 – Distribuição dos entrevistados segundo o nível de Escolaridade (Piripiri-PI)	168
Quadro 39 – Distribuição dos entrevistados segundo a preferência por cursos de nível técnico (Piripiri-PI).....	169
Quadro 40 – Distribuição dos entrevistados segundo o sexo (São Raimundo Nonato-PI).....	170
Quadro 41 – Distribuição dos entrevistados segundo a região onde moram (São Raimundo Nonato-PI).....	170
Quadro 42 – Distribuição dos entrevistados segundo a idade (São Raimundo Nonato-PI).....	170
Quadro 43 – Distribuição dos entrevistados segundo a rede de ensino Cursada (São Raimundo Nonato-PI).....	170
Quadro 44 – Distribuição dos entrevistados segundo a ocorrência de de emprego (São Raimundo Nonato-PI).....	171

Quadro 45 – Distribuição dos entrevistados segundo a renda familiar (São Raimundo Nonato-PI).....	171
Quadro 46 – Distribuição dos entrevistados segundo o nível de Escolaridade (São Raimundo Nonato-PI).....	171
Quadro 47 – Distribuição dos entrevistados segundo a preferência por cursos de nível técnico (São Raimundo Nonato-PI).....	172
Quadro 48 – Distribuição dos entrevistados segundo o sexo (Uruçuí-PI).....	173
Quadro 49 – Distribuição dos entrevistados segundo a região onde Moram (Uruçuí-PI).....	173
Quadro 50 – Distribuição dos entrevistados segundo a idade (Uruçuí-PI).....	173
Quadro 51 – Distribuição dos entrevistados segundo a rede de ensino cursada (Uruçuí-PI).....	173
Quadro 52 – Distribuição dos entrevistados segundo a ocorrência de emprego (Uruçuí-PI).....	174
Quadro 53 – Distribuição dos entrevistados segundo a renda familiar (Uruçuí-PI).....	174
Quadro 54 – Distribuição dos entrevistados segundo o nível de escolaridade (Uruçuí-PI)	174
Quadro 55 – Distribuição dos entrevistados segundo a preferência por cursos de nível técnico (Uruçuí-PI).....	175

LISTA DE FOTOS

Foto 01 – Entrada do <i>campus</i> Angical do Piauí	94
Foto 02 – Professor e estudantes em sala de aula no <i>campus</i> de Angical do Piauí	94
Foto 03 – Fachada do <i>campus</i> Corrente (em construção)	96
Foto 04 – Acesso da entrada principal do <i>campus</i> Corrente (em fase de acabamento).....	96
Foto 05 – Fachada do <i>campus</i> Paulistana (em construção).....	99
Foto 06 – Pátio interno do <i>campus</i> Paulistana (em construção).....	99
Foto 07 – Fachada do <i>campus</i> Piripiri.....	102
Foto 08 – Entrada principal do <i>campus</i> Piripiri.....	102
Foto 09 – Parte lateral do <i>campus</i> São Raimundo Nonato.....	105
Foto 10 – Guarita de entrada do <i>campus</i> São Raimundo Nonato.....	106
Foto 11 – Pátio interno do <i>campus</i> Uruçuí – 1.....	109
Foto 12 – Pátio interno do <i>campus</i> Uruçuí – 2.....	109

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 01 - Dados da população de Angical do Piauí sobre nível de instrução.....	93
Gráfico 02 - Dados da população de Angical do Piauí por classe de rendimento.....	93
Gráfico 03 - Dados da população de Corrente sobre nível de instrução..	97
Gráfico 04 - Dados da população de Corrente por classe de rendimento	97
Gráfico 05 - Dados da população de Paulistana sobre nível de instrução	100
Gráfico 06 - Dados da população de Paulistana por classe de rendimento.....	100
Gráfico 07 - Dados da população de Piri-piri sobre nível de instrução	103
Gráfico 08 - Dados da população de Piri-piri por classe de rendimento...	103
Gráfico 09 - Dados da população de São Raimundo Nonato sobre nível de instrução.....	106
Gráfico 10 - Dados da população de S. Raimundo Nonato por classe de rendimento.....	107
Gráfico 11 - Dados da população de Uruçuí sobre nível de instrução.....	110
Gráfico 12 - Dados da população de Uruçuí por classe de rendimento..	110
Gráfico 13 - Distribuição dos entrevistados segundo o sexo em Angical	113
Gráfico 14 – Distribuição dos entrevistados segundo a região onde Moram em Angical.....	114
Gráfico 15 – Distribuição dos entrevistados segundo a idade em Angical.....	115
Gráfico 16 – Distribuição dos entrevistados segundo a rede de ensino cursada em Angical.....	115

Gráfico 17 – Distribuição dos entrevistados segundo a ocorrência de emprego em Angical.....	116
Gráfico 18 – Distribuição dos entrevistados segundo a renda familiar em Angical.....	117
Gráfico 20 – Distribuição dos entrevistados segundo a preferência por cursos de nível técnico em Angical.....	119
Gráfico 21 – Distribuição dos entrevistados segundo o sexo em Corrente.....	119
Gráfico 22 – Distribuição dos entrevistados segundo a região onde moram em Corrente.....	120
Gráfico 23 – Distribuição dos entrevistados segundo a idade em Corrente.....	121
Gráfico 24 – Distribuição dos entrevistados segundo a rede de ensino cursada em Corrente.	121
Gráfico 25 – Distribuição dos entrevistados segundo a ocorrência de emprego em Corrente.....	122
Gráfico 26 – Distribuição dos entrevistados segundo a renda familiar em Corrente.....	123
Gráfico 27 – Distribuição dos entrevistados segundo o nível de escolaridade em Corrente.....	124
Gráfico 28 – Distribuição dos entrevistados segundo a preferência por cursos de nível técnico em Corrente.....	125
Gráfico 29 – Distribuição dos entrevistados segundo o sexo em Paulistana.....	126
Gráfico 30 – Distribuição dos entrevistados segundo a região onde moram em Paulistana.....	126
Gráfico 31 – Distribuição dos entrevistados segundo a idade em Paulistana.....	127

Gráfico 32 – Distribuição dos entrevistados segundo a rede de ensino cursada em Paulistana.....	128
Gráfico 33 – Distribuição dos entrevistados segundo a ocorrência de emprego em Paulistana.....	128
Gráfico 34 – Distribuição dos entrevistados segundo a renda familiar em Paulistana.....	129
Gráfico 35 – Distribuição dos entrevistados segundo o nível de escolaridade em Paulistana.....	130
Gráfico 36 – Distribuição dos entrevistados segundo a preferência por cursos de nível técnico em Paulistana.....	131
Gráfico 37 – Distribuição dos entrevistados segundo o sexo em Piripiri.	131
Gráfico 38 – Distribuição dos entrevistados segundo a região onde moram em Piripiri.....	132
Gráfico 39 – Distribuição dos entrevistados segundo a idade em Piripiri.	133
Gráfico 40 – Distribuição dos entrevistados segundo a rede de ensino cursada em Piripiri.....	133
Gráfico 41 – Distribuição dos entrevistados segundo a ocorrência de emprego em Piripiri.....	134
Gráfico 42 – Distribuição dos entrevistados segundo a renda familiar em Piripiri.....	135
Gráfico 43 – Distribuição dos entrevistados segundo o nível de escolaridade em Piripiri.....	135
Gráfico 44 – Distribuição dos entrevistados segundo a preferência por cursos de nível técnico em Piripiri.....	136
Gráfico 45 – Distribuição dos entrevistados segundo o sexo em São Raimundo Nonato.....	137
Gráfico 46 – Distribuição dos entrevistados segundo a região onde moram em São Raimundo Nonato.....	137

Gráfico 47 – Distribuição dos entrevistados segundo a idade em São Raimundo Nonato.....	138
Gráfico 48 – Distribuição dos entrevistados segundo a rede de ensino cursada em São Raimundo Nonato.....	139
Gráfico 49 – Distribuição dos entrevistados segundo a condição de emprego em São Raimundo Nonato.....	139
Gráfico 50 – Distribuição dos entrevistados segundo a renda familiar mensal em São Raimundo Nonato.....	140
Gráfico 51 – Distribuição dos entrevistados segundo o nível de escolaridade em São Raimundo Nonato.....	141
Gráfico 52 – Distribuição dos entrevistados segundo a preferência por cursos de nível técnico em São Raimundo Nonato.....	141
Gráfico 53 – Distribuição dos entrevistados segundo o sexo em Uruçuí.	142
Gráfico 54 – Distribuição dos entrevistados segundo a região onde moram em Uruçuí.....	142
Gráfico 55 – Distribuição dos entrevistados segundo a idade Uruçuí.....	143
Gráfico 56 – Distribuição dos entrevistados segundo a rede de ensino cursada Uruçuí.....	144
Gráfico 57 – Distribuição dos entrevistados segundo a ocorrência de emprego Uruçuí.....	144
Gráfico 58 – Distribuição dos entrevistados segundo a renda familiar Uruçuí.....	145
Gráfico 59 – Distribuição dos entrevistados segundo o nível de escolaridade Uruçuí.....	146
Gráfico 60 – Distribuição dos entrevistados segundo a preferência por cursos de nível técnico Uruçuí.....	147

ABREVIATURAS

- ABNT** - Associação Brasileira de Normas Técnicas
- AGB** - Associação dos Geógrafos Brasileiros
- ASCOM** – Assessoria de Comunicação
- CEB** - Câmara de Educação Básica
- CEFET-PI** - Centro Federal de Educação Tecnológica do Piauí
- FUNDAÇÃO CEPRO** – Centro de Pesquisas Econômicas e Sociais do Piauí
- CNE** - Conselho Nacional de Educação
- DCNEM** - Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio
- ETEF-PI** - Escola Técnica Federal do Piauí
- IFPD-PI** – Instituto Fecomércio de Pesquisa e Desenvolvimento do Piauí
- IFPI** - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí
- IBGE** - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
- LDB** - Lei de Diretrizes e Bases da Educação
- LDBN** - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
- MEC** - Ministério da Educação e Cultura
- SETEC** - Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
- PNUD** - Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
- PNAD** - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios
- PREMEN** - Programa de Expansão e Melhoria do Ensino
- SEBRAE** – Serviço Brasileiro de Aprendizagem
- SENAC** - Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial
- SENAI** - Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	26
CAPÍTULO 1 - CONTEXTUALIZANDO AS POLÍTICAS PÚBLICAS E A REDE FEDERAL DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA NO BRASIL.....	28
CAPÍTULO 2 - METODOLOGIA.....	31
2.1 Percurso Metodológico.....	31
2.2 População da Pesquisa.....	34
2.3 Instrumento de Coleta de Dados.....	36
2.4 Técnicas de Análise	39
CAPÍTULO 3 – FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA.....	40
3.1 Aspectos geográficos do Estado do Piauí.....	40
3.2 Aspectos econômicos do Piauí	42
3.3 O Instituto Federal do Piauí no contexto socioeconômico do Piauí.....	46
3.4 Microrregiões do Estado do Piauí	49
CAPÍTULO 4 – EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA NO PIAUÍ: Breve Histórico	55
4.1 Instalação da Escola de Aprendizes Artífices do Piauí (EAAPI).....	56
4.2 Outras Denominações da Escola de Aprendizes Artífices do Piauí (EAAPI)	58
4.2.1 CEFET-PI: A Aceleração do Crescimento a Partir de 2005	65
4.2.2 CEFET-PI: Educação de Excelência Além das Fronteiras.....	67
4.2.3 Educação com Responsabilidade Social.....	69
4.3 Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí (IFPI): Um novo modelo de Instituição	70
CAPÍTULO 5 – POLÍTICAS PÚBLICAS E A EDUCAÇÃO PROFISSIONAL TECNOLÓGICA	77
5.1 Educação Profissional ao alcance de todos.....	77
5.2 Institutos Federais em Território Brasileiro	79
5.3 O IFPI na Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica.....	82
CAPÍTULO 6 - A EXPANSÃO DO INSTITUTO FEDERAL DO PIAUÍ A PARTIR DE 2008.	88

6.1 As microrregiões do Piauí e a implantação dos <i>campi</i> do IFPI	90
6.1.1 Microrregião do Médio Parnaíba Piauiense: <i>Campus</i> Angical do Piauí	91
6.1.2 Microrregião das Chapadas do Extremo Sul Piauiense: <i>Campus</i> Corrente	95
6.1.3 Microrregião do Alto Médio Canindé: <i>Campus</i> Paulistana	98
6.1.4 Microrregião do Baixo Parnaíba Piauiense: <i>Campus</i> Piripiri	101
6.1.5 Microrregião de São Raimundo Nonato: <i>Campus</i> São Raimundo Nonato	104
6.1.6 Microrregião do Alto Parnaíba Piauiense: <i>Campus</i> Uruçuí	107
CAPÍTULO 7 – RESULTADOS DA PESQUISA	111
7.1 Sobre o referencial para a formatação dos Questionários aplicados	111
7.2 Caracterização da população quanto à demanda por cursos de formação profissional.	113
7.2.1 Microrregião do Médio Parnaíba Piauiense (ANGICAL – PI)	113
7.2.1.1 Distribuição dos entrevistados segundo o sexo	113
7.2.1.2 Distribuição dos entrevistados segundo a região onde mora	114
7.2.1.3 Distribuição dos entrevistados segundo a idade	114
7.2.1.4 Distribuição dos entrevistados segundo a rede de ensino cursada.....	115
7.2.1.5 Distribuição dos entrevistados segundo a ocorrência de emprego	116
7.2.1.6 Distribuição dos entrevistados segundo a renda familiar	116
7.2.1.7 Distribuição dos entrevistados segundo o nível de escolaridade	117
7.2.1.8 Distribuição dos entrevistados segundo a preferência por cursos de nível técnico	118
7.3 Microrregião das Chapadas do Extremo Sul Piauiense (CORRENTE - PI)	119
7.3.1 Distribuição dos entrevistados segundo o sexo	119
7.3.2 Distribuição dos entrevistados segundo a região onde mora	120
7.3.3 Distribuição dos entrevistados segundo a idade	120
7.3.4 Distribuição dos entrevistados segundo a rede de ensino cursada.....	121
7.3.5 Distribuição dos entrevistados segundo a ocorrência de emprego	122
7.3.6 Distribuição dos entrevistados segundo a renda familiar	123
7.3.7 Distribuição dos entrevistados segundo o nível de escolaridade	124

7.3.8 Distribuição dos entrevistados segundo a preferência por cursos de nível técnico.....	124
7.4 MICRORREGIÃO DO ALTO MÉDIO CANINDÉ (PAULISTANA – PI).....	125
7.4.1 Distribuição dos entrevistados segundo o sexo	125
7.4.2 Distribuição dos entrevistados segundo a região onde mora	126
7.4.3 Distribuição dos entrevistados segundo a idade	127
7.4.4 Distribuição dos entrevistados segundo a rede cursada	127
7.4.5 Distribuição dos entrevistados segundo a ocorrência de emprego	128
7.4.7 Distribuição dos entrevistados segundo o nível de escolaridade	129
7.4.8 Distribuição dos entrevistados segundo a preferência por cursos de nível técnico.....	130
7.5 MICRORREGIÃO DO BAIXO PARNAÍBA PIAUIENSE (PIRIPIRI – PI).....	131
7.5.1 Distribuição dos entrevistados segundo o sexo	131
7.5.2 Distribuição dos entrevistados segundo a idade	132
7.5.3 Distribuição dos entrevistados segundo a rede de ensino cursada.....	133
7.5.4 Distribuição dos entrevistados segundo a ocorrência de emprego	134
7.5.5 Distribuição dos entrevistados segundo a renda familiar	134
7.5.6 Distribuição dos entrevistados segundo o nível de escolaridade	135
7.5.7 Distribuição dos entrevistados segundo a preferência por cursos de nível técnico.....	136
7.6 MICRORREGIÃO DE SÃO RAIMUNDO NONATO.....	137
7.6.1 Distribuição dos entrevistados por sexo	137
7.6.2 Distribuição dos entrevistados segundo a região onde mora	137
7.6.3 Distribuição dos entrevistados segundo a idade.	138
7.6.5 Distribuição dos entrevistados segundo a ocorrência de emprego	139
7.6.7 Distribuição dos entrevistados segundo o nível de escolaridade	140
7.6.8 Distribuição dos entrevistados segundo a preferência por cursos de nível técnico.....	141
7.7 MICRORREGIÃO DO ALTO PARNAÍBA PIAUIENSE (URUÇUÍ – PI).....	142
7.7.1 Distribuição dos entrevistados segundo o sexo	142

7.7.3 Distribuição dos entrevistados segundo a idade	143
7.7.4 Distribuição dos entrevistados segundo a rede de ensino cursada.....	143
7.7.5 Distribuição dos entrevistados segundo a ocorrência de emprego	144
7.7.6 Distribuição dos entrevistados segundo a renda familiar	145
7.7.7 Distribuição dos entrevistados segundo o nível de escolaridade	145
7.7.8 Distribuição dos entrevistados segundo a preferência por cursos de nível técnico.....	146
CONSIDERAÇÕES FINAIS	148
REFERÊNCIAS	150
APÊNDICE	157

INTRODUÇÃO

A presente tese foi planejada para ser trabalhada no período de 2008 a 2010. O interesse pelo tema surgiu devido às grandes mudanças ocorridas no cenário educacional brasileiro, em especial no estado do Piauí, mais precisamente no que se refere à Expansão da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica.

Este trabalho representa a materialização de estudos e de pesquisas que se iniciaram no âmbito do Mercado de Trabalho e da Educação Profissional e Tecnológica, esta última representada pelas ações do Instituto Federal do Piauí, (IFPI) a partir de 2008. Sua proposta é a de subsidiar as tomadas de decisões e, ainda, o gerenciamento da Reitoria do IFPI, em relação à implantação dos *campi* da Instituição previstos nas Fases I e II da Expansão da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica, bem como orientar a atuação dos gestores desses novos *campi* no planejamento e análise das ações em relação à implantação e funcionamento dos mesmos.

Os estudos e as pesquisas para a implantação dos *campi*: Angical do Piauí, situado na microrregião do Médio Parnaíba Piauiense; *campus* Corrente, situado na microrregião das Chapadas do Extremo Sul Piauiense; Paulistano, situado na microrregião do Alto Médio Canindé; *campus* Piripiri, situado na microrregião do Baixo Parnaíba Piauiense; São Raimundo Nonato, situado na microrregião de São Raimundo Nonato, e o *campus* Uruçuí, situado na microrregião do Alto Parnaíba Piauiense, subsidiam as referências que dão suporte às escolhas e às definições dos Eixos da Educação Profissional e Tecnológica e dos cursos a serem ofertados; à implantação de programas de pesquisa e de extensão viáveis à realidade regional e local, bem como aos aspectos que devem nortear a interação entre a Instituição e os gestores, os empresários e os movimentos sociais/organizações da sociedade civil presentes nos contextos de atuação dos *campi* do IFPI.

Portanto, este estudo, denominado “*A Expansão do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí, de 2008 a 2010: Um estudo sobre a*”

localidade dos campi no território piauiense”, visa dar uma contribuição para a educação no Estado e Região, tendo em vista que, com a expansão do IFPI, grandes mudanças vêm ocorrendo, surgindo com isso oportunidades para a comunidade estudantil, empresários da cidade, gestores e profissionais da educação. Essa política pública do Governo Federal contribui para melhorar a qualidade da educação profissional e tecnológica, o mercado profissional e as condições socioeconômicas da comunidade piauiense.

Este trabalho dividiu-se em sete capítulos. O primeiro procura contextualizar as políticas públicas do governo federal e à educação profissional e tecnológica, no Brasil tendo como foco o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí (IFPI). No segundo capítulo discorre-se sobre a metodologia utilizada para o levantamento dos dados coletados nas cidades polo das microrregiões do Piauí, o percurso metodológico, a população da pesquisa, os instrumentos utilizados para a coleta de dados e a técnica de análise dos dados coletados. O terceiro capítulo destaca a fundamentação teórica necessária para o desenvolvimento da pesquisa, na qual abordamos os aspectos geográficos e econômicos do Piauí, procurando contextualizar nesse cenário as ações do IFPI. O quarto capítulo discorre sobre a história do IFPI e as mudanças ocorridas a partir de sua instalação no Piauí, com a denominação de Escola de Aprendizes Artífices em 1909 e finaliza abordando características do IFPI e sua gestão diferenciada. No quinto capítulo procuramos focar mais o que diz respeito às políticas públicas e à educação profissional tecnológica disponibilizada para a população brasileira através dos Institutos Federais. No sexto destacamos a expansão do Instituto Federal do Piauí a partir de 2008, dando evidência para as microrregiões do Piauí e o processo de implantação dos campi nos municípios polos. No sétimo capítulo abordamos os resultados obtidos na pesquisa de campo, os quais embasam toda a pesquisa. São demonstrados os resultados e levantamento da caracterização da população quanto à demanda por cursos de formação profissional. Por fim, as considerações finais.

CAPÍTULO 1 - CONTEXTUALIZANDO AS POLÍTICAS PÚBLICAS E A REDE FEDERAL DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA NO BRASIL

O Brasil tem passado por várias transformações nas últimas décadas. Avanços na inovação tecnológica, incentivo à pesquisa e valorização da Educação Profissional Técnica e Tecnológica são alguns exemplos. Essas mudanças vêm proporcionando um novo pensar e agir em torno da relação País/Estado/Espaço, proporcionando uma realidade diferente no que se refere ao desenvolvimento urbano e rural sustentável, em especial aquelas que refletem nas recentes políticas públicas destinadas à educação no interior do país.

Nesse contexto, as políticas de expansão da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica para os espaços rural e urbano começam a ocorrer, de maneira igualitária, ainda que de forma inicial, privilegiando o planejamento educacional nos espaços urbano e rural, com valorização dos indivíduos como forma de promover o desenvolvimento do País.

O Piauí é um dos estados da região nordeste que conta com uma Instituição de Ensino da Rede Federal e Tecnológica com oferta de cursos profissionalizantes nos níveis técnico e tecnológico. Em 2008, com a transformação do Centro Federal de Educação Tecnológica do Piauí (CEFET-PI) em Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí (IFPI), ampliaram-se as oportunidades de profissionalização no interior do estado. Tal fato promove, através da educação, o desenvolvimento das potencialidades nas microrregiões do estado.

Embora seja conhecido pelo seu alto índice de pobreza, o Piauí tem potencialidades, tanto na área turística, mais precisamente na microcorregião de São Raimundo Nonato, quanto na área de produção de alimentos, a exemplo da região de Uruçuí e Corrente. Determinadas experiências vêm sendo realizadas com êxito no que se refere à produção de alimentos, merecendo destaque as trabalhadas

com o mel, o caju, a ovinocaprinocultura e a apicultura. Existem no interior do Piauí potencialidades também para outras atividades, que se adaptariam muito bem às características geoambientais das microrregiões em estudo (FIEPI, 2009).

De acordo com o que determina o Ministério da Educação (MEC), Lei 11.892, de 29 de dezembro de 2008, os Institutos Federais têm por finalidades e características: ofertar educação profissional e tecnológica, em todos os seus níveis e modalidades, formando e qualificando cidadãos com vistas à atuação profissional nos diversos setores da economia, com ênfase no desenvolvimento socioeconômico local, regional e nacional; desenvolver a educação profissional e tecnológica como processo educativo e investigativo de geração e adaptação de soluções técnicas e tecnológicas às demandas sociais e peculiaridades regionais; promover a integração e a verticalização da educação básica à educação profissional e educação superior, otimizando a infraestrutura física, os quadros de pessoal e os recursos de gestão; orientar sua oferta formativa em benefício da consolidação e fortalecimento dos arranjos produtivos, sociais e culturais locais, identificados com base no mapeamento das potencialidades de desenvolvimento socioeconômico e cultural no âmbito de atuação do Instituto Federal.

Tendo como referencial as políticas da educação do governo federal, esta pesquisa estuda a Expansão do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí (IFPI), suas políticas de implantações e as ações para definição e escolha dos cursos a serem implantados no *campus* de cada município polo das microrregiões.

Com base nesse panorama, colocou-se como questão principal da tese: que transformações podem ocorrer no interior piauiense em virtude do acesso à educação profissionalizante através da Expansão da Rede Federal de Educação? Como desdobramento da questão principal verificou-se: a contribuição dos projetos de implantação dos *campi* do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia e a expectativa da comunidade estudantil e empresarial no que se refere à oferta de cursos profissionalizantes para geração de trabalho e renda; a inserção dos

estudantes da zona rural no mercado, através da oferta de cursos técnicos e tecnológicos; os critérios de escolha e definição do município para a implantação de um *campus* do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí.

A presente tese tem como objetivo geral analisar a contribuição do IFPI, através da implantação dos seus *campi*, e a consequente alteração do espaço urbano e rural dos municípios piauienses, a partir dessas implantações.

Com o propósito de alcançar o escopo fundamental desta pesquisa, foram definidos objetivos mais específicos: definir as decisões do IFPI em relação à implantação dos *campi* da Instituição previstos nas Fases I e II de Expansão da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica; Identificar as características das microrregiões do Piauí e os critérios de decisão para a escolha do município polo para a implantação de um *campus* do IFPI; Descrever os procedimentos adotados que norteiam a escolha dos cursos que serão ministrados nos *campi* do IFPI; Verificar a expectativa da comunidade estudantil e empresarial no que se refere à oferta de cursos profissionalizantes para geração de trabalho e renda.

Diante do exposto, justifica-se a contribuição social e a relevância acadêmica da realização de um trabalho de pesquisa a exemplo deste que ora é proposto.

CAPÍTULO 2 - METODOLOGIA

Conforme Demo (1995, p. 11), “Metodologia é uma preocupação instrumental. Trata das formas de se fazer ciência. Cuida dos procedimentos, das ferramentas, dos caminhos”.

Para Antônio Filho (2009, p.90)

A metodologia é base fundamental para qualquer tipo de pesquisa. Todo projeto de pesquisa deve conter claramente a metodologia na qual está embasado. Não deve ser confundida com os procedimentos técnicos, que alguns autores costumam chamar de ‘método de aplicação’.

Segundo Suely Deslandes (2011, p. 47), a metodologia considera a exposição da fase de pesquisa de campo (escolha do espaço da pesquisa, critérios e estratégias para a escolha do grupo/sujeitos de pesquisa, a definição de métodos, técnicas) e instrumentos para a construção dos dados e os procedimentos para análise.

Na presente pesquisa, uma das principais variáveis que se desejava conhecer era a caracterização dos gestores da educação, profissionais da área e da população estudantil quanto à demanda por cursos de formação profissional. Para tanto, foi elaborado um questionário com opções de cursos, sob orientação do Catálogo Nacional de Cursos Técnicos e Catálogo Nacional de Cursos Superiores de Tecnologia. O referido documento serviu de guia para referenciar a investigação, tendo como universo amostral estudantes, educadores, instituições e redes de ensino público.

2.1 Percurso Metodológico

O percurso metodológico contemplado neste projeto foi o da pesquisa *Survey*, muito usada na educação, quando abrange um número maior de respondentes, esta

consiste na coleta de dados ou informações a respeito dos aspectos, atitudes e pensamentos de um agrupamento de indivíduos, representativo de uma população alvo, mediante a utilização de diversos meios, tais como: aplicação de questionários, entrevistas, análise documental, pesquisa na plataforma Web e bibliográfica. Neste último caso, a investigação deparou-se com uma grande restrição, ou seja, a escassez de material escrito sobre o objeto de estudo (livros, revistas e outros tipos de periódicos), tendo em vista o ineditismo do tema (Cf. FREITAS, OLIVEIRA, SACCOL e MOSCAROLA, 2000, p.105-112).

Ao que se refere à pesquisa *Survey*, Bruno Malheiros ressalta que:

O cerne desse método consiste em identificar em uma determinada população ou amostra fatores que a caracterizam ou que possa justificar um determinado evento. Para isso são utilizados questionários, entrevistas e outros instrumentos que permitam mensurar ou descrever (2011, p. 88).

A presente pesquisa contemplou a abordagem quantitativa e qualitativa, incluindo a atividade de trabalho de campo, com a aplicação de questionários com questões objetivas e entrevistas semiestruturadas. Alguns autores acreditam que esse procedimento de pesquisa é claramente quantitativo, na medida em que é orientado pela “contagem” de respostas. Isso talvez se deva ao excessivo uso de questionários que tem ocorrido nas duas últimas décadas (MALHEIROS, 2011).

Moreira e Caleffe (apud MALHEIROS, 2011) discordam, afirmando que:

O maior objetivo desse modelo de pesquisa é: descrever uma situação como ela é. Não é uma pesquisa experimental e, portanto, pode ser também qualitativa. As entrevistas, por exemplo, não permitem a tabulação dos dados, mas são essencialmente um levantamento e, portanto, uma pesquisa *survey* (2008).

Realmente, procurou-se em todos os passos da pesquisa, desde as referências consultadas até a análise dos dados, retratar de forma fidedigna a realidade dos fatos investigados. Assim, à medida que ela responde a questões

muito particulares dos sujeitos entrevistados, o modelo caracteriza-se também como sendo pesquisa qualitativa.

Segundo Suely Deslandes (2011):

A pesquisa científica busca ultrapassar o senso comum (que por si já é uma construção da realidade) através do método científico. O método científico permite que a realidade social seja reconstruída enquanto objeto do conhecimento, através de um processo de categorização (possuidor de características específicas que unem dialeticamente o teórico e o empírico).

Como se pode observar, o conhecimento da metodologia e o domínio da técnica e dos instrumentos para a coleta de dados favorecem a viabilização da produção do conhecimento.

Como as políticas públicas precisam de algum tempo para serem devidamente avaliadas e a implantação dos IFs é muito recente, a pesquisa que deu origem a este texto se propôs, inicialmente, a registrar historicamente o processo e tecer algumas considerações políticas tomando por base dados já conhecidos da história da educação profissional. A continuidade dos estudos sobre o assunto vai depender de novas observações e registros. O êxito do projeto pode estar associado à fiscalização e vigilância constantes, para que se tenha tempo de corrigir possíveis desvios.

O objeto de estudo desta pesquisa, que antecede a implantação dos *campi*, consiste no levantamento de dados para constarem no projeto de Expansão do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia no Estado do Piauí (IFPI). Para tanto, leva-se em consideração a localidade, o potencial humano, arranjos produtivos e os recursos das microrregiões estratégicas para o desenvolvimento do Estado, bem como o que se refere ao atendimento educacional às comunidades das microrregiões do estado do Piauí.

Oferecer um ensino profissionalizante com qualidade superior, com vistas à inserção no mundo do trabalho, melhorando a empregabilidade e renda, é um dos maiores objetivos do plano de expansão do IFPI.

Dentro dos recursos e das estratégias utilizadas na pesquisa, ressalta-se a participação de um grupo de professores e alunos do IFPI que se disponibilizaram em contribuir para a realização desse trabalho. O grupo se deslocou até as cidades polos para aplicação dos questionários. Destacamos que no período da pesquisa houve troca dos colaboradores, sendo que a cada município um grupo novo se formava para aplicação dos questionários. Esse procedimento se deu de forma harmoniosa pelo fato dos questionários constarem apenas perguntas objetivas.

2.2 População da Pesquisa

Nesta pesquisa, consideraram-se os seis municípios polos das microrregiões piauienses. Esses municípios foram definidos, anteriormente, para terem um campus do IFPI, mediante critérios orientados pelo Governo Federal, segundo localidade na microrregião, número de habitantes, abrangência dentre outros.

A população pesquisada consistiu em gestores da educação, comunidade estudantil de escolas públicas estaduais e municipais da zona rural e urbana, e ainda micro e pequenos empresários do município pesquisado.

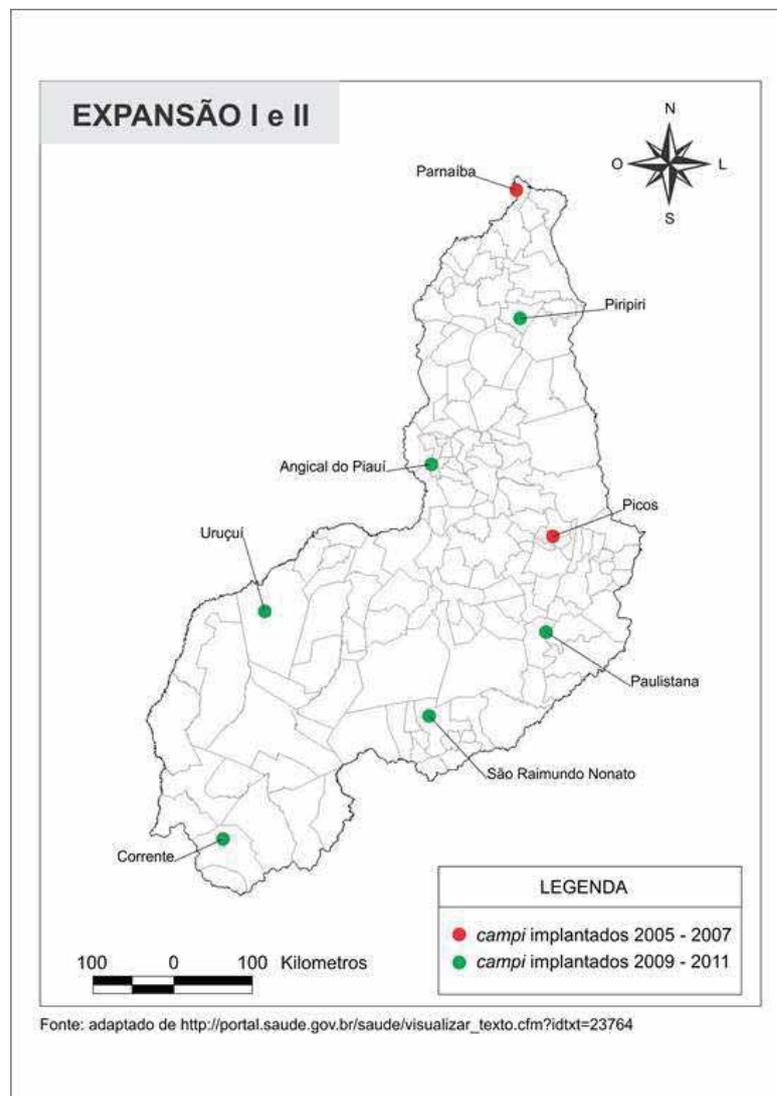
Faria (apud SILVA FILHO, 2005) descreve com bastante propriedade a população de uma pesquisa quando afirma que a população pode ser formada por pessoas, famílias, estabelecimentos industriais ou qualquer outro tipo de elementos, dependendo basicamente dos objetivos da pesquisa.

Os estudos para a implantação dos *campi* do IFPI proporcionam um referencial que baliza as definições das modalidades de Educação Profissional e Tecnológica, igualmente, os cursos a serem ofertados, a implementação de programas de pesquisa e de extensão possíveis para a localidade, bem como a forma da organização acadêmica mais adequada. Para tanto, definem os aspectos que devem nortear a interação entre a Instituição e comunidades presentes nos contextos de atuação do IFPI, por meio de sua expansão (mapa 01).

A implantação dos *campi* nos municípios polos ocorreu assim: na microrregião do Médio Parnaíba Piauiense, a cidade escolhida foi Angical do Piauí,

com o *Campus* Angical; na microrregião das Chapadas do Extremo Sul Piauiense, a cidade escolhida foi Corrente, com o *campus* Corrente; na microrregião do Alto Médio Canindé, a cidade escolhida foi Paulistana, com o *campus* Paulistana; na microrregião do Baixo Parnaíba Piauiense, a cidade escolhida foi Piri-piri do Piauí, com o *campus* Piri-piri; na microrregião de São Raimundo Nonato, a cidade escolhida foi São Raimundo Nonato, com o *campus* São Raimundo Nonato, e na microrregião do Alto Parnaíba Piauiense a cidade escolhida foi Uruçuí, com o *campus* Uruçuí.

Mapa 01 – Campi do IFPI implantados na Expansão I e II.



Para garantir a fidedignidade do caráter científico da pesquisa, optou-se pela adequação de variadas técnicas para a coleta de dados. Iniciou-se com uma pesquisa bibliográfica e documental no que se refere o Programa de Expansão da Rede Federal, para a fundamentação teórica da pesquisa.

Após essa primeira etapa, e com a finalidade de conhecer a realidade pesquisada, buscaram-se informações que agregassem valor ao trabalho através de visita à Prefeitura Municipal – Secretaria de Educação e SEBRAE, objetivando identificar as políticas públicas e as práticas de gestão educacional do Governo Municipal.

Para obtenção de dados primários foram elaborados dois questionários, sendo um aplicado na comunidade estudantil e nos gestores das escolas públicas da zona rural e urbana e outro destinado ao empresariado do município polo, através da escolha aleatória.

2.3 Instrumento de Coleta de Dados

Para a coleta de dados e tratamento quantitativo, foi realizada entrevista semiestruturada com perguntas de tipo fechadas. Para tanto, foram aplicados questionários desenvolvidos a partir do Catálogo Nacional dos Cursos Técnicos e Tecnológicos, disponível no Portal do Ministério da Educação (MEC).

Foram elaborados dois questionários para esta investigação: o primeiro (Apêndice A) foi composto por 12 (doze) questões relacionadas à caracterização da população estudantil quanto à demanda por cursos de formação profissional em nível técnico, contendo também questões que se destinam a determinar o interesse dos gestores da educação e da comunidade estudantil por cursos tecnológicos de nível superior.

Quanto ao tratamento dado à caracterização do setor privado, foi realizada uma entrevista semiestruturada contendo 11 (onze) questões (Apêndice B), referentes à demanda por mão de obra, mais precisamente às micro e pequenas empresas escolhidas aleatoriamente no município pesquisado.

As pesquisas de campo foram realizadas a partir de 2007. Na oportunidade, foram entrevistados prefeitos e/ou secretários municipais, empresários, servidores públicos da educação e a comunidade estudantil. As entrevistas com os gestores do municípios teve o objetivo de obter mais informações sobre as demandas da região sob o ponto de vista de seus arranjos produtivos. Foram ainda coletados dados alternativos e/ou complementares àqueles obtidos nos bancos de dados do IBGE, SEBRAE, dentre outros órgãos públicos.

Para determinar o tamanho da amostra, foi realizado um trabalho de definição dos municípios a serem pesquisados sob orientação do Governo Federal conforme mencionamos anteriormente. Para tanto, foram indicadas três cidades de cada microrregião, a saber: na microrregião do Médio Parnaíba Piauiense a pesquisa foi realizada nas cidades de Angical do Piauí, Água Branca e Amarante, com 581 pesquisados; na microrregião das Chapadas do Extremo Sul Piauiense a pesquisa foi realizada nas cidades de Corrente, Avelino Lopes e Cristalândia do Piauí, com 1052 pesquisados; na microrregião do Alto Médio Canindé a pesquisa foi realizada nas cidades de Paulistana, São João do Piauí e Simões, com 524 pesquisados; na microrregião do Baixo Parnaíba Piauiense a pesquisa foi realizada nas cidades de Piripiri, Barras e Esperantina, com 1187 pesquisados; na microrregião de São Raimundo Nonato a pesquisa foi realizada nas cidades de São Raimundo Nonato, Canto do Buriti e Anísio de Abreu, com 653 pesquisados, e na microrregião do Alto Parnaíba Piauiense a pesquisa foi realizada nas cidades de Uruçuí, Ribeiro Gonçalves e Baixa Grande do Ribeiro, com 1048 pesquisados.

No processo de investigação fez-se observação *in loco*, com vistas a reconhecer tendências presentes nos diferentes aspectos, coletar expectativas dos

gestores públicos e dos empresários, identificando necessidades nos campos de ensino, pesquisa e extensão nos referidos municípios.

Os parâmetros norteadores da identificação das possíveis modalidades de atuação e dos cursos a serem oferecidos pelos *Campi* foram determinados pelo Estatuto do IFPI, pelo Catálogo Nacional de Cursos Técnicos, pelo Catálogo Nacional de Cursos Superiores de Tecnologia, pelos Arranjos Produtivos Locais (APLs) identificados pelo IBGE e pelo SEBRAE.

Os municípios polos contemplados e as suas áreas de influência possuem uma estrutura de Ensino Fundamental e Médio que oferece educação em todas as suas modalidades, à exceção do Ensino Técnico-Profissionalizante.

Em termos de operacionalidade, no que se refere à realização da pesquisa, um grupo de discentes e docentes do hoje Instituto Federal do Piauí foi aos municípios polos onde se pretendia implantar um *campus* do IFPI. A técnica utilizada foi a entrevista pessoal do público-alvo, com aplicação de questionários a profissionais da Secretaria de Educação, comunidade estudantil, profissionais das Escolas da Rede Estadual e Municipal e, ainda, micros e pequenos empresários do município.

Para tanto, a equipe marcou, antecipadamente, com a Prefeitura e os Gestores da Educação, os dias e os horários para a aplicação dos questionários nos municípios polos das microrregiões piauienses.

Segundo Minayo (2011, p.61):

O trabalho de campo permite a aproximação do pesquisador da realidade sobre a qual formulou uma pergunta, mas também estabelecer uma interação com os “atores” que conformam a realidade e, assim, constrói um conhecimento empírico importantíssimo.

Nesse sentido, as relações de cooperação firmam experiências enriquecedoras que favorecem a investigação. No entanto, o trabalho de campo

deve ser realizado mediante fundamentação teórica e ações que favoreçam os aspectos operacionais da pesquisa.

2.4 Técnicas de Análise

Com a utilização do método estatístico descritivo, que consiste na produção de figuras e tabelas para simular as informações legítimas levantadas, técnica esta que facilita a melhor compreensão dos dados, foi possível planejar e obter dados para posterior organização, síntese, análise e interpretação.

Desse modo, com a tabulação das variáveis analisadas, chegou-se a resultados de valor para os objetivos propostos na pesquisa. Portanto, o uso desse método resultou no levantamento das necessidades e desejos da população estudantil e empresarial no que se refere à escolha de cursos profissionalizantes de nível técnico e tecnológico.

Assim, considera-se que o cuidado na coleta de dados objetivando a obtenção das informações, na análise e interpretação dos dados, justifica e dá credibilidade aos objetivos proposto pelo presente trabalho.

CAPÍTULO 3 – FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

3.1 Aspectos geográficos do Estado do Piauí

O Piauí é uma das 27 unidades federativas do Brasil. Está localizado na Região Nordeste, possui 224 municípios, ocupa uma área de 251.576,644 Km², com densidade demográfica de 12,40 hab/km² e tem uma população de 3.118.360 habitantes, originada da mistura das raças. O tipo mais comum encontrado é o caboclo, resultado da mistura do branco com o índio. O caboclo teve papel importante na conquista e desbravamento de nossa terra, com seu trabalho na formação das fazendas de gado (IBGE, 2010).

O estado do Piauí está situado entre 2°44' e 10°52' de latitude Sul e entre 40°25' e 45°59' de longitude Ocidental. Corresponde a 16,16% da região Nordeste e 2,95%, da área do Brasil, não estando incluída nessa contagem a área litigiosa a ser demarcada entre o Piauí e o Ceará, conforme mapas 2 e 3. Pertence ao segundo fuso horário brasileiro. É o terceiro maior estado nordestino e o décimo estado brasileiro em extensão territorial (IBGE, 2010).

3.2 Aspectos econômicos do Piauí

O modelo de economia do Piauí está relacionado a um contexto mais amplo, que corresponde ao modelo de desenvolvimento do Brasil, que ao longo dos anos vem promovendo grandes desequilíbrios nas diversas regiões do país.

A economia do Estado se assenta na Indústria (química, têxtil, de bebidas), na Agricultura (algodão, arroz, cana-de-açúcar, mandioca, soja) e também na Pecuária. Caracteriza-se por sua fragilidade, evidenciada pelo comportamento de alguns de seus indicadores, a exemplo da renda *per capita*, que é uma das mais baixas do país e, conseqüentemente, uma das menores do mundo.

A atividade econômica do Estado encontra-se fortemente concentrada, especialmente na capital Teresina, abrigando 43% das empresas e 71% das pessoas com emprego (IBGE, 2010).

Nesse contexto, percebe-se que a região nordeste ainda pré-formal precisa de uma infraestrutura de base que promova o seu desenvolvimento socioeconômico. Nesse cenário, encontra-se o Estado do Piauí, que atualmente logra de uma posição mediana na região nordeste, no que se refere a alguns indicadores. Para tanto, o Estado conta com suas riquezas naturais e, ainda, com apoio e investimentos de algumas instituições, a exemplo da CODEVASP, Vale Brasil, BNB, Nassau, dentre outras.

Segundo dados do IBGE (2010) a economia do estado é baseada no setor de serviços (comércio), na indústria (química, têxtil, de bebidas), na agricultura (soja, algodão, arroz, cana-de-açúcar e mandioca) e na pecuária extensiva. Ainda merecem destaque a produção de mel, o caju e o setor terciário em Picos e produção de biodiesel através da mamona, em Floriano.

No setor de mineração, a Vale do Rio Doce está em operação no município de Capitão Gervásio Oliveira, onde foi encontrada a segunda maior reserva de níquel. A referida empresa utiliza-se de pesquisa para verificar a viabilidade de

exploração de petróleo e gás natural ao longo do Rio Parnaíba, provavelmente em Floriano.

No tocante à industrialização, podemos destacar a multinacional Bunge, instalada em Uruçuí para exploração da soja, e a empresa de cimento Nassau, em Fronteiras, local onde obtém matéria-prima para sua produção. A agricultura é forte em Altos (manga) e União (cana-de-açúcar).

Segundo a LEI Nº 5.714, de 26 de dezembro de 2007, que dispõe de dados do Plano Plurianual do Governo do Estado, Quadriênio 2008 a 2011,

O bom desempenho da economia piauiense pode ser verificado na evolução do Produto Interno Bruto (PIB), medida básica do grau de desenvolvimento, e que, numa definição simplista, representa o valor de todos os bens e serviços finais produzidos no período de um ano. O valor absoluto do PIB alcançou em 2004 a cifra de R\$ 8,6 bilhões, montante este que contabiliza uma variação real do PIB da ordem de 4,50%, colocando o Piauí numa posição mediana no ranking dos estados brasileiros, com crescimento real superior ao de muitos outros. Com efeito, esta variação real do PIB piauiense, em 2004, é a quarta maior da região nordestina e a 14ª dentre os estados brasileiros.

O crescimento real do PIB ficou ligeiramente abaixo do crescimento obtido pelo Brasil (4,9%) e pela macrorregião Sudeste (5,1%), superando, por outro lado, o das macrorregiões Centro-Oeste (4,2%) e Sul (4,0%), além de Estados de economia considerada forte, tais como, por exemplo, Pernambuco, Goiás, Rio Grande do Sul e Rio de Janeiro.

Dentre os setores da economia, o setor terciário, o Comércio, é o que possui maior representação no Piauí, seguido dos setores secundário e primário, respectivamente. Nesse sentido, é importante ressaltar que o setor terciário tem liderança desde 2004, com 60,2%, o setor secundário com 27,2% e o primário com 12,6% - Plano Plurianual do Governo do Estado.

A Federação do Comércio do Piauí (FECOMÉRCIO-PI 2012), atualmente com vinte e dois sindicatos filiados, bem como constituída com a razão social de Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Estado do Piauí, vem desenvolvendo ações visando proporcionar um crescimento ordenado do seu setor

terciário, igualmente, a torná-lo competitivo nesse mercado em tempos de globalização.

O Sistema Fecomércio começou a atuar em todo o estado, através dos seus sindicatos filiados e entidades vinculadas - Fecomércio, SESC, SENAC e IFPD-PI, de forma compartilhada. A atual Federação é composta por representantes sindicais domiciliados no interior do estado, sendo estes os municípios de Parnaíba, Piripiri, Campo Maior, Teresina, Picos e Floriano.

Ainda de acordo com dados da Fecomércio (2012), atualmente a Federação passa por um processo de reestruturação organizacional, visando melhor atender aos sindicatos filiados, bem como à classe empresarial do comércio. O Sistema no Estado do Piauí é a força do Comércio de Bens, dos Serviços e do Turismo nas lutas pelo desenvolvimento do setor terciário e, conseqüentemente, do Estado.

No que tange às atividades do setor primário, estas vêm ganhando representatividade com o aproveitamento das potencialidades naturais da região dos cerrados, com investimentos na produção de grãos como o arroz, o milho, mas, sobretudo, a soja.

Segundo a Secretaria de Planejamento do Estado (2011), no sul do estado cidades como Uruçuí, Bom Jesus e Ribeiro Gonçalves produzem soja, sorgo, milho e algodão para exportação. O estado é o terceiro maior produtor de grãos do nordeste, devido aos seus cerrados.

Nessa perspectiva, podemos ressaltar que a agricultura e o agronegócio vêm crescendo de maneira significativa, desde os anos de 1990, quando no estado iniciou-se o plantio da soja. Nesse período, a produção de grãos cresceu de 20,2 mil toneladas em 1995 para 100,8 mil toneladas em 2000 e para 559,5 mil toneladas em 2005.

Atualmente, com a crescente produção de soja, a economia do Piauí obteve ganhos significativos, inclusive tornando-se produto de exportação e contribuindo para grandes mudanças no que tange ao comércio exterior.

De acordo com a Junta Comercial do Estado do Piauí (JUCEPI, 2012), o setor terciário é responsável por quase 70% da formação de renda do Estado, ainda que pese a atuação desfavorável de um de seus segmentos mais importantes, o comércio inter-regional, que acaba transferindo os recursos via diversos mecanismos, principalmente tributários, para os Estados mais desenvolvidos da Federação. Os setores primário e secundário, embora minoritários na formação da renda total, absorvem parcelas significativas da mão de obra, distribuídas entre as atividades de extrativismo vegetal das matas de babaçu, carnaúba e buriti; o extrativismo mineral de mármore, amianto, gemas, ardósias, níquel, talco e vermiculita; a pecuária (caprinocultura) e também a agricultura.

Compreende-se a reestruturação como a mudança da base produtiva no sudoeste piauiense, tendo em vista que, até o início da década de 70 do século XX, a atividade agrícola existente nesse espaço era a pastoril e a agricultura de subsistência assentada nos vales úmidos, juntamente com a prática de uso dos platôs planos – as chapadas ou gerais, conhecidas dessa forma pela população local para uso de áreas de reserva para pasto, caça, extração de lenha e coleta de frutos (ALVES, 2004).

Na década de 1990, essas atividades foram substituídas pelo agronegócio de grãos, alterando a base produtiva, as relações de trabalho, bem como a estrutura agrária.

Ainda de acordo com a JUCEPI (2012), no Piauí encontram-se os mais antigos sítios arqueológicos do Brasil e da América, considerados entre os mais importantes do mundo. No município de São Raimundo Nonato, na parte sudeste do Estado, 280 desses sítios já foram mapeados por instituições científicas nacionais e internacionais e abrigam rico acervo de arte rupestre e materiais de origem orgânica, em boas condições de conservação. Nos municípios de Piri-piri e Piracuruca, no norte do Estado, localiza-se o Parque Nacional de Sete Cidades, área de flora e fauna ricas, onde se encontram

conjuntos ruiformes que insinuam a existência, em épocas remotas, de civilizações desenvolvidas.

3.3 O Instituto Federal do Piauí no contexto socioeconômico do Piauí

O Instituto Federal do Piauí (IFPI) assume responsabilidades sociais, econômicas e culturais diante da extrema necessidade de desenvolver conhecimento, inovação e tecnologia de aproveitamento e agregação de valores, de nível técnico e tecnológico, de produtos e subprodutos, oriundos das vocações do estado do Piauí, a exemplo da carnaúba, do caju, castanha do caju, mel e soja.

A expansão da Rede Federal de Educação Profissional surge no Piauí através do IFPI, como sendo um fenômeno de ressignificação de uma história marcada por índices elevados de analfabetismo, educação de qualidade precária e ineficaz. Estes fatos representaram, por longo período, parte da história de um Estado da Região Nordeste considerado um dos mais pobres da Federação do Brasil.

Assim, entende-se que as instalações do IFPI, mais precisamente nos municípios polos, devidamente indicados de acordo com os critérios propostos pelo Programa e Normativos que norteiam o Plano de Expansão da Educação Profissional do Governo Federal, vêm ao encontro das necessidades socioeconômicas e educativas. São também parte dos anseios de todos que integram instituições e órgãos públicos e privados que trabalham para o desenvolvimento do Estado do Piauí.

Nesse íterim, pode-se destacar a contribuição do IFPI para a economia do Estado. Um exemplo pode ser evidenciado nos avanços da indústria gráfica, pois, de acordo com a Associação Brasileira das Indústrias Gráficas (ABIGRAT, 2012), existem atualmente mais de 160 gráficas no Piauí, com índices que apontam um crescimento no setor, que hoje emprega mais de mil trabalhadores, aquecendo a economia no que se refere a emprego e renda. Esses dados são relevantes, mas

sabe-se que o mercado ainda é carente de profissionais qualificados e especializados.

A indústria da construção civil, nesse momento, bate recorde no Piauí, sendo que a FECOMÉRCIO (2012) impulsiona o setor, considerado o maior empregador, gerando um efeito multiplicador na economia.

Segundo o site brasilrepública, no que se refere à economia o Piauí adquiriu maior caráter comercial, embora de forma lenta e insuficiente para abastecer o crescente mercado interno do estado.

O Estado enfrenta longos períodos de seca, característicos do semiárido nordestino. Essa condição climática reforça atividades como a agricultura de subsistência e a criação extensiva de caprinos e bovinos. Na indústria, a partir de 1996, os incentivos fiscais atraíram diversas indústrias nacionais e estrangeiras, sobretudo químicas, de transformação, têxteis e de extração vegetal. Com isso, ganharam novo impulso os distritos industriais de Teresina, Parnaíba, Picos e Floriano. O setor responde por cerca de 18% do PIB estadual (IBGE, 2010).

Desde a década de 90, o setor industrial do Piauí cresce com a expansão da indústria têxtil, da indústria gráfica, da indústria de cerâmica, dentre outras. A fabricação de móveis e eletrodomésticos também demonstra crescimento, gerando emprego e renda.

Segundo dados da Federação das Indústrias do Estado do Piauí (FIEPI, 2011), o setor de indústria no Piauí está crescendo e se desenvolvendo cada vez mais, em variados campos, atraindo diversas empresas nacionais e estrangeiras que se instalam na capital e no interior do estado. O setor industrial é responsável por 16,19% do Produto Interno Bruto (PIB) do Estado e empregou, direta e indiretamente, 2.633 pessoas, no decorrer do ano de 2011. Isso ocorreu levando-se em conta as indústrias que receberam incentivo fiscal.

Esses investimentos no setor industrial contribuem para o desenvolvimento do Piauí. Ações como a modernização na legislação e o investimento em suporte na infraestrutura de estradas e rodovias tornam-se estratégias para atrair mais

empreendimentos. Como exemplo podemos citar a Suzano Papel e Celulose, atualmente um dos maiores empreendimentos do Estado.

Para tanto, foram feitas plantações de eucalipto em diversos municípios, gerando impacto na sua economia. A instalação de sua fábrica no município de Palmeirais, prevista para 2014, irá gerar 18 mil empregos diretos e indiretos e fará o PIB do Estado crescer em 15% (FIEPI, 2011).

Os distritos industriais de Teresina, Parnaíba, Picos, Floriano e Piripiri são os que mais se destacam no Piauí. O polo industrial têxtil de Piripiri, por exemplo, emprega, segundo dados da Associação Comercial e Industrial da cidade (ACIP), aproximadamente 20 mil pessoas - um terço da população da cidade - e fabrica mais de 100 milhões de peças de vestuário por ano.

Grandes indústrias já estão em território piauiense. A Bunge Brasil, uma das principais empresas do agronegócio e de alimentos do país, vem conquistando a liderança em originação de grãos e processamento de soja e trigo, na produção de fertilizantes, na fabricação de produtos alimentícios, e atua no beneficiamento de soja em Uruçuí. A Nassau produz cimento em Fronteiras e a Vale do Rio Doce se prepara para iniciar a extração de minérios no município de Capitão Gervásio Oliveira.

Além das indústrias de transformação, têxteis, bebidas, cimento, açúcar e álcool, beneficiamento de soja e extração vegetal, destacam-se a produção de mel, caju, cera de carnaúba, couros e peles, medicamentos, indústria cerâmica, química e de alimentos. Para a mineração, estudos geológicos apontam para a existência de ocorrências minerais com grande potencial econômico: mármore, amianto, ardósia, talco, vermiculita, ferro e gemas (opala e diamante).

Segundo a Associação Industrial Piauiense, a instalação desses empreendimentos depende de uma série de fatores que tornem o Estado atraente aos grupos externos e possibilitem o surgimento de iniciativas produtivas dentro do próprio Piauí, tendo uma participação maior na economia do Estado (AIP, 2012).

Segundo dados do site do Governo do Estado (2012), uma série de obras está sendo realizada no Piauí para garantir a infraestrutura necessária às indústrias.

Com tantas oportunidades, o IFPI representa, hoje, um viés na educação profissional e tecnológica que, notadamente, vem atender às necessidades de mão de obra especializada e de profissionais qualificados nos diversos setores da economia.

3.4 Microrregiões do Estado do Piauí

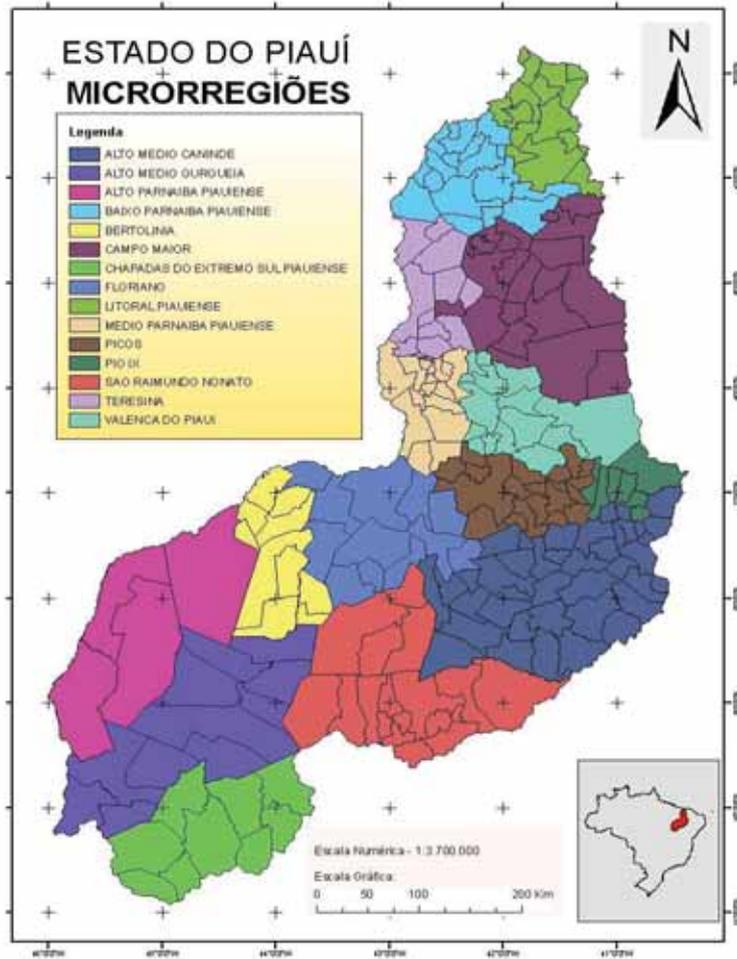
Como já foi dito, o Estado do Piauí possui 224 municípios, distribuídos em 15 microrregiões. Alencar (2010) descreve:

Os Territórios de Desenvolvimento foram divididos em aglomerados de municípios. Os critérios para a configuração dos aglomerados foram: - Proximidade geográfica entre os municípios, correspondente a um raio de 50 km; - Estabelecimento de alguma forma de transação comercial, utilização do sistema de saúde, educação, feira, municípios desmembrados com os municípios já estabelecidos; - Proximidade com as cidades de referências dos territórios de desenvolvimento; - Existência de malha viária que facilite o deslocamento da população entre os municípios.

Entende-se por aglomerados a junção de municípios que mantêm relações socioeconômicas e de proximidade entre si, e alguns podem ser considerados como cidades locais e estariam mais próximos de formarem microrregiões mais inter-relacionadas às cidades polos.

O estado do Piauí está dividido em 15 microrregiões, a saber: microrregião do Alto Médio Canindé; microrregião do Alto Médio Gurgueia; Microrregião do Alto Parnaíba Piauiense; Microrregião do Baixo Parnaíba Piauiense; Microrregião de Bertolândia; Microrregião de Campo Maior; Microrregião das Chapadas do Extremo Sul Piauiense; Microrregião de Floriano; Microrregião do Litoral Piauiense; Microrregião do Médio Parnaíba Piauiense; Microrregião de Picos; Microrregião de Pio IX; Microrregião de São Raimundo Nonato; Microrregião de Teresina e Microrregião de Valença do Piauí (IBGE, 2010), conforme apresentado no mapa 04 e quadros 1 a 4.

Mapa 04 – Microrregiões do Estado do Piauí



Fonte: Geógrafo Msc. Francisco de Assis Araújo – CESC/UEMA (elaboração 2009)

Quadro 01 - Dados das Microrregiões do Estado do Piauí – parte 1.

Microrregiões	População	Área	Municípios	Arranjos produtivos
Litoral Piaulense (14 municípios) Campus do IFPI: Parnaíba	293.192 hab.	9.658,107 km ²	Bom Princípio do Piauí Buniti dos Lopes Cajueiro da Praia Caraúbas do Piauí Caxingó Cocal Cocal dos Alves Ilha Grande Luís Correia Murici dos Portelas Parnaíba Piracuruca São João da Fronteira São José do Divino	Turismo Pesca artesanal Agronegócio Carcinocultura
Baixo Parnaíba Piaulense (18 municípios) Campus do IFPI: Piripiri	319.885 hab.	12.493,995 km ²	Batalha Boa Hora Brasileira Cabeceiras do Piauí Campo Largo do Piauí Esperantina Joaquim Pires Joca Marques Luzilândia Madeiro Matias Olímpio Miguel Alves Morro do Chapéu do Piauí Nossa Senhora dos Remédios Piripiri Porto São João do Arraial	Indústria da Confeção Agricultura familiar
Médio Parnaíba Piaulense (17 municípios) Campus do IFPI: Angical do Piauí	130.502 hab.	8.334,228 km ²	Agricolândia Água Branca Amarante Angical do Piauí Arraial Barro Duro Currealinhos Demerval Lobão Francisco Ayres Hugo Napoleão Jardim do Mulato Lagoa do Piauí Lagoinha do Piauí	Serviços Agricultura familiar Olho d'Água do Piauí Palmeirais Passagem Franca do Piauí Regeneração Santo Antônio dos Milagres Miguel Leão Monsenhor Gil São Gonçalo do Piauí São Pedro do Piauí

Fonte: Fundação CEPRO, 2003 (formatação do autor)

Quadro 02 - Dados das Microrregiões do Estado do Piauí – parte 2

Microrregiões	População	Área	Municípios	Arranjos produtivos
Microrregião de Teresina (14 municípios) Campi do IFPI: Teresina Central e Teresina Zona Sul	976.962 hab.	9.213,120 km ²	Altos Beneditinos Coivaras Curralinhos Demerval Lobão José de Freitas Lagoa Alegre Lagoa do Piauí Miguel Leão Monsenhor Gil Nazária Pau-d'Arco do Piauí Teresina União	Indústria: Confeção; Bebida; Cerâmica. Construção Civil Turismo
Alto Parnaíba Piauiense (04 municípios) Campus do IFPI: Uruçuí	39.309 hab.	25.525,453 km ²	Baixa Grande do Ribeiro Ribeiro Gonçalves Santa Filomena Uruçuí	Agropecuária Agronegócios
Alto Médio Canindé (39 municípios) Campus do IFPI: Paulistana	252.970 hab.	31.239,813 km ²	Acauã Bela Vista do Piauí Belém do Piauí Betânia do Piauí Caldeirão Grande do Piauí Campinas do Piauí Campo Alegre do Fidalgo Campo Grande do Piauí Capitão Gervásio Oliveira Caridade do Piauí Conceição do Canindé Curral Novo do Piauí Floresta do Piauí Francisco Macedo Fronteiras Isaias Coelho Itainópolis Jacobina do Piauí Jaicós João Costa Lagoa do Barro do Piauí Marcolândia Massapê do Piauí Nova Santa Rita Padre Marcos Paes Landim	Agricultura familiar Agronegócios Ovinocaprinocultura Mineração Patos do Piauí Paulistana Pedro Laurentino Queimada Nova Ribeira do Piauí Santo Inácio do Piauí São Francisco de Assis do Piauí São João do Piauí Simões Simplicio Mendes Socorro do Piauí Vera Mendes Vila Nova do Piauí

Fonte: Fundação CEPRO, 2003 (formatação do autor)

Quadro 03 - Dados das Microrregiões do Estado do Piauí – parte 3.

Microrregiões	População	Área	Municípios	Arranjos produtivos
Picos (20 municípios) Campus do IFPI: Picos	196.562 hab.	10.337,587 km ²	Aroeiras do Itaim Bocaina Cajazeiras do Piauí Colônia do Piauí Dom Expedito Lopes Geminiano Ipiranga do Piauí Oeiras Paquetá Picos Santa Cruz do Piauí Santa Rosa do Piauí Santana do Piauí São João da Canabrava São João da Varjota São José do Piauí São Luis do Piauí Sussuapara Tanque do Piauí Wall Ferraz	Serviços Agronegócios (Mel) Ovinocaprinocultura Cajucultura
Chapadas do Extremo Sul Piauiense (09 municípios) Campus do IFPI: Corrente	82.207 hab.	17.845,741 km ²	Avelino Lopes Corrente Cristalândia do Piauí Curimatá Júlio Borges Morro Cabeça no Tempo Parnaguá Riacho Frio Sebastião Barros	Pecuária Agronegócios Agricultura
Floriano (12 municípios) Campus do IFPI: Floriano	121.544 hab.	18.333,419 km ²	Canaveira Flores do Piauí Floriano Guadalupe Itaueira Jerumenha Nazaré do Piauí Pavussu Rio Grande do Piauí São Francisco do Piauí São José do Peixe São Miguel do Fidalgo	Serviços Agricultura familiar

Fonte: Fundação CEPRO, 2003 (formatação do autor)

Quadro 04 - Dados das Microrregiões do Estado do Piauí – parte 4

Microrregiões	População	Área	Municípios	Arranjos produtivos
São Raimundo Nonato (17 municípios) Campus do IFPI: São Raimundo Nonato	128.562 hab.	27.644,522 km ²	Anísio de Abreu Bonfim do Piauí Brejo do Piauí Canto do Buriti Caracol Coronel José Dias Dirceu Arcoverde Dom Inocêncio Fartura do Piauí Guaribas Jurema Pajeú do Piauí São Braz do Piauí São Lourenço do Piauí São Raimundo Nonato Tamboril do Piauí	Turismo Agricultura familiar Apicultura
Alto Médio Gurgueia (11 municípios)	82.256 hab.	27.608,959 km ²	Alvorada do Gurgueia Barreiras do Piauí Bom Jesus Cristino Castro Currais Gilbuéis Monte Alegre do Piauí Palmeira do Piauí Redenção do Gurgueia Santa Luz São Gonçalo do Gurgueia	Pecuária Agronegócios Agricultura Apicultura Cacinicultura
Bertolândia (09 municípios)	38.374 hab.	11.234,950 km ²	Antônio Almeida Bertolândia Floriano Colônia do Gurgueia Eliseu Martins Landri Sales Manoel Emídio Marcos Parente Porto Alegre do Piauí Sebastião Leal	Agricultura familiar Pecuária

Fonte: Fundação CEPRO, 2003 (formatação do autor)

CAPÍTULO 4 – EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA NO PIAUÍ:

Breve Histórico

Em 1909, portanto 20 anos após o advento da República e 21 anos após a Abolição da Escravatura, com um regime de governo ainda não totalmente consolidado e uma sociedade ainda escravocrata, vivíamos um caos social decorrente da libertação dos escravos.

Tal fato, na prática, trouxe uma liberdade sem pão, sem moradia, sem reforma agrária e sem emprego. As grandes cidades brasileiras enchiam-se cada vez mais de ex-escravos, miseráveis a mendigar o pão de cada dia, crianças famintas, velhos doentes, adultos desempregados e adolescentes empurrados para a prostituição, o ócio e o crime.

Foi pensando em minimizar esse cenário de horror e numa possível industrialização do Brasil, até então um país eminentemente agro-pastoril e extrativista, que o Vice-Presidente Nilo Procópio Peçanha, que substituiu Afonso Pena após sua morte e assumiu a presidência da República em 14 de junho de 1909, precisou de apenas 101 dias para decretar a criação de uma Rede Nacional de Escolas Profissionais, distribuídas igualmente nas 19 capitais dos 19 estados brasileiros.

O Decreto 7.566, de 23 de setembro de 1909, criava uma Escola de Aprendizes Artífices em cada capital de estado, que se destinava, como diz na sua introdução, “não só a habilitar os filhos dos desfavorecidos da fortuna com o indispensável preparo técnico e intelectual, como fazê-los adquirir hábitos de trabalhos profícuos, que os afastará da ociosidade, escola do vício e do crime”.

Por meio desse Decreto, na época conhecido pelo apelido de “Lei Nilo Peçanha”, Teresina, capital do estado do Piauí, ganhou uma Escola Federal com o nome de Escola de Aprendizes Artífices do Piauí (EAAPI), hoje Instituto Federal do Piauí (IFPI).

4.1 Instalação da Escola de Aprendizes Artífices do Piauí (EAAPI)

No que se refere a instalação da Escola de Aprendizes Artífices no Piauí, Rodrigues (2008) ressalta que a aplicação da Lei de Nilo Peçanha resultou na instalação de 18 Escolas congêneres nas capitais de estado e uma na cidade de Campos (RJ). Todas foram instaladas em 1910, de 1º de janeiro a 1º de outubro, dentro do curto mandato do Presidente Nilo Peçanha, de apenas 1 ano e 5 meses. A EAAPI (1910-1937) foi oficialmente instalada em Teresina no dia 1º de janeiro de 1910, conforme ata de sessão solene.

A EAAPI foi a primeira escola federal de ensino profissional implantada no estado do Piauí e o ano de 1910 foi também o seu 1º ano letivo, iniciado em meados de março.

Com a contratação da Professora Márcia Cruz, teve início o curso de primeiras letras (Alfabetização) e o curso de Desenho, a cargo do Professor José Enéas Maia Filho.

Os cursos profissionalizantes se iniciaram pelas oficinas das áreas de: Arte Mecânica - para cursos de Ferraria e Serralheria; Marcenaria - para o curso de Marcenaria; Sapataria - para o curso de Sapataria; Fundação - para o curso de Fundação. Esses cursos ficaram a cargo de bons operários e mestres contratados em Teresina, com experiências suficientes para ensinar um ofício aos alunos. Também os primeiros mestres contratados foram encarregados da organização e montagem das respectivas oficinas.

O primeiro ano de funcionamento da EAAPI foi marcado por grandes dificuldades e, até 1938, suas instalações funcionaram num prédio muito velho, localizado na Praça Aquidabã, hoje denominada Pedro II. A escola funcionou nesse período em péssimas condições, tanto para os professores quanto para os alunos. Tal fato prejudicou muito a qualidade do ensino dos ofícios ali ministrados.

No entanto, os administradores procuraram desempenhar suas funções da melhor maneira, pois, para aquele momento, o que realmente importava era a

realização de um sonho: oportunizar aos menos favorecidos o acesso a uma educação profissional.

O primeiro diretor da Escola de Aprendizes Artífices do Piauí foi o Cel. Josino José Ferreira, que administrou de 1909 a 1928. O senhor Hermínio de Moura Rios foi diretor interino em várias ocasiões, nesse período. Na sequência cronológica, assumiram o cargo de diretor: Osvaldo Fettermman (1928 a 1929); Cid Rocha Amaral (1931 a 1933); Nilton Norberto de Oliveira (1933 a 1934) e Artur Seixas (1934 a 1935).

A 1ª sede da EAAPI foi provisória, instalada em um casarão adaptado para servir de prédio escolar no centro da cidade, justamente no cruzamento das ruas Paissandu e David Caldas, fazendo “x” com o Prédio da Força Pública Estadual (quartel de polícia), hoje Centro Artesanal. Sendo de propriedade privada, aquele imóvel, que hoje não mais existe, era alugado para tal fim, à custa do governo do estado.

Constava o prédio de umas poucas salas de aulas e de uma ampliação construída para o funcionamento de oficinas escolares, que abrigavam os cursos de Artes Mecânicas, Ferraria, Marcenaria, Carpintaria, Sapataria e, mais tarde, Fundição.

A estrutura administrativa da Escola era pequeníssima: constava de um diretor, um escriturário, um porteiro–contínuo. Já a parte do ensino era composta por professores de Alfabetização, do Curso Primário e de Desenho, como também dos mestres de cada oficina, encarregados de ministrar o ensino profissional técnico.

Como podemos constatar, a EAAPI foi uma Escola Primária que iniciava a formação dos alunos pela alfabetização. Acompanhando o ensino propedêutico, havia o ensino de uma profissão a livre escolha do aluno, dentro do que a Escola podia oferecer. Durante 28 anos, a EAAPI formou operários-artífices, sem nenhuma pretensão de servir a uma determinada meta de governo. Na prática, os ex-alunos, ao ingressarem no mercado de trabalho, destacavam-se, tornando-se mestres e contra-mestres.

4.2 Outras Denominações da Escola de Aprendizes Artífices do Piauí (EAAPI)

A segunda denominação da EAAPI surgiu em 1937, na vigência do Estado Novo. As perspectivas para os avanços na área da indústria eram, naquele momento, o grande propulsor de incentivo à mudança para a transformação da escola primária em secundária, denominada, a partir de então, Liceu Industrial. No caso presente, Liceu Industrial do Piauí (1937-1942).

O termo “industrial” advém da intenção governamental de industrializar o país, usando a Rede de Escolas Profissionais como meio de formar operários especialmente para servir ao parque industrial brasileiro, agora já dentro de uma meta de governo.

Como as demais escolas da Rede, a do Piauí continuou formando operários, mas agora para servir diretamente à industrialização do Brasil, que era uma das fortes metas do governo desenvolvimentista de Getúlio Vargas. Noutras palavras, a Instituição continuou formando profissionais para o setor secundário da economia, com forte ênfase na indústria metal-mecânica, na busca incessante de alcançar a tão almejada era da Revolução Industrial.

Seu dirigente continuou sendo Flávio Castelo Branco, à frente da Escola até 1940, quando foi sucedido por Argemiro Freire Gameiro, de 1941 a 1943.

Nesse período, a Instituição passou por grandes e profundas transformações. Em primeiro lugar, como as demais Escolas de Artífices, até então pertencentes ao Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio, passou a integrar o recém-criado Ministério da Educação e Saúde Pública. Adaptando-se aos novos tempos, o Liceu Industrial do Piauí teve sua sede própria construída e inaugurada pelo Governo Federal em terreno cedido pela Prefeitura Municipal de Teresina, na Praça Mons. Lopes, hoje Praça da Liberdade, 1597, onde funciona atualmente o campus Teresina Central do Instituto Federal do Piauí (IFPI).

A sede própria da escola, que ocupava parte de uma quadra do centro da capital, foi inaugurada com 6 modernas salas de aula e instalações para oficinas de marcenaria, mecânica de máquinas, serralheria e solda, modelação, fundição e alfaiataria.

Sendo Teresina uma capital ainda pouco industrializada, os ex-alunos do Liceu Industrial do Piauí migravam para o sudeste do país, onde tinham emprego garantido, com salários condignos, devido a sua alta competência técnica.

Escola Industrial de Teresina (1942-1965). Esse nome proveio da Lei Orgânica do Ensino Industrial de 1942, que dividiu as escolas da Rede em Industriais e Técnicas. As Escolas Industriais ficavam geralmente nos estados menos industrializados e formavam operários conservando o ensino propedêutico do antigo ginásio. Legalmente, esse curso era chamado de Ginásio Industrial.

Nesse período, o poder decisório dentro da escola cabia não ao diretor geral da Instituição, mas, sim, ao Presidente do Conselho Deliberativo. Tal modelo administrativo perdurou até o ano de 1970.

O grupo das Escolas Técnicas situadas nos estados mais industrializados, além do Ginásio Industrial, mantinha cursos técnicos industriais em nível de ensino médio, sempre com o fim de servir ao desenvolvimento industrial.

As Escolas Industriais continuaram formando operários para a indústria e as Técnicas formavam operários e também técnicos. Os operários formados tinham nível ginasial (1º ciclo) e os técnicos, nível médio (2º ciclo).

Segundo o Ministério da Educação, a Lei Orgânica do Ensino Industrial da Presidência da República, de 30 de janeiro de 1942, estabeleceu as bases de organização e de regime do ensino industrial, que é o ramo de ensino de grau secundário, destinado à preparação profissional dos trabalhadores da indústria e das atividades artesanais, e ainda dos trabalhadores dos transportes, das comunicações e da pesca. O ensino industrial, no segundo ciclo, compreende as seguintes modalidades de cursos ordinários: técnicos e pedagógicos. Os cursos técnicos são destinados ao ensino de técnicas próprias ao exercício de funções de caráter

específico na indústria. Os cursos pedagógicos destinam-se à formação de pessoal docente e administrativo do ensino industrial. Os tipos de estabelecimentos de ensino industrial são determinados segundo a modalidade dos cursos de formação profissional que ministram. Os estabelecimentos de ensino industrial são dos seguintes tipos:

- a) escolas técnicas, quando destinadas a ministrar um ou mais cursos técnicos;
- b) escolas industriais, se o seu objetivo for ministrar um ou mais cursos industriais;
- c) escolas artesanais, destinadas a ministrar um ou mais cursos artesanais;
- d) escolas de aprendizagem, quando tiverem por finalidade dar um ou mais cursos de aprendizagem.

As escolas técnicas podem, além de cursos técnicos, ministrar cursos industriais, de mestria e pedagógicos.

As escolas industriais poderão, além dos cursos industriais, ministrar cursos de mestria e pedagógicos.

Os cursos de aprendizagem, objeto das escolas de aprendizagem, podem ser dados mediante entendimento com as entidades interessadas, por qualquer outra espécie de estabelecimento de ensino industrial.

Os cursos extraordinários e avulsos podem ser dados por qualquer espécie de estabelecimento de ensino industrial, salvo os de aperfeiçoamento e os de especialização destinados a professores ou a administradores, os quais só podem ser dados pelas escolas técnicas ou escolas industriais.

A Rede de Escolas Profissionais do Ministério da Educação (MEC) continuava servindo à formação de mão de obra industrial, com ênfase na indústria metal-mecânica.

Fugindo um pouco a essa regra, foram criadas as Escolas de Química do Rio de Janeiro (DF) e de Mineração e Metalurgia de Ouro Preto (MG). Essa última entrou no setor primário da economia (Agricultura, Mineração e Extrativismo).

A Escola Industrial de Teresina continuou no ramo da indústria metal-mecânica. Sua estrutura física foi ampliada com mais salas de aula, oficinas escolares e área específica para educação física. Foram seus dirigentes: Argemiro Freire Gameiro, de 1941 a 1943; Luiz Pires Chaves, de 1944 a 1948; Elói do Egito Coelho, de 1948 a 1957, e Murillo de Rubin Couto, de 1957 a 1967.

No ano de 1965, com a denominação de Escola Industrial Federal do Piauí (1965-1967), pela primeira vez apareceu na Rede, que desde a sua criação pertenceu ao Governo Federal, a sua marca, isto é, Escola Federal. Noutra formulação: pela primeira vez, o termo “federal” entrou na composição do nome das Escolas da Rede. Essa mudança também permitiu que a Instituição pudesse fundar cursos técnicos industriais, a exemplo das escolas que já eram “técnicas”.

A estrutura física e educacional continuou a mesma da denominação anterior e, em 1967, foram criados os primeiros cursos técnicos de nível médio: Edificações; Agrimensura, que se transformou em curso de Estradas; Eletromecânica, que se desmembrou nos cursos de Eletrônica, Eletrotécnica e Mecânica.

A estrutura do antigo Ginásio Industrial continuou excelente. Nos recém-criados cursos técnicos havia muitos bons professores das disciplinas de educação geral, mas faltavam professores das disciplinas específicas do currículo dos cursos. Tais professores foram improvisados a partir de profissionais de cursos superiores, mas sem nenhuma preparação para assumir o magistério. Isso demandou algum tempo para que essa necessidade fosse superada.

Em 1967 a promoção de Escola Industrial para Escola Técnica Federal do Piauí (ETFPI) - Período de 1967-1998. foi uma consequência da criação dos primeiros cursos técnicos (Agrimensura, Edificações e Eletromecânica) e do reconhecimento desses pelo Ministério da Educação.

Nesse período, houve uma grande ampliação da estrutura geral da Escola. Os cursos técnicos, que eram noturnos, passaram a ser também diurnos. O Ginásio Industrial foi se extinguindo gradativamente a partir de 1967, uma série a cada ano.

Grandes modificações aconteceram no ensino. Além dos cursos técnicos industriais, com suas variedades de opções, vieram também os cursos técnicos da área de serviços, como os de Contabilidade, Administração, Secretariado e Estatística. Nessa mesma época, foi permitida, preferencialmente nos cursos da área terciária, a matrícula para mulheres, depois estendida a todos os demais cursos. O número de alunos quadruplicou em 2 anos e o de professores acompanhou proporcionalmente o mesmo crescimento.

Com a Escola Técnica foi criada, pela primeira vez, a administração específica para o ensino, pois, até então, o diretor, sozinho, fazia de tudo. Surgiram as coordenações de curso, de área e de disciplina, os departamentos ligados ao ensino e à administração, bem como a assessoria para a direção-geral. Posteriormente, foi estruturado o Serviço de Orientação Educacional, com assistência de outros profissionais, além do orientador. Igualmente, foi criado o serviço de Supervisão Pedagógica, para dar suporte e assessoria ao trabalho docente, e implantado um moderno sistema de avaliação do processo ensino-aprendizagem, garantindo maior segurança à promoção do aluno.

Entre 1968 e 1970, a grande obra administrativa da ETFPI consistiu no início da construção do Prédio “B” da Unidade Sede em Teresina.

De 1970 a 1975, a administração da ETFPI entrou numa fase de crescimento e dinamismo, com realizações, em parceria com o Governo do Estado, que engrandeceram a Instituição, como a construção da Praça Marechal Deodoro da Fonseca, popularmente conhecida como Praça da Bandeira, na capital do estado, e do Monumento aos Heróis da Batalha do Jenipapo, na cidade de Campo Maior. O então Diretor-Geral da Escola Técnica Federal do Piauí, José Luis Castro Aguiar, convocou servidores da Instituição para contribuir na construção de ferro das grades que cercam a Praça da Bandeira, utilizando o laboratório de Mecânica da ETFPI.

Igualmente, foram convocados professores para trabalhar no acabamento do Monumento da Batalha do Jenipapo, obra inaugurada em 1975, pelo então governador do Piauí, engenheiro Alberto Silva. O monumento do Jenipapo, situado à margem esquerda da BR-343 e próximo ao rio Jenipapo, é considerado o patrimônio histórico mais antigo da cidade.

A participação da Instituição nesses eventos se justifica pela sua vocação nas áreas profissionais tecnológicas de Mecânica e de Construção Civil. Nessa mesma fase, quando os servidores se dedicavam, sem restrições de horário, à Instituição, iniciou-se no estado do Rio Grande do Norte o processo de qualificação dos professores da ETFPI.

Durante o período de 1975 a 1994, foi definido na Instituição o horário de trabalho para os servidores, cuja qualificação continuou através do apoio da direção geral à realização de cursos de Pós-Graduação, em nível de Especialização, no estado de Minas Gerais.

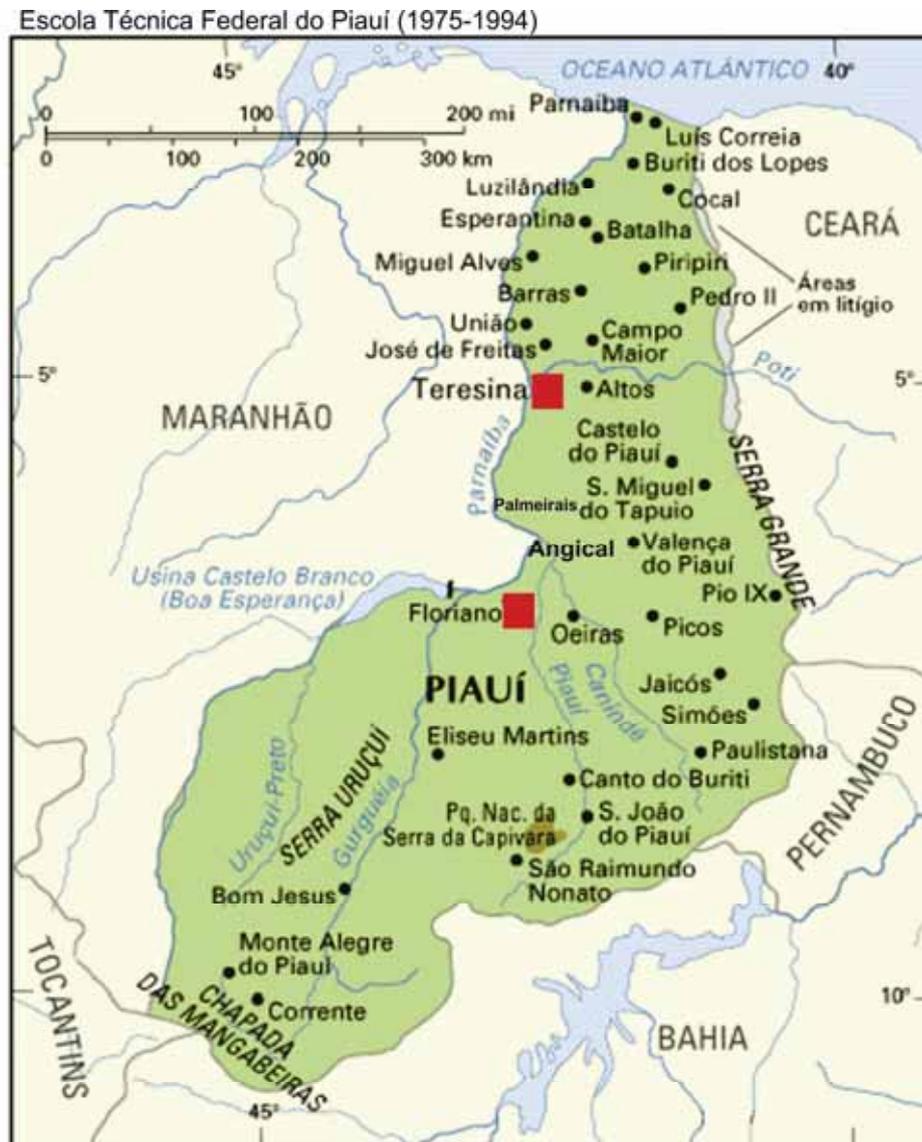
Destacam-se também, a inauguração da primeira Unidade de Ensino Descentralizada (UNED) na cidade de Floriano (mapa 05).

O ponto alto desse período foi a interiorização do ensino com o planejamento, a construção e a consolidação da Unidade de Ensino Descentralizada (UNED) de Floriano, processo iniciado em 1986 e concluído em 1994, através do plano de expansão da rede federal profissional e tecnológica.

Em 1994, foi autorizada a transformação da Escola Técnica Federal do Piauí (ETFPI) em Centro Federal de Educação Tecnológica do Piauí (CEFET-PI), pela Lei 8948/94, que se efetivou em 22 de março de 1999, com a assinatura do decreto autorizado pelo então Presidente da República Fernando Henrique Cardoso.

Foram diretores gerais da ETFPI: Roberto Gonçalves Freitas, de 1968 a 1970; José Luiz Castro Aguiar, de 1970 a 1975; José Ferreira Castelo Branco, de 1975 a 1994, e Rita Martins de Cássia, de 1994 a 2004.

Mapa 05 Localização das primeiras UNEDs da Escola Técnica Federal do Piauí.



LEGENDA:

- Cidades com as primeiras Unidades de Ensino Descentralizadas (UNEDs)

Fonte: guianet.com.br

O biênio 1997-1998 foi dedicado ao processo de transição de ETFPI para CEFET-PI, conhecido como CEFETIZAÇÃO, que veio mais uma vez mudar a denominação da Escola para Centro Federal de Educação Tecnológica do Piauí

(1998 - 2008) Toda a comunidade se empenhou nessa tarefa árdua para se chegar à condição de CEFET.

Já fortalecida no seu papel socioeducacional, a Instituição verticalizou ainda mais o seu ensino, constando então, na sua matriz curricular, além de cursos técnicos e de ensino médio, cursos superiores tecnológicos.

Em 1999, ocorreu o primeiro Vestibular do CEFET-PI, com a oferta do curso superior de Tecnologia em Informática.

Nesse mesmo ano, dentro de um processo de revitalização das letras e das artes no CEFET-PI, o mesmo promoveu o Seminário Garret, durante as comemorações do bicentenário do escritor português Almeida Garrett, juntamente com a Universidade Federal do Piauí (UFPI) e a Academia Piauiense de Letras (APL).

4.2.1 CEFET-PI: A Aceleração do Crescimento a Partir de 2005

Desde 2005, o CEFET-PI, atento à política do Ministério da Educação (MEC), vem buscando uma melhor qualificação profissional da comunidade do Piauí e região, como atesta a implantação, em 2006, do Ensino Técnico Integrado ao Ensino Médio nas áreas de: Gestão, Construção Civil, Informática, Indústrias e Meio Ambiente, sempre a partir de habilidades e competências individuais. Eis os cursos que a Instituição oferece para o Ensino Médio (Técnico e Modalidade Integrada): Eletrônica, Eletrotécnica, Mecânica, Desenvolvimento de *Software*, Administração, Contabilidade, Saneamento Ambiental e Edificações. Em nível de Ensino Técnico, na modalidade Concomitante ou Subsequente, os cursos são os seguintes: Administração, Contabilidade, Edificações, Estradas, Segurança do Trabalho, Mecânica, Refrigeração, Eletrotécnica, Música, Informática, Gastronomia e Confecção de Vestuário.

O CEFET-PI ministra cursos superiores nas áreas de: Química, Saúde, Comércio, Geomática, Gestão, Informática, Meio Ambiente e Telecomunicações. Estão disponíveis, na área tecnológica, os cursos de: Alimentos, Análise e Desenvolvimento de Sistemas, Gestão Ambiental, Gestão de Recursos Humanos e Geoprocessamento. Na área de Formação de Professores, os cursos de Licenciatura em Biologia, Química, Matemática e Física, áreas para as quais, no atual momento, verifica-se uma grande carência de profissionais. Na área de Engenharia, foi implantado, no ano de 2008, o curso de Bacharelado em Engenharia Mecânica.

Trata-se de cursos de Graduação com características específicas do campo científico-tecnológico. Seus egressos diplomados possuem todas as condições necessárias para prosseguir os estudos de Pós-Graduação: Especialização, Mestrado e Doutorado.

Para dar continuidade à formação de profissionais, em 2007 o CEFET-PI implantou um Programa de Pós-Graduação *Lato Sensu*, com os seguintes cursos de Especialização: Banco de Dados; Gerenciamento de Recursos Ambientais; Geoprocessamento: Fundamentos e Aplicações; Gestão Educacional; Leitura e Produção Textual; Educação de Jovens e Adultos (PROEJA); Gestão de Pessoas; Biologia Marinha; Biologia Parasitária; Controle de Qualidade de Alimentos; Educação Profissional e Tecnológica; Ensino de Ciências; Gestão Ambiental; Gestão Hospitalar; Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) e Ciências dos Materiais.

Todos os cursos de Pós-Graduação do CEFET-PI encontram-se sob a responsabilidade de Especialistas, Mestres e Doutores das áreas de educação humanística e tecnológica, numa política de incentivo à qualificação.

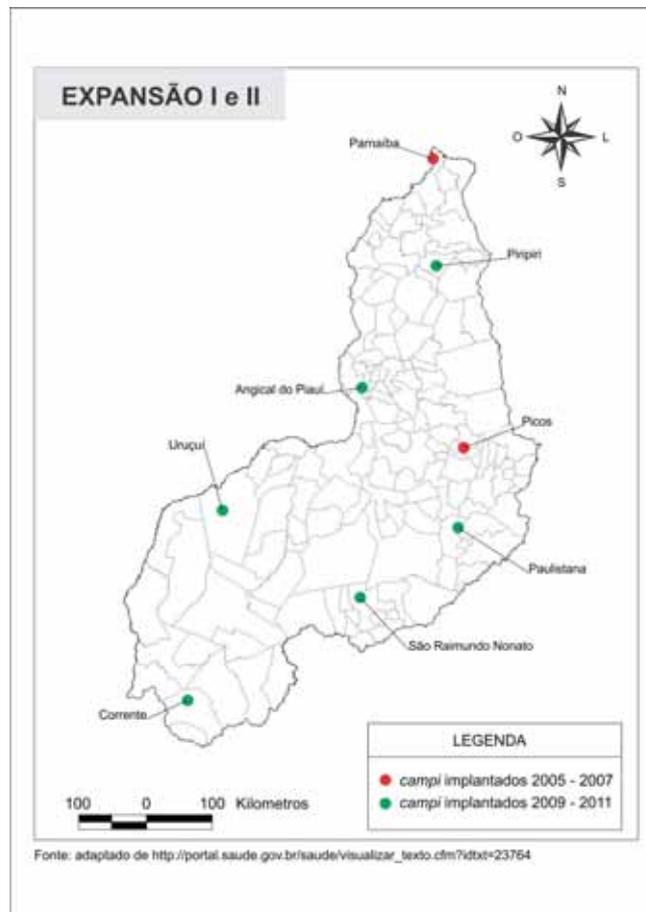
4.2.2 CEFET-PI: Educação de Excelência Além das Fronteiras

Com vistas a levar uma educação de qualidade para além dos limites da Unidade Sede, que foi ampliada e revitalizada em 2007, através do Plano de Expansão da Rede Federal, começou a funcionar, na capital do estado, a Unidade de Ensino Descentralizada de Teresina (UNED-THE), com novos cursos técnicos.

Em 2007, com o plano de expansão I, no interior do estado, mais precisamente nas cidades de Picos e Parnaíba, foram implantadas duas Unidades de Ensino Descentralizadas (UNEDs) do CEFET-PI, com bibliotecas, alojamentos, refeitório, gabinetes clínico-odontológicos, quadra de esportes e campo de futebol. Em 2008, procedeu-se à ampliação das UNEDs, inclusive a de Floriano. No mesmo ano, foram construídas mais 06 (seis) UNEDs nas cidades de: Piripiri, Corrente, Paulistana, Uruçuí, São Raimundo Nonato e Angical do Piauí, conforme é mostrado no mapa 06. Além dessas UNEDs, ficou assegurada a construção de outras nas cidades de Oeiras, Pedro II e São João do Piauí, com início de funcionamento previsto para o primeiro semestre de 2012.

As UNEDs do CEFET-PI levam às populações do interior do Estado a educação profissional com a mesma qualidade da ofertada na capital.

Mapa 06 – Expansão I e II do CEFET-PI



O CEFET-PI atravessa um período de grandes realizações e transformações, tanto em nível de ampliação e qualificação de seu quadro de servidores, quanto em nível de reforma e expansão de suas dependências físicas.

Um exemplo disso pode ser constatado pela nova biblioteca da Instituição, situada na Unidade Sede, com capacidade para atender 250 (duzentos e cinquenta) estudantes, dispendo, inclusive, de acesso a pessoas com necessidades especiais e de uma sala multimídia.

Na era multimídia, para proporcionar uma formação de qualidade além das fronteiras físicas do CEFET-PI, este aderiu à Universidade Aberta, à Educação a Distância (EAD), uma modalidade de ensino mediada por tecnologias de informação e comunicação. Por essa via, estudantes e professores podem desenvolver

atividades educativas em lugares e tempos diversos, democratizando-se com isso o acesso ao ensino técnico e tecnológico. A participação do CEFET-PI nessa área consiste na oferta do Ensino Médio Integrado, do Ensino Médio Continuoado e dos Cursos Superiores de Tecnologias, que, através de parcerias, trabalham juntos na área profissionalizante.

4.2.3 Educação com Responsabilidade Social

O CEFET-PI, desde a sua origem como Escola de Aprendizes Artífices (1910-1937), sempre se caracterizou como um estabelecimento de ensino voltado para a responsabilidade social, mais precisamente para a formação da cidadania. Isso porque a Escola de Aprendizes Artífices foi fundada, como o próprio nome denota, com um caráter profissionalizante, concedendo um ofício para aqueles que se encontravam excluídos do processo produtivo, o que resulta em inclusão social.

A partir de então, os desfavorecidos começaram a ser vistos como cidadãos respeitados, conscientes de seus direitos e deveres, pois, como se costuma dizer, o trabalho dignifica o homem, ao lhe conferir condições de sustento próprio e de sua família.

O processo de interiorização do CEFET-PI começou em Floriano, procurando pontos estratégicos do estado ao implantar suas unidades em Picos e Parnaíba, até chegar, atualmente, aos *campi* de Angical do Piauí, Piripiri, Paulistana, São Raimundo Nonato, Corrente, Uruçuí.

Os objetivos almejados por esse processo de interiorização são: oportunizar o acesso aos cursos de Ensino Médio, prioritariamente integrado ao Ensino Profissionalizante e Superior; difundir a tecnologia no interior do Estado, permitindo a adoção e o desenvolvimento de novos processos de produção e de transformação; oportunizar desenvolvimento, com sustentabilidade, às regiões em que os *campi* foram instalados, em razão da possibilidade de implantação de parques

tecnológicos, pela existência de recursos humanos habilitados para operá-los; estimular o não deslocamento da população estudantil para outras regiões, suprimindo a ausência de instituições de ensino técnico e tecnológico na localidade; estimular o crescimento e o progresso das cidades onde foram instalados os *campi*; possibilitar satisfação e melhoria do nível de qualidade de vida da população daquelas regiões abrangidas pelos *campi*.

Segundo o MEC (2009), cada *campus* deverá incorporar e manter princípios e valores historicamente estabelecidos, dentre os quais se destacam: ser uma instituição aberta, na qual a interação com a comunidade oriente as políticas de Ensino, Pesquisa e Extensão; o respeito às características de cada região, orientando a oferta de cursos e a atualização curricular para que atendam às demandas locais e regionais; a integração com o segmento empresarial, como estratégia de oportunidades à comunidade interna, buscando ampliar a oferta estágios/empregos aos alunos/egressos da Instituição; o estímulo ao desenvolvimento de projetos e serviços cooperativos Instituto-empresa; a promoção e o apoio às atividades de extensão, levando às comunidades locais e regionais a produção acadêmica desenvolvida pela Instituição, contribuindo para a emancipação econômica e social dessas regiões; a participação nas iniciativas locais de incubadoras e parques tecnológicos, como estímulo ao desenvolvimento regional; a participação nas manifestações culturais, artísticas, científicas, esportivas e educacionais promovidas pelas comunidades locais e regionais.

4.3 Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí (IFPI): Um novo modelo de Instituição

O Centro Federal de Educação Tecnológica do Piauí (CEFET-PI) teve reorganizada sua estrutura para Instituto Federal (IF) através da sanção do Presidente Luis Inácio Lula da Silva.

O CEFET-PI transformou-se em Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia (IFPI) e articula os níveis de educação superior, básica e técnica, centrando-se na oferta de educação profissional e tecnológica nas diferentes modalidades de ensino.

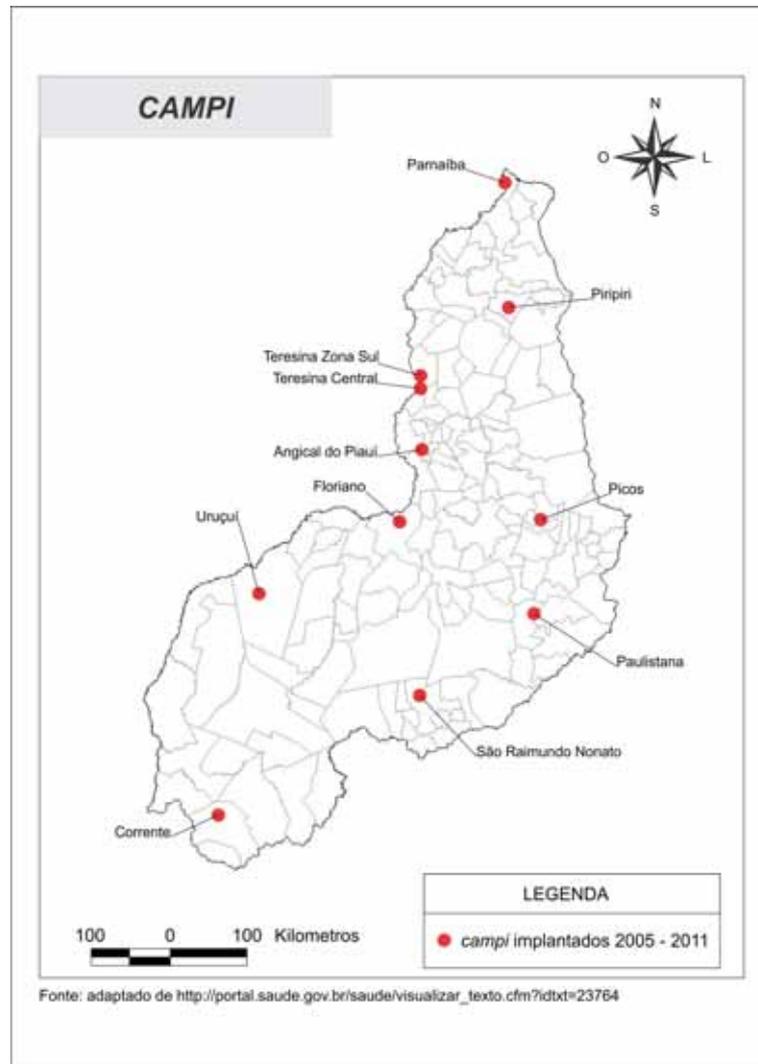
A Instituição tem forte inserção na área de pesquisa, inovação tecnológica e extensão, visando estimular o desenvolvimento de soluções técnicas e tecnológicas, estendendo seus benefícios às comunidades.

Com a transformação, foi ampliada a oferta de cursos técnicos de nível médio, em especial cursos de currículo integrado. Na educação superior, o destaque fica para os cursos de engenharias e de licenciaturas em ciências: física, química, matemática e biologia, bem como de licenciatura de conteúdos específicos da educação profissional e tecnológica: a formação de professores de mecânica, eletricidade e informática.

Com isso, a Instituição adquiriu autonomia para criar e extinguir cursos, bem como para registrar diplomas dos cursos por ela oferecidos, mediante autorização do seu Conselho Superior. E, ainda, obteve o *status* de uma Universidade Federal em termos de funcionalidade, acesso ao fomento de pesquisa e extensão e todos os programas de apoio dos vários ministérios.

De acordo com a Lei 11.892, de 29 de dezembro de 2008, o Instituto Federal do Piauí (IFPI) está organizado com base numa estrutura multicampi, ampliando o número de escolas para 11 em municípios polos do Piauí, conforme mapa 07.

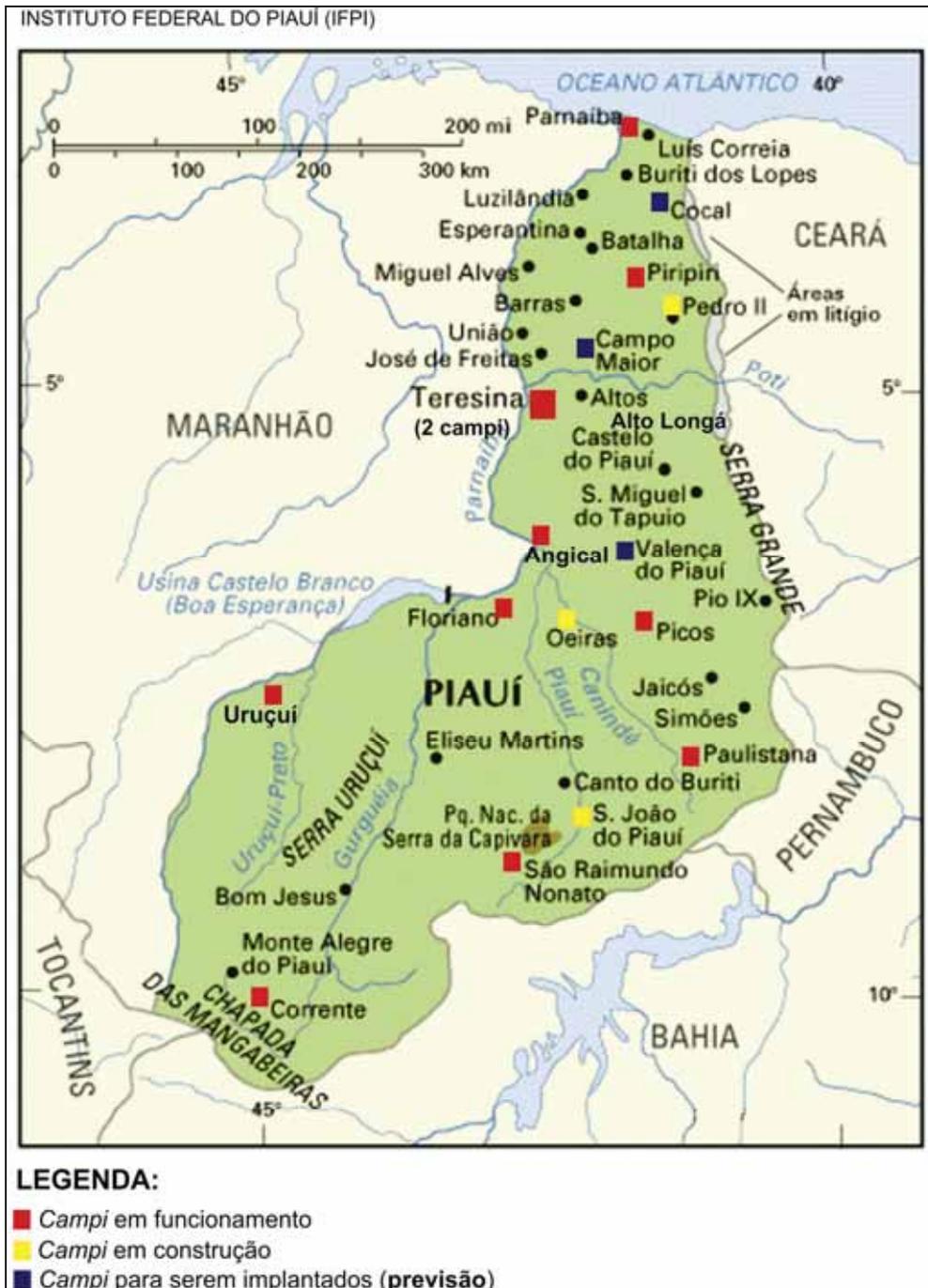
Mapa 07– Estrutura multicampi após Lei 11.892, de 29 de dezembro de 2008.



Em 2008, foram definidos pela Expansão da Rede Federal mais *campi*, e em 2009 foram inaugurados os *campi* de Uruçuí, Corrente, São Raimundo Nonato, Angical do Piauí, Paulistana e Piripiri, totalizando 11 *campi* em funcionamento.

A partir de 2012, estarão funcionando mais seis *campi*, totalizando 17 *campi*. As novas unidades estão localizadas nas cidades de Oeiras, São João do Piauí, Pedro II, Valença, Campo Maior e Cocal (mapa 08).

Mapa 08 – Localização dos *campi* do IFPI no interior do estado.



Fonte: guianet.com.br

Em seus 103 anos de existência (início em 1909), o hoje denominado Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí tem se destacado também no campo social, através de vários projetos que têm como público-alvo as comunidades carentes. Em suas ações, a Instituição, além de beneficiar a comunidade, firma compromisso com a responsabilidade social e ajuda o progresso do estado do Piauí. Dentre os projetos sociais realizados pelo Instituto Federal do Piauí estão os de Assistência Financeira ao Alunado Carente; Orientação Individual ao Aluno Bolsista; Apoio à Família; Bolsa Família; Bolsa de Trabalho; Bolsa de Iniciação Científica; Bolsa Monitoria e Bolsa Estágio; Isenção de taxa de Inscrição para Alunos Carentes; Formação de Profissionais em Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS); Projeto de Integração dos Portadores de Necessidades Educativas Especiais no mundo do trabalho e de Capacitação de Recursos Humanos na área de Educação Especial, tendo como missão institucional promover uma educação de excelência direcionada às demandas sociais.

Sendo uma das instituições pertencentes à Rede Federal de Educação Tecnológica do MEC, em 2009 completou o seu primeiro centenário. Ao longo dessa jornada e, principalmente, nos últimos anos, esse Instituto vem contribuindo para o crescimento profissional de jovens e adultos e, conseqüentemente, minimizando as disparidades sociais.

A Instituição alcança o seu primeiro século renovada e revigorada diariamente, expandindo-se verticalmente pela criação de cursos em níveis cada vez mais elevados e, horizontalmente, pela criação de novos *campi*, que são distribuídos pelos municípios polos do estado, como mencionado anteriormente.

Passados mais de cem anos, os frutos dessa educação têm levado nossos jovens a um patamar profissional inigualável, ou seja, de qualidade, tornando possível o sonho dos profissionais que se imbuíram de oferecer um ensino de alto padrão.

Segundo o Ministério da Educação (2010):

Tendo em vista a importância do Instituto Federal para a história da educação profissional em nosso estado, torna-se de suma

importância a coroação dos seus cem anos em 2009, como forma de reconhecimento dos relevantes serviços prestados à sociedade brasileira.

Com o novo Instituto, foram abertas mais possibilidades para o desenvolvimento das microrregiões piauienses. Através do ensino, pesquisa e extensão, ampliou-se o leque de parcerias, oportunidades e recursos para investimentos na educação. Como exemplo, podemos citar os convênios firmados com a Vale S.A., Secretaria Estadual de Educação e Cultura (SEDUC), Prefeituras dos Municípios Polos, Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI), Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE), Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC), Universidade Federal do Piauí (UFPI), Universidade Estadual do Piauí (UESPI) e, ainda, Faculdades Privadas.

As instalações dos *campi* nos municípios polos representam desenvolvimento para as localidades, pelas melhorias nas infraestruturas, oportunidades, empregabilidade e renda. Tudo isso, em conexão com os arranjos produtivos locais e as vocações dos municípios e das microrregiões do estado.

Segundo Amoretti (2006, p. 4), os arranjos produtivos locais podem ser definidos como:

aglomerados de micro e médias empresas que atuam em uma atividade produtiva específica, localizadas num mesmo território, promovendo trabalho e geração de renda na comunidade, criando demandas específicas de mão de obra, articulando a comunidade em torno de atividades produtivas, em arranjos com outros atores locais como governo, associações empresariais, instituições de crédito, ensino e pesquisa.

As pesquisas de campo para levantamento de dados referentes aos municípios polos, e que deram suporte para este trabalho, foram iniciadas no período da criação do IFPI, que se estabeleceu mediante a aprovação da Lei 11.892, de 29 de dezembro de 2008. Em face dessa realidade, diversos estudos foram realizados tendo como referência as nomenclaturas “Unidades Descentralizadas” e “Centro Federal de Educação Profissional e Tecnológica do Piauí (IFPI)”. Todavia, com o propósito de formatar esta experiência em trabalho

para submissão de qualificação de doutorado junto à Pró-Reitoria de Pesquisa do IFPI, realizamos a atualização das nomenclaturas, e o que antes era denominado de unidades de ensino descentralizadas (UNEDs) passa a ser *campus*, *Campi* e IFPI.

CAPÍTULO 5 – POLÍTICAS PÚBLICAS E A EDUCAÇÃO PROFISSIONAL TECNOLÓGICA

5.1 Educação Profissional ao alcance de todos

Na construção do espaço e do território, o Estado exerce um papel de relevância. Nessa perspectiva, podemos ressaltar também sua responsabilidade no que se refere às políticas públicas de transformações dos espaços rurais e urbanos dos Estados brasileiros.

Uma abordagem sobre essa questão vem de Tereza Alencar (2010, p. 21):

O Estado tem grande importância como agente orientador-disciplinador da produção do espaço e do território. Tal fato vem sendo demonstrado em todas as etapas do capitalismo, ora de forma mais visível e direta, ora de forma dissimulada. Alguns teóricos vêm discutindo as questões relativas à produção do espaço e do território, a exemplo de Lefebvre (1978b; 1976), Santos (1986), Harvey (2004), Raffestin (1993), Haesbaert (1997; 2004) e Saquet (2007), os que elaboraram teorias que permitem compreender o espaço a partir das relações sociais de produção, da reprodução ampliada do capital presente na divisão social e territorial do trabalho. Auxiliam, portanto, a compreensão da produção do espaço geográfico que se revela no processo produtivo, tanto no espaço urbano quanto no rural.

Tratando desse tema, podemos ressaltar que a educação tem sido foco de discussões, planejamento e ações estratégicas na implantação dos Institutos Federais (IFs), através do Plano de Expansão da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica, inserido dentro da política de desenvolvimento territorial sustentável a partir do governo do Presidente Luís Inácio Lula da Silva, em 2008.

De acordo com as concepções e diretrizes do Plano de Desenvolvimento Educacional (PDE):

O Ministério da Educação, ao apresentar o Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE), leva a público o seu compromisso com a educação brasileira com mais uma ação: a criação dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia dentro da rede federal de educação profissional e tecnológica, o que se traduz, neste momento histórico, como um dos pilares de sua ação.

O documento que a Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (SETEC) do Ministério da Educação ora apresenta tem como objetivo colocar em destaque aspectos conceituais dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, ou simplesmente Institutos Federais, bem como os princípios norteadores que subsidiarão a sua implantação e implementação por todo o país. Preservado o dinamismo que este instrumento encerra, o documento será contributivo ainda para a elaboração do Plano de Desenvolvimento Integrado de cada Instituto Federal e para outros documentos desta nova institucionalidade. Não resta dúvida de que, a partir de agora, o que se cumpre matiza definitivamente a função social dos Institutos Federais. Assim, é na definição de sentidos que devem ficar estabelecidas a natureza e a singularidade dessas instituições.

A implantação dos Institutos Federais, desde os primeiros registros e debates, sempre esteve relacionada ao conjunto de políticas para a educação profissional e tecnológica em curso. Isso significa que, para trilhar o caminho que leva a essas instituições, passamos necessariamente pela expansão da rede federal de educação profissional e tecnológica; pelas medidas que, em cooperação com estados e municípios, visam à ampliação da oferta de cursos técnicos, sobretudo na forma de ensino médio integrado, inclusive utilizando a forma de educação a distância (EAD); pela política de apoio à elevação da titulação dos profissionais das instituições da rede federal com a formação de mais mestres e doutores; e pela defesa de que os processos de formação para o trabalho estejam visceralmente ligados à elevação de escolaridade, item em que se inclui o Programa da Educação Profissional Técnica de Nível Médio Integrada ao Ensino Médio na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos (Proeja). O que está em curso, portanto, reafirma que formação humana e cidadã precede a qualificação para o exercício da laboralidade e pauta-se no compromisso de assegurar aos profissionais formados a capacidade de manter-se permanentemente em desenvolvimento.

Para Geny Ozga (2000), um dos objetivos da educação deve ser o de superar a reprodução de desigualdades e a persistência de formações sociais

conservadoras. Comenta também existir uma inquietação no que se refere à educação, em especial em relação às diretrizes de suas políticas. Nesse sentido, na visão do Estado a educação e os professores, nos seus desempenhos, devem contribuir para o desenvolvimento de diferentes áreas, sempre com ênfase no crescimento econômico. Para os professores, a educação é um bem público, positivo e de caráter prático. O Estado atribui aos professores responsabilidades de inserção nas suas práticas, estratégias políticas para a solução de problemas.

5.2 Institutos Federais em Território Brasileiro

Com reflexões semelhantes às mencionadas anteriormente, gestores que integram o Ministério da Educação (2012) ressaltam, em textos do Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE), que a criação e implantação dos Institutos Federais em território brasileiro têm como objetivos principais:

Expandir, ampliar, interiorizar e consolidar a rede federal de educação, democratizando e ampliando o acesso de vagas na Educação Profissional e Tecnológica; Promover a formação de profissionais qualificados, fomentando o desenvolvimento regional e estimulando a permanência de profissionais qualificados no interior do Brasil; Potencializar a função social e o engajamento dos institutos como expressão das políticas do Governo Federal na superação da miséria e na redução das iniquidades sociais e territoriais.

Nesse sentido, o MEC, através da Expansão da Rede Federal, atende a três dimensões baseadas em critérios propostos pela própria Lei 11.982, de 29 de dezembro de 2008, que institucionalizou o acordo dos IFs para atuarem em suas realidades regionais. Conforme regem os incisos I e II do art. 6º, seção II, a oferta e o desenvolvimento da educação profissional e tecnológica devem dar ênfase “na atuação profissional nos diversos setores da economia, com ênfase no

desenvolvimento socioeconômico local, regional e nacional”. Assim, também, o inciso IV do referido artigo assegura que os Institutos Federais têm por escopo “orientar sua oferta formativa em benefício da consolidação e fortalecimento dos arranjos produtivos, sociais e culturais locais”.

A Expansão da Rede Federal atende a três dimensões baseadas em critérios de criação dos IFs:

A dimensão **Social** com a universalização de atendimento aos Territórios da Cidadania; Atendimento aos municípios populosos e com baixa receita *per capita*, integrantes do G100*; Municípios com percentual elevado de extrema pobreza.

A dimensão **Geográfica** com atendimento prioritário aos municípios com mais de 50.000 habitantes ou microrregiões não atendidas; Universalização do atendimento às mesorregiões brasileiras; Municípios em microrregiões não atendidas por escolas federais; Interiorização da oferta pública de Educação Profissional e Ensino Superior; Oferta de Educação Superior Federal por estado abaixo da média nacional.

A dimensão de **Desenvolvimento** com municípios com Arranjos Produtivos Locais – APLs identificados; Entorno de grandes investimentos.

Tendo em vista esses critérios que norteiam a escolha do município e a implantação de um *campus* do IFPI, torna-se de grande importância o desenvolvimento de dinâmicas de trabalhos que possam colaborar para o êxito das políticas públicas de expansão da Rede Federal Profissional e Tecnológica no desenvolvimento do município, estado e país.

Nesse sentido, o MEC (2009), no processo de implantação dos IFs, busca identificar aspectos como as potencialidades e vocações; os estrangulamentos e problemas econômicos e ambientais; as demandas sociais, econômicas e educacionais, associadas às localizações geográficas das cidades polos e seus municípios, onde se encontram implantados os *campi* dos institutos federais, que fazem parte da região de influência.

De acordo com essas políticas de governo, procura-se, ainda, identificar instituições e programas de fomento e apoio que possam ser movimentados, tendo em vista a elevação de ações como arranjos locais, desenvolvimento e inovação.

A política de expansão dos IFs adota o conceito de desenvolvimento local e regional sustentável, o qual compreende as transformações que articulam o crescimento da concorrência da economia, representação social e melhoramento da qualidade de vida da população da região e da localidade de implantação do *campus* do IF. Tudo isso, visando à conservação das identidades culturais e o cuidado com o meio ambiente.

A esse respeito, entende-se que esse processo deve ser executado de forma compartilhada, mediante negociações, acordos e planejamento de ações que envolvam grandes desafios no processo de desenvolvimento local e regional.

Por fim, os institutos federais, a partir da instalação de seus campi no município polo, assumem um papel estratégico e de grande importância no que se refere à criação de programas e projetos que promovam o desenvolvimento urbano, rural e regional, com a oferta de cursos técnicos e tecnológicos e, ainda, o fomento à pesquisa e à extensão, de modo a atender as necessidades locais e regionais³.

* Grupo das 100 cidades brasileiras com receita per capita inferior a R\$ 1 mil e com mais de 80 mil habitantes

5.3 O IFPI na Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica

Segundo dados do Ministério da Educação (MEC) e da Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (SETEC), a rede federal, até o final de 2008, contava com 36 Escolas Agrotécnicas, 33 CEFETs com suas 58 Unidades de Ensino Descentralizadas (UNEDs), 32 Escolas Vinculadas, 01 Universidade Tecnológica Federal e 01 Escola Técnica Federal em todo o país.

Conforme referido, em 29 de dezembro de 2008 o presidente Luís Inácio Lula da Silva sancionou a Lei nº 11.892/08, que criou 38 Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (IFs), publicada no Diário Oficial da União de 30 de dezembro do mesmo ano. A mencionada lei instituiu a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica no âmbito do sistema federal de ensino, vinculada ao Ministério da Educação (MEC) e constituída pelas seguintes instituições: Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (IFs); Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR); Centros Federais de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca (CEFET-RJ) e de Minas Gerais (CEFET-MG); Escolas Técnicas vinculadas às Universidades Federais (Lei 11.892/08, art. 1º).

De acordo com o MEC, as instituições que compõem a Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica podem e devem se articular com as políticas de estados voltadas para o desenvolvimento, a partir de iniciativas como a adequada oferta de modalidades de ensino e de cursos, o desenvolvimento de pesquisa e inovação e a atuação em arranjos (produtivos, culturais e sociais) locais e regionais.

A lei nº 11.892/08 criou 38 IFs com a finalidade de ofertar educação profissional e tecnológica em todos os níveis e modalidades e promover a integração e a verticalização da educação profissional, desde a educação básica até a educação superior, otimizando a infraestrutura física, os quadros de pessoal e os recursos de gestão. Segundo a legislação que o instituiu, o Instituto Federal deve constituir-se como centro de excelência na oferta do ensino de ciências em geral e de ciências aplicadas em particular e qualificar-se como referência no apoio à oferta do ensino de ciências nas instituições públicas de ensino, oferecendo capacitação técnica e atualização aos docentes (Lei 11.892/08, art. 6º).

O texto legal também destaca que o IF se propõe a realizar e estimular a pesquisa aplicada, a produção cultural, o empreendedorismo, o cooperativismo, e promover a produção, o desenvolvimento e a transferência de tecnologias sociais. Deve, ainda, orientar sua oferta formativa em benefício da consolidação e fortalecimento dos arranjos produtivos, sociais e culturais locais, a partir do mapeamento das potencialidades de desenvolvimento socioeconômico e cultural, em cada Instituto Federal (Lei 11.892/08, art. 6º).

Pode-se perceber sua estreita articulação com os setores produtivos, principalmente na proposta de geração e adaptação de soluções técnicas e tecnológicas e na oferta formativa, em benefício dos arranjos produtivos locais. A análise da lei já aponta algumas ambiguidades que vêm gerando interpretações particulares. Uma delas é atribuir o significado de “pesquisa aplicada” à pesquisa dirigida aos setores industriais e empresariais. Porém, a quantidade de finalidades e características expressas na lei, no seu artigo 6º, passa a certeza de que o IF é, em última análise, mais um modelo alternativo à “universidade de pesquisa”, que vem sendo implantado na América Latina, nos últimos anos, a partir do incentivo explícito do Banco Mundial.

Hoje, o Instituto Federal é mais do que um novo modelo institucional, é a expressão maior da atual política pública de educação profissional brasileira e está produzindo mudanças significativas na vida e na história das instituições que

optaram por aderir à proposta governamental. Por esse motivo, essas mudanças precisam ser acompanhadas e gerenciadas por agentes dos Órgãos Públicos.

Não se pode deixar de registrar também que é necessário acompanhar sua expansão, investigando se os novos cursos são realmente os mais necessários àquela sociedade; se eles vêm associados à equivalente ampliação do quadro de docentes e técnicos; se a estrutura física está adequada; se os laboratórios estão equipados, etc. Em última análise, é necessário investigar se as promessas estão sendo cumpridas, para que se possa avaliar se, realmente, a atual política tem condições de contribuir para a expansão da educação profissional brasileira, com qualidade socialmente referenciada.

Particularmente, o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí (IFPI), nos termos da Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008, é uma autarquia pública federal, vinculada ao Ministério da Educação (MEC), com autonomia administrativa, patrimonial, financeira, didático-pedagógica e disciplinar, sob a supervisão da Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (SETEC).

Instituição pluricurricular e *multicampi* voltada para diversas modalidades de ensino, a saber: o superior, o básico e o profissional, especializada na oferta de educação tecno-tecnológica, o IFPI tem um ex-aluno à frente de sua reitoria. Mantendo e fortalecendo a mesma filosofia educacional sócio-profissionalizante, com cem anos de tradição, tem seu trabalho reconhecido na comunidade piauiense pela excelência do ensino ministrado. Dispõe de laboratórios adequados às demandas impostas pelos avanços tecnológicos e de docentes altamente qualificados, contando com doutores, mestres e especialistas nas áreas de educação tecno-tecnológica e humanística.

O corpo docente-administrativo procura preservar a respeitável tradição de que o IFPI é portador no campo da educação profissionalizante no Piauí e regiões adjacentes, realizando pesquisas aplicadas, novos processos, produtos e serviços, em articulação com os setores produtivos e a sociedade em geral; desenvolvendo projetos em parceria com instituições públicas, privadas e de economia mista;

oferecendo mecanismos para a educação continuada, bem como desenvolvendo programas de extensão e divulgação científico-tecnológica, com vistas a contribuir para o crescimento do Estado e, por que não dizer, do Brasil.

A cultura científica, técnica e tecnológica no Instituto Federal apoia-se num embasamento genuinamente humanístico, expresso num aprimoramento em relação às disciplinas de cultura geral, atividades artísticas (coral, teatro, dança, banda de música) e na educação cívico-esportiva. Continuando o citado processo de revitalização, durante as comemorações do bicentenário do escritor português Alexandre Herculano, o IFPI promoveu o Congresso Alexandre Herculano: Um Expoente da Cultura em Língua Portuguesa.

Desde 2005, o Instituto Federal do Piauí (IFPI) tem buscado ferramentas para a promoção da capacitação docente e de incentivo ao desenvolvimento da pesquisa científica e da inovação tecnológica.

No que se refere à capacitação docente, nos níveis de mestrado e doutorado essa abrange as áreas de Genética e Toxicologia Aplicada, Educação, Ensino de Ciências e Matemática, Ciências dos Materiais, Geografia, Engenharia Elétrica, Letras, Educação Física, Ciência da Computação e Engenharia Civil, conforme pode ser observado nos quadros 5, 6 e 7.

Nesse período, foram titulados sessenta e dois mestres e nove doutores, através de programas *Stricto Sensu* do tipo MINTER e DINTER, totalmente financiados pelo IFPI. Além dos já titulados, existem ainda outros oitenta e dois servidores em processo de capacitação, sendo quarenta em programas de mestrado e quarenta e dois em programas de doutorado.

Quadro 05 - Servidores titulados nos programas MINTER e DINTER do IFPI (2009 – 2010)

Área	MINTER	DINTER
Genética e Toxicologia Aplicada – ULBRA-RS	8	1
Ensino de Ciências e Matemática – ULBRA-RS	14	0
Educação – ULBRA-RS	9	0
Ciência dos Materiais – UFRN	14	2
Geografia – UNESP-Rio Claro-S. Paulo	14	6
Engenharia Elétrica – UFC	3	
TOTAL	62	9

Fonte: Pró-reitoria de Pesquisa do IFPI (2011)

Quadro 06 - Servidores em capacitação nos programas MINTER e DINTER do IFPI.

Área	MINTER	DINTER
Genética e Toxicologia Aplicada – ULBRA-RS		06
Letras – UFPE		05
Ciência dos Materiais – UFRN	04	03
Geografia – UNESP-Rio Claro-S. Paulo	02	07
Engenharia Elétrica – UFC	10	
Educação Física - UCB	07	
Ciência da Computação – UFF	16	10
Educação – UFPI	01	
Engenharia Civil – UFPE		11
TOTAL	40	42

Fonte: Pró-reitoria de Pesquisa do IFPI (2011)

Quadro 07 - Programas MINTER previstos para 2012.

Área	MINTER	DINTER
Engenharia Civil – UFC	14	
Educação – UNISINOS-RS	20	
Saúde Coletiva – UNISINOS-RS	20	
Administração – USP	16	
TOTAL	70	

Fonte: Pró-reitoria de Pesquisa do IFPI (2012)

A UNESP/Rio Claro desempenhou um importante papel nesse processo de capacitação docente do IFPI, pois foi uma das primeiras instituições a firmar parceria para um programa MINTER e DINTER, através do seu Instituto de Geociências e Ciências Exatas – IGCE - Programa de Pós-Graduação em Geografia, com a oferta de dezesseis vagas para Mestrado e sete vagas para Doutorado. Essa parceria atingiu plenamente seus objetivos, pois, no prazo estabelecido em convênio, conseguiu-se a titulação de vinte docentes.

CAPÍTULO 6 - A EXPANSÃO DO INSTITUTO FEDERAL DO PIAUÍ A PARTIR DE 2008.

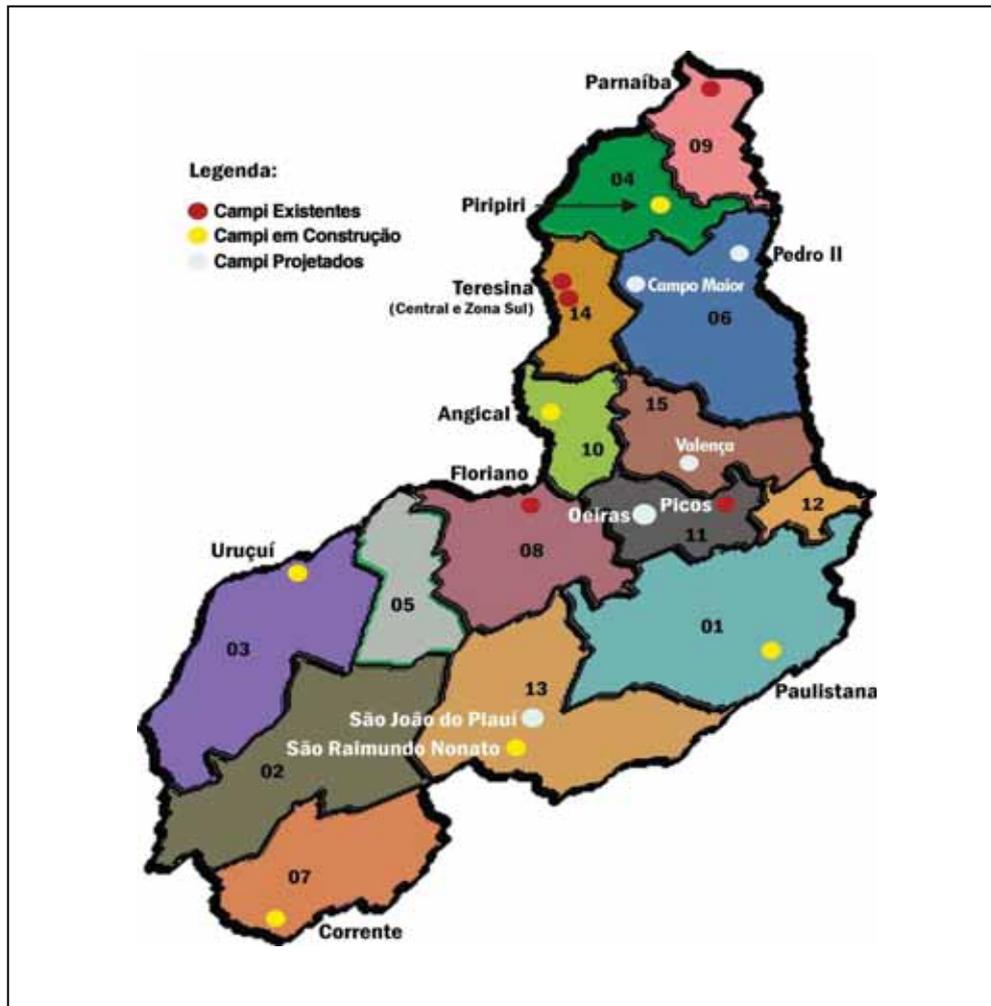
A Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (SETEC), de um lado, tem procurado promover uma interação entre a oferta de cursos, o desenvolvimento de pesquisa e a promoção da extensão; e, de outro, suprir as demandas sociais, econômicas e culturais das regiões em que se insere a Instituição integrante da Rede das Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica. A perspectiva é alcançar potencialmente o desenvolvimento local e regional sustentável econômica e ambientalmente, com inclusão social e democracia em termos políticos, culturais e informacionais. Tudo isso foi planejado tendo em vista as necessidades educacionais e os arranjos produtivos locais.

Diante disso, há de se compreender a dimensão política e o sentido estratégico desse processo, que deve orientar desde a seleção dos professores e dos técnicos administrativos da instituição até as modalidades de Educação Profissional e Tecnológica e de cursos a serem ofertados; desde o caráter e natureza dos Núcleos de Pesquisa até as relações políticas da instituição para com a sociedade.

No estado do Piauí, a escolha dos municípios para serem implantados os *campi* do Instituto Federal do Piauí até 2013 (mapa 09) se deu mediante critérios estabelecidos pelo Ministério da Educação (MEC). O documento criado pelo MEC, sobre o Plano de Expansão da Rede Federal de Educação Tecnológica, estabelecendo a definição da cidade-polo, define como critérios:

- distribuição territorial equilibrada das novas unidades de ensino;
- cobertura do maior número possível de mesorregiões;
- sintonia com os Arranjos Produtivos Locais (APLs);
- aproveitamento de infraestruturas físicas existentes nos municípios;
- identificação de potenciais parcerias.

Mapa 09 - Expansão do IFPI até 2013.



Microrregiões do Piauí: Implantação dos *campi* do IFPI

- | | |
|---|---|
| 01 - Alto Médio Canindé | 09 – Litoral Piauiense (Campus do IFPI) |
| 02 - Alto Médio Gurgueia | 10 – Médio Parnaíba Piauiense (Campus do IFPI) |
| 03 - Alto Parnaíba Piauiense | 11 – Picos (Campus do IFPI) |
| 04 – Baixo Parnaíba Piauiense | 12 – Pio IX |
| 05 – Bertolândia | 13 – São Raimundo Nonato (Campus IFPI) |
| 06 – Campo Maior (IFPI) | 14 – Teresina (02 Campi do IFPI) |
| 07 – Chapada do Extremo Sul Piauiense | 15 – Valença |
| 08 – Floriano (Campus do IFPI) | |

6.1 As microrregiões do Piauí e a implantação dos *campi* do IFPI

De acordo com a determinação do MEC, em documento que define os pré-requisitos para a implantação dos *campi* no interior do estado, torna-se de grande importância o levantamento de informações, através do estudo e da pesquisa, sobre as microrregiões e suas potencialidades: emprego, renda, vocações e, ainda, seus arranjos produtivos, itens estes que são a base em que se sustenta e que define a escolha do município polo para a implantação de um *campus* do IFPI.

Dentre os critérios acima mencionados, ainda podemos evidenciar a distribuição territorial equilibrada, cobertura do maior número de mesorregiões e, também, sintonia com os arranjos produtivos das microrregiões. Nesse sentido, é preciso considerar a dinâmica do território em que essas microrregiões estão inseridas, tais como: potencial de crescimento, territorialidade, localidade.

A atuação do IFPI só tem sentido mediante os processos de desenvolvimento integrados às redes locais que abrangem as microrregiões e onde as condições e dimensões econômicas sejam levadas em conta, privilegiando as dimensões territoriais. Assim, o acesso à educação, através da implantação do IFPI, promove o desenvolvimento sustentável e a inserção de jovens e adultos no mundo do trabalho.

O Piauí tem como principais atividades o comércio e os serviços, embora a agricultura, a pecuária, a indústria, o extrativismo vegetal e mineral também contribuam com o desenvolvimento do Piauí, cujo PIB per capita é o menor dos estados brasileiros (R\$ 4.661,56 em 2007) (AMARAL; NASCIMENTO, 2010).

Uma abordagem sobre esta questão vem de Freitas (2012), quando escreve que a economia do Estado do Piauí oferece uma diversidade de atividades, como: comércio, indústria, agricultura, pecuária, turismo e extrativismo. O setor de prestação de serviços e comércio varejista proporciona relevância para a economia, atuando em diversos segmentos, como vestuário, financeiras, calçados, concessionárias de veículos, escolas, dentre outros.

Nos últimos anos a agricultura teve um grande avanço, pois uma grande parcela dos agricultores deixou de plantar apenas para subsistência para desenvolver a atividade da agroindústria, voltada para a comercialização da produção.

O extrativismo mineral e vegetal é outra atividade do Estado. Destacamos na área mineral a extração de mármore, amianto, gemas, ardósia, níquel, talco e vermiculita. No extrativismo vegetal, destaca-se a extração do babaçu e da carnaúba, de onde são retiradas matérias-primas para municiar as indústrias automotivas, de cosméticos, dentre outras (IBGE, 2010).

Essa realidade exige dos gestores da educação e integrantes da equipe de planejamento e implantação dos *campi* nos municípios polos das microrregiões uma visão estratégica para escolha dos cursos profissionalizantes que contemplem as necessidades locais e regionais.

Nesse contexto, o Instituto Federal do Piauí atua nos territórios que apresentam maior população, maior potencial econômico, além das microrregiões que abrangem maior número de municípios. A implantação do IFPI no interior do estado forma ambientes favoráveis para o progresso local e regional.

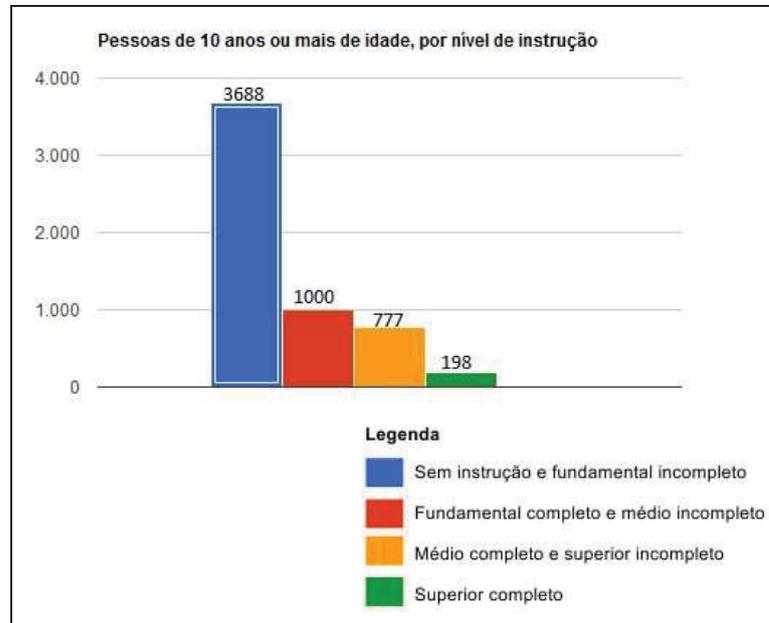
6.1.1 Microrregião do Médio Parnaíba Piauiense: *Campus* Angical do Piauí

O município de Angical do Piauí² fica localizado na microrregião do Médio Parnaíba Piauiense. Segundo o IBGE (2010), o município tem uma população total estimada em 6.670 habitantes, com 5.212 moradores na zona urbana e 1.458 na zona rural, sendo, na sua maioria, pessoas sem qualquer instrução ou apenas com ensino fundamental incompleto, como pode ser observado no gráfico 01. Angical do Piauí tem sua economia concentrada na agricultura familiar, na pecuária e no comércio, e é considerada uma das cidades mais importantes do Médio Parnaíba

(gráfico 02). Devido a essa característica, os primeiros cursos a serem implantados pelo campus atendem à área do comércio, administração e informática.

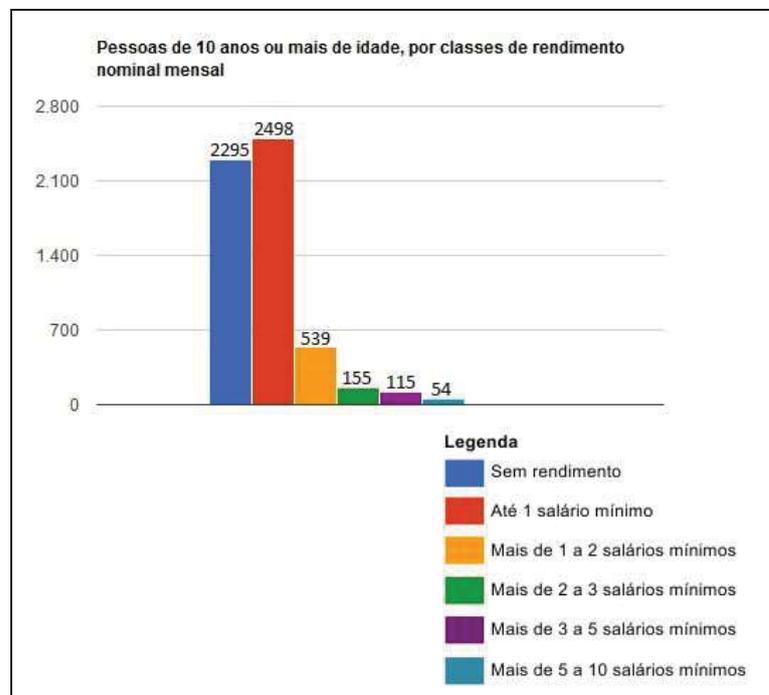
O imóvel do *campus* foi uma doação da Prefeitura do município. Inaugurado em 2009, teve iniciado o seu funcionamento a partir de 2010. Como os demais *campi* da expansão II em funcionamento, este também é referência de ensino na região e conta inicialmente com um corpo discente estimado em 1.000 alunos (fotos 01 e 02).

Gráfico 01 - Dados da população de Angical do Piauí sobre nível de instrução.



Fonte: Senso IBGE, 2010

Gráfico 02 - Dados da população de Angical do Piauí por classe de rendimento.



Fonte: Senso IBGE, 2010

Foto 01 - Entrada do *campus* Angical.



Fonte: Assessoria de Comunicação (ASCOM) – IFPI (2010)

Fotografia: Acervo ASCOM

Foto 02 - Professor e alunos em sala de aula no *campus* Angical.



Fonte: ASCOM – IFPI (2010)

Fotografia: Acervo ASCOM

O atendimento educacional oferecido com a expansão da educação profissional e tecnológica em seus diferentes eixos e, ainda, as ações sociais desenvolvidas em parceria com o Município de Angical do Piauí tornam-se políticas públicas que contribuem significativamente para o desenvolvimento local e regional. Assim, é possível ser observado que, de fato, o *campus* do IFPI vem atender uma necessidade real educacional e econômica. Tais ações são oportunidades que se estendem especialmente à cidade polo e aos municípios da microrregião do Médio Parnaíba Piauiense.

6.1.2 Microrregião das Chapadas do Extremo Sul Piauiense: *Campus* Corrente

O *Campus* Corrente fica localizado na microrregião das Chapadas do Extremo Sul Piauiense. O município tem uma população total estimada em 25.408 habitantes, sendo 15.693 moradores da zona urbana e 9.715 na zona rural.

Corrente, distante 874 km da capital do estado (Teresina), é o município polo de sua microrregião e a maior cidade das cinco microrregiões do sul do Estado do Piauí, tendo sua economia concentrada na agricultura familiar, na pecuária e no agronegócio. Tem, ainda, proximidade com a população baiana, devido a sua localização, fazendo divisa com os municípios de Formosa e de Santa Rita da Bahia.

O *Campus* Corrente iniciou seu funcionamento em 2010. Como os demais campi em funcionamento, é referência de ensino na região e conta com um corpo discente de cerca de 1.000 alunos. (ver foto 03 e 04)

As políticas públicas no âmbito da educação profissional e tecnológica, promovidas através do programa de Expansão da Rede Federal de Educação, contribuem significativamente para o desenvolvimento educacional, econômico e social, local e regional. O atendimento educacional, oferecido com a implantação de um campus do IFPI em seus diferentes eixos profissionais e tecnológicos, reverte em ações sociais importantes para o Município de Corrente. Nos gráficos 03 e 04, são apresentados os dados referentes às condições educacionais e econômicas do

município de Corrente, mostrando que a instalação do *campus* do IFPI era realmente necessária.

Foto 03 - Fachada do *campus* Corrente (em construção).



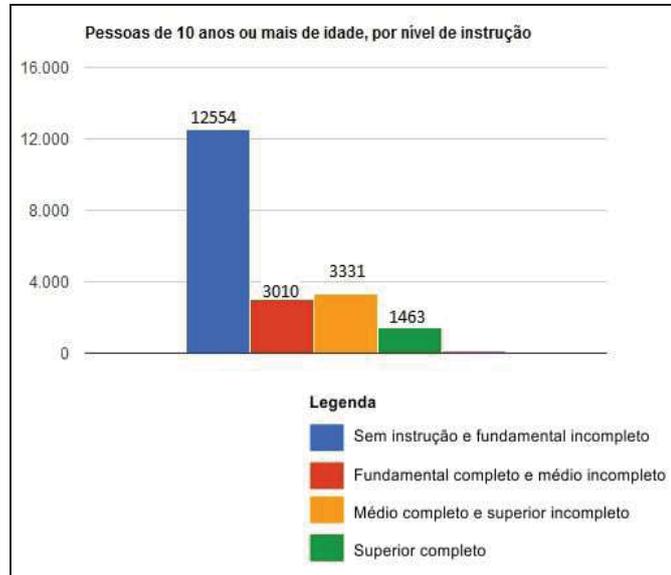
Fonte: ASCOM – IFPI (2009)
Fotografia: Acervo ASCOM

Foto 04 – Acesso da entrada principal do *campus* Corrente (em construção).



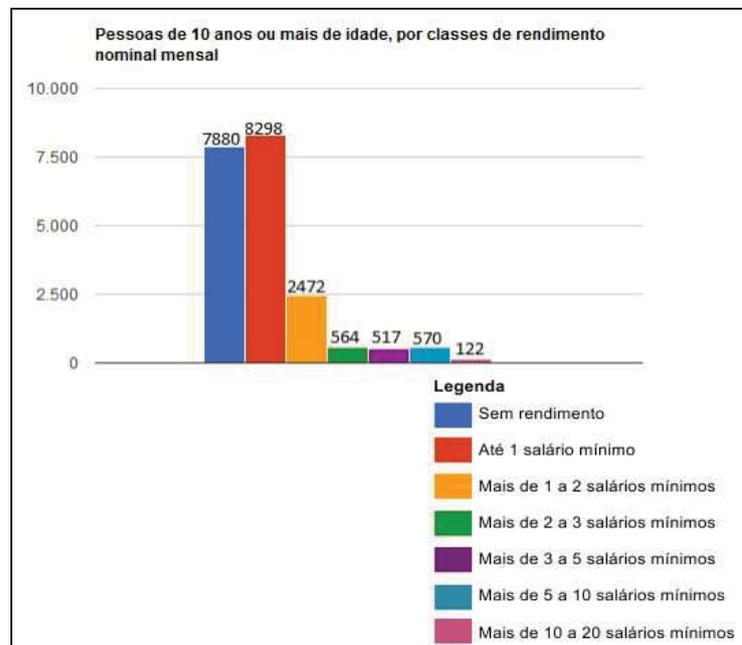
Fonte: ASCOM – IFPI (2009)
Fotografia: Acervo ASCOM

Gráfico 03 - Dados da população de Corrente sobre nível de instrução.



Fonte: Senso IBGE, 2010

Gráfico 04 - Dados da população de Corrente por classe de rendimento.



Fonte: Senso IBGE, 2010

6.1.3 Microrregião do Alto Médio Canindé: *Campus Paulistana*

O *Campus Paulistana* fica localizado na microrregião do Alto Médio Canindé, a qual tem uma população total estimada de 19.783 habitantes, sendo 10.654 moradores na zona urbana e 9.129 na zona rural. Localiza-se no Sudeste Piauiense, cerca de 450 quilômetros da capital. Historicamente, foi originada de uma fazenda de criação de gado, fundada pelo Bandeirante Domingos Jorge Velho, sendo o nome atual uma homenagem à sua esposa Dona Domiciana Vieira Martins, que era natural do Estado de São Paulo.

O município tem sua economia baseada na agricultura familiar, na pecuária e na mineração. Na região, estão concentradas grandes reservas de diferentes minérios, a exemplo do ferro, sendo considerada uma das cidades mais importantes da microrregião do Alto Médio Canindé.

O *Campus Paulistana* foi inaugurado em 2009 e iniciou o seu funcionamento a partir de 2010. Seguindo os demais *campi*, é referência de ensino na região e conta com um corpo discente de cerca de 1.000 alunos (ver foto 05 e 06).

O atendimento a jovens e adultos no âmbito educacional, com a expansão da educação profissional e tecnológica em seus diferentes eixos, e a participação do *Campus* nas ações sociais que são desenvolvidas no município de Paulistana tornam-se políticas públicas que contribuem significativamente para o desenvolvimento local e regional. Os dados mostrados pelos gráficos 05 e 06, justificam a instalação do *campus* do IFPI em Paulistana.

Foto 05 - Fachada do *campus* Paulistana (em construção).



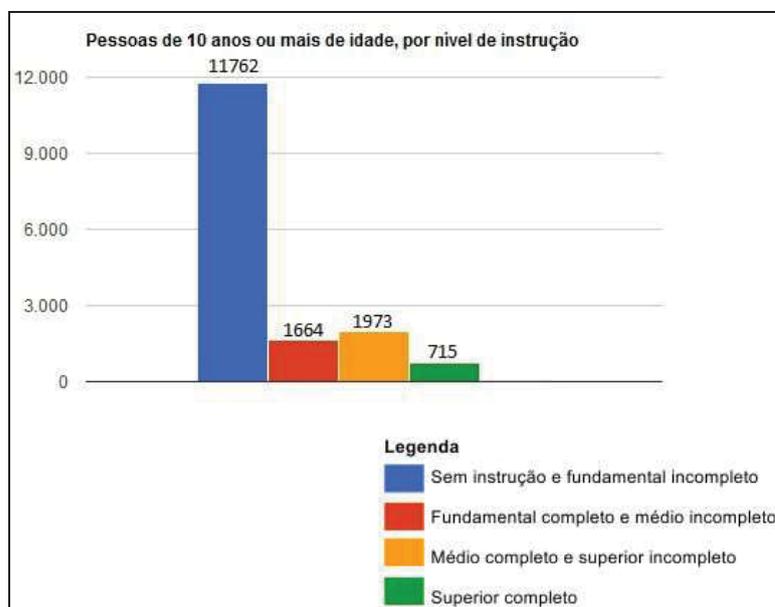
Fonte: ASCOM – IFPI (2010)
Fotografia: Acervo ASCOM

Foto 06 - Pátio Interno do *campus* Paulistana (em construção).



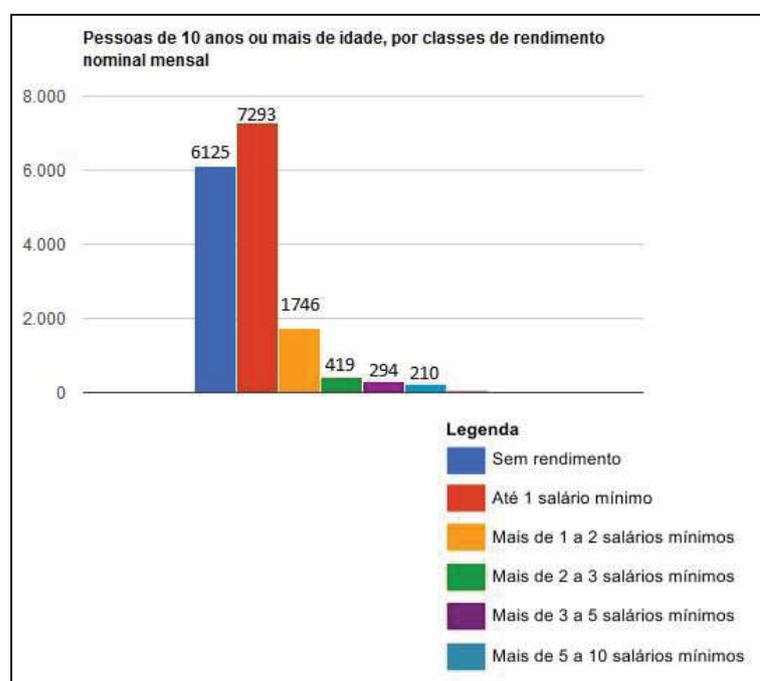
Fonte: ASCOM – IFPI (2010)
Fotografia: Acervo ASCOM

Gráfico 05- Dados da população de Paulistana sobre nível de instrução.



Fonte: Senso IBGE, 2010

Gráfico 06 - Dados da população de Paulistana por classe de rendimento.



Fonte: Senso IBGE, 2010

6.1.4 Microrregião do Baixo Parnaíba Piauiense: *Campus* Piripiri

O *Campus* Piripiri fica na microrregião do Baixo Parnaíba Piauiense, e o município tem população total estimada em 61.840 habitantes, sendo 44.539 moradores da zona urbana e 17.301 da zona rural. A cidade de Piripiri é considerada no momento como a quarta cidade do estado em população, estando situada entre a capital Teresina e a cidade litorânea de Parnaíba. No passado, Piripiri tinha como principal economia a criação de gado e a cera de Carnaúba, produto abundante do município e, atualmente, é muito forte no setor de confecção e vestuário.

O *Campus* Piripiri foi inaugurado em 2009 e iniciou o seu funcionamento a partir de 2010. A exemplo dos demais *campi*, também é referência de ensino na região e conta com um corpo discente de cerca de 1.000 alunos (ver foto 07 e 08).

O município de Piripiri tem sua economia concentrada na agricultura familiar, na pecuária e no comércio.

O Programa de Expansão da Rede Federal de Educação, no que se refere às políticas públicas, contribui significativamente para o desenvolvimento educacional, econômico e social, a nível local e regional.

O atendimento educacional, fornecido a partir da implantação de um *campus* do IFPI, com seus diferentes eixos profissionais e tecnológicos, reverte-se em ações sociais importantes para o Município de Piripiri. Assim, pode-se observar, de acordo com os gráficos 07 e 08, que, de fato, o *campus* do IFPI vem atender a uma necessidade educacional e econômica. Tais ações são oportunidades que se estendem especialmente à cidade polo e aos municípios da microrregião do Baixo Parnaíba Piauiense.

Foto 07 - Fachada do *campus* Piripiri.



Fonte: ASCOM – IFPI (2009)
Fotografia: Acervo ASCOM

Foto 08 – Entrada principal do *Campus* Piripiri.



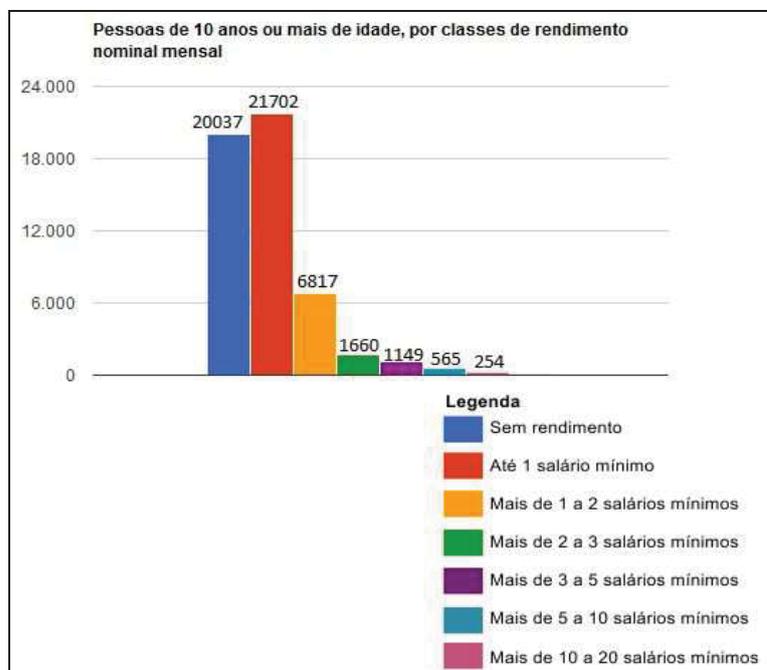
Fonte: ASCOM – IFPI (2009)
Fotografia: Acervo ASCOM

Gráfico 07 - Dados da população de Piripiri sobre nível de instrução.



Fonte: Senso IBGE, 2010

Gráfico 08 - Dados da população de Piripiri por classe de rendimento.



Fonte: IBGE, 2010.

6.1.5 Microrregião de São Raimundo Nonato: *Campus São Raimundo Nonato*

O Campus São Raimundo Nonato fica localizado na microrregião de São Raimundo Nonato. O município tem população total estimada em 32.347 habitantes, sendo 21.272 moradores da zona urbana e 11.075 da zona rural. São Raimundo Nonato é um município do estado que se localiza 576 km de distancia de Teresina, capital do Piauí, e está situado na mesorregião do Sudoeste Piauiense.

Segundo informação da CEPRO (2010), sobre a contextualização histórica do município, em 06 de julho de 1832 foi criado, por Decreto da Regência do Império, o distrito eclesiástico de São Raimundo Nonato, com sede no lugar denominado Confusões, a qual foi transferida, posteriormente, em 1836, para o povoado Jenipapo. O Distrito foi elevado à categoria de Vila com a mesma denominação de São Raimundo Nonato pela Resolução Provincial nº 257, de 09 de agosto de 1850, por desmembramento dos Municípios de Jaicós e Jerumenha, e instalada em 4 de março de 1851. Por intermédio da lei municipal, datada de 12 de janeiro de 1904, foram criados os distritos de Caracol e João Alves. Finalmente a Vila foi alçada à condição de município, com a denominação de São Raimundo Nonato, pela Lei Estadual nº 669, de 26 de junho de 1912.

Em São Raimundo Nonato, encontra-se localizado o Parque Nacional Serra da Capivara, um parque patrimônio da humanidade, tombado pela UNESCO, e o Museu do Homem Americano, responsável pelo armazenamento e exibição dos achados históricos e pré-históricos do Parque Nacional Serra da Capivara. A economia do município assenta-se na agropecuária, turismo, indústria e serviços. O clima da região configura-se como tropical semiárido a maior parte do ano.

No que se refere à educação, o município tem uma comunidade estudantil que se configura com o maior índice de matrículas no Ensino Fundamental, com mais de 6.142 alunos matriculados, sendo 3.636 nos anos iniciais e 2.506 nos anos finais (IBGE, 2010).

O Programa de Expansão da Rede Federal de Educação, no que se refere às políticas públicas, contribui significativamente para o desenvolvimento educacional, econômico e social, em nível local e regional.

O *campus* São Raimundo Nonato foi inaugurado em 2009 e iniciou o seu funcionamento a partir de 2010. A exemplo dos demais *campi*, também é referência de ensino na região e conta com um corpo discente de cerca de 1.000 alunos (foto 09 e 10).

O atendimento educacional oferecido com a implantação de um *campus* do IFPI, com seus diferentes eixos profissionais e tecnológicos, é revertido em ações sociais importantes para o Município de São Raimundo Nonato. Assim, de acordo com os gráficos 09 e 10, pode-se observar que, de fato, o *campus* do IFPI vem atender uma necessidade real educacional e econômica da região. Tais ações são oportunidades que se estendem especialmente à cidade polo e aos municípios da microrregião do Baixo Parnaíba Piauiense.

Foto 09 - Parte lateral do *campus* São Raimundo Nonato



Fonte: ASCOM – IFPI

Fotografia: Acervo ASCOM

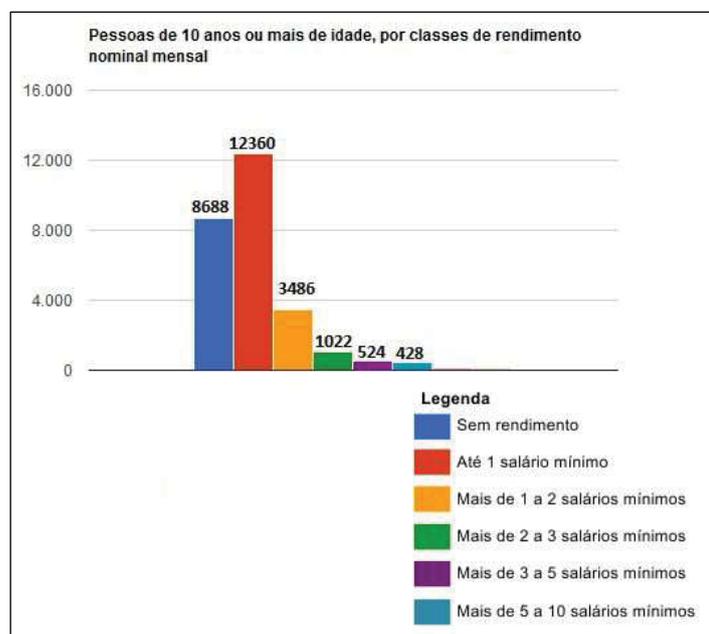
Foto 10 – Guarita de entrada do *Campus* São Raimundo Nonato.



Fonte: ASCOM – IFPI (2010)

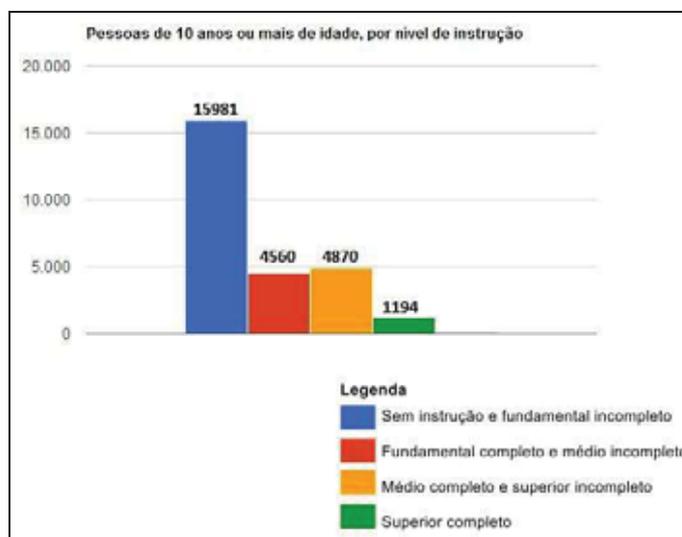
Fotografia: Acervo ASCOM

Gráfico 09 - Dados da população de São Raimundo Nonato sobre nível de instrução.



Fonte: Senso IBGE, 2010

Gráfico 10 - Dados da população de S. Raimundo Nonato por classe de rendimento.



Fonte: Senso IBGE, 2010

6.1.6 Microrregião do Alto Parnaíba Piauiense: *Campus Uruçuí*

O *campus* Uruçuí fica localizado na microrregião do Alto Parnaíba Piauiense. Esta tem uma população total estimada em 20.152 habitantes, sendo 15.503 residentes da zona urbana e 4.649 da zona rural. O município tem sua economia concentrada na agropecuária e na agroindústria. Atualmente, como todos os municípios do sul do estado, Uruçuí vem sofrendo com a corrida em busca de suas terras férteis, principalmente para produção de soja. A exploração comercial da soja, que se iniciou na década de 1980, vem provocando uma migração de paranaenses, catarinenses, gaúchos, paulistas e, mais recentemente, goianos e mato-grossenses, em direção aos cerrados piauienses.

Segundo dados da Fundação Cepro (2010), Uruçuí tem sua economia destacada pela produção e beneficiamento de produtos agrícolas para fabricação de alimentos, ocupando o quarto lugar do estado nesta área. O que chama atenção também é sua classificação em primeiro lugar em relação à agropecuária,

concentrando 22,37% de toda produção agrícola do Estado, sendo que 37% da mesma só de soja. Estes dados favorecem a importância da região dos cerrados. A partir de 2006, foi registrado crescimento real de 546% na produção de soja em todo o Estado, impulsionado pelo município de Uruçuí. No ranking dos cinco primeiros em relação à agropecuária estão Uruçuí, Baixa Grande do Ribeiro, Teresina, Ribeiro Gonçalves e Santa Filomena.

No setor da indústria, Uruçuí ocupa o segundo lugar, com a produção de vegetal bruto, adubo e fertilizantes.

O *Campus* Uruçuí foi inaugurado em 2009 e iniciou o seu funcionamento a partir de 2010. A exemplo dos demais *campi*, é referência de ensino na região e conta com um corpo discente com cerca de 1.000 alunos (foto 11 e 12).

O atendimento educacional oferecido através da implantação de um *campus* do IFPI, com seus diferentes eixos profissionais e tecnológicos, tem revertido em ações sociais importantes para o Município de Uruçuí. Assim, de acordo com os gráficos 11 e 12, pode-se observar que, de fato, o *campus* do IFPI vem atender uma necessidade real educacional e econômica, oferecendo oportunidades que se estendem especialmente à cidade polo e aos municípios da microrregião do Baixo Parnaíba Piauiense.

Foto 11 – Pátio interno do *Campus Uruçuí* - 1.



Fonte: ASCOM – IFPI (2010)

Fotografia: Acervo ASCOM

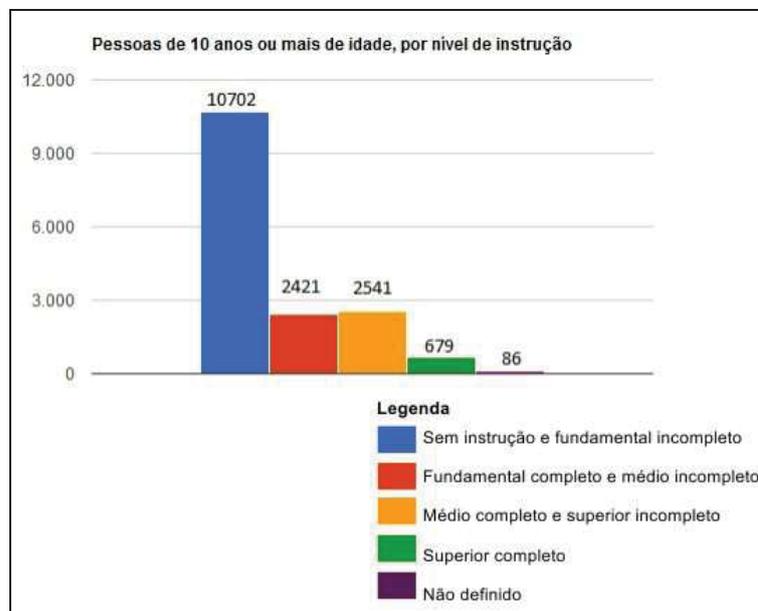
Foto 12 – Pátio interno do *campus Uruçuí* - 2.



Fonte: ASCOM – IFPI

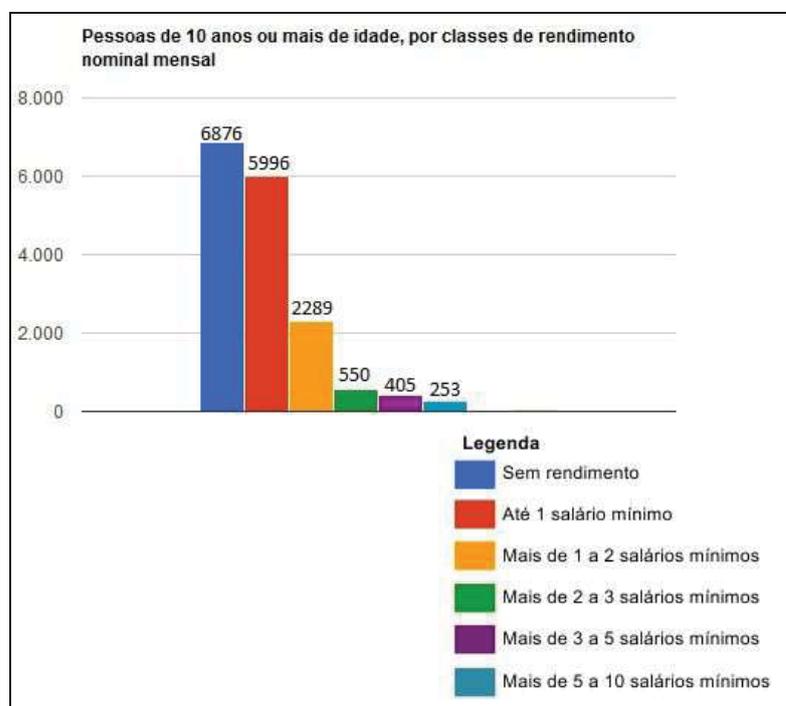
Fotografia: Acervo ASCOM

Gráfico 11 - Dados da população de Uruçuí sobre nível de instrução.



Fonte: IBGE, 2010

Gráfico 12 - Dados da população de Uruçuí por classe de rendimento.



Fonte: IBGE, 2010

CAPÍTULO 7 – RESULTADOS DA PESQUISA

Os resultados do trabalho apresentado são frutos de pesquisa realizada em três vertentes: a seleção das microrregiões, a seleção dos municípios polos para a implantação dos *campi* e a pesquisa realizada com os estudantes do Ensino Fundamental e do Ensino Médio, juntamente com os trabalhadores da educação, no que diz respeito à demanda por cursos de formação profissional.

7.1 Sobre o referencial para a formatação dos Questionários aplicados

O Ministério da Educação (MEC) disponibiliza um instrumento que tem como finalidade relacionar os cursos superiores de tecnologia, trazendo informações importantes sobre a representação profissional do tecnólogo, que objetivam guiar a trajetória formativa do estudante. No documento, define-se a carga horária mínima e a infraestrutura indicada. Para tanto, são fornecidos subsídios importantes para escolhas vocacionais, matrizes curriculares e estratégias de formação.

De acordo com documento elaborado pelo MEC:

O catálogo organiza e orienta a oferta de cursos superiores de tecnologia, inspirado nas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional de Nível Tecnológico e em sintonia com a dinâmica do setor produtivo e os requerimentos da sociedade atual. Configurado, deste modo, na perspectiva de formar profissionais aptos a desenvolver, de forma plena e inovadora, as atividades em determinado eixo tecnológico e com capacidade para utilizar, desenvolver ou adaptar tecnologias com a compreensão crítica das implicações daí decorrentes e das suas relações com o processo produtivo, o ser humano, o ambiente e a sociedade (MEC, 2010).

Os cursos implantados nos campi dos municípios polos são orientados pelo resultado da presente pesquisa. Com a continuidade, outros cursos serão implantados gradualmente, à medida que houver dotação orçamentária.

No que se refere à Caracterização do setor privado quanto à demanda por mão de obra. Atualmente, a pequena empresa tem se destacado como um agente de grande importância no contexto socioeconômico do país. No Piauí, em particular, as micro e pequenas empresas têm igualmente contribuído para a economia do Estado, pela capacidade de gerarem empregos e renda. No entanto, essas empresas ainda se deparam com muitos desafios provocados pela falta de profissionais qualificados nas diferentes áreas do conhecimento, fator este que inibe o crescimento dessas empresas.

De acordo com o SEBRAE (2011), existe um grande índice de mortalidade das MPE (Micro e Pequenas Empresas) em seus primeiros anos de existência. Tal fato ocorre por vários motivos, e dentre estes o despreparo no que se refere aos conhecimentos específicos da área de gestão e negócios para a tomada de decisões e para a administração das empresas nos municípios do Estado.

Para dar suporte ao trabalho de investigação, o empresariado dos municípios polos foi o foco também desta pesquisa, que teve como objetivo identificar as reais necessidades destas empresas, no que tange à necessidade de qualificação de mão de obra.

Para a realização desta pesquisa, foi elaborado um questionário (Apêndice B) para dar suporte à entrevista com os empresários, à medida que foram observados *in loco* os aspectos que interferem, direta e indiretamente, nas empresas pesquisadas.

Ao pesquisar sobre fatores que impactam o desempenho de empresas de pequeno porte, este trabalho buscou viabilizar resultados importantes que poderão contribuir para a definição e implementação de cursos profissionalizantes, políticas de extensão e ações sociais, através do IFPI, objetivando a melhoria e a competitividade das micro e pequenas empresa instaladas no interior do Estado.

7.2 Caracterização da população quanto à demanda por cursos de formação profissional.

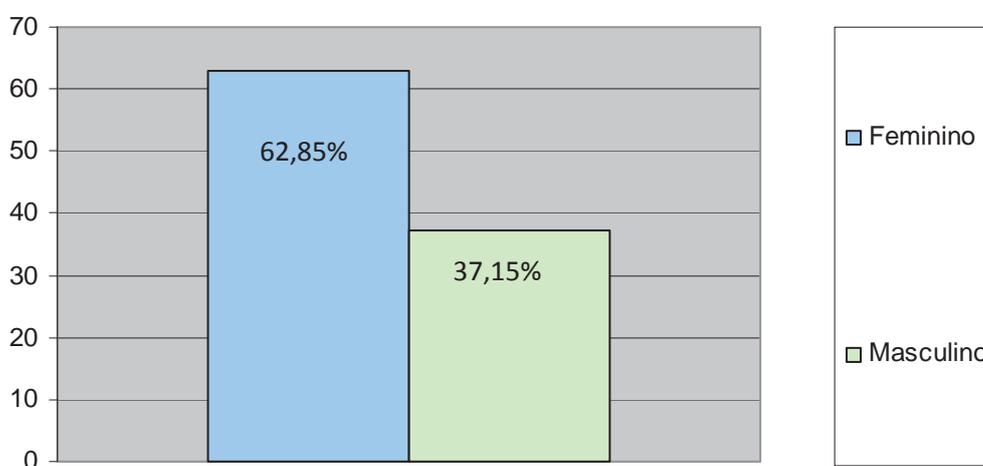
Discorreremos neste item sobre os resultados alcançados no período que se realizou a pesquisa de campo, apresentando e quantificando a representação social da comunidade estudantil. Dados estatísticos serão traduzidos em gráficos para melhor entendimento e análise descritiva dos questionários aplicados aos participantes da pesquisa, os quais representam a situação em que se encontra a problemática caracterizada pela demanda de profissionais em níveis técnicos e tecnológicos nas cidades polos e nas microrregiões em estudo.

7.2.1 Microrregião do Médio Parnaíba Piauiense (ANGICAL – PI)

7.2.1.1 Distribuição dos entrevistados segundo o sexo

Gráfico 13 - Distribuição dos entrevistados segundo o sexo em Angical do Piauí.

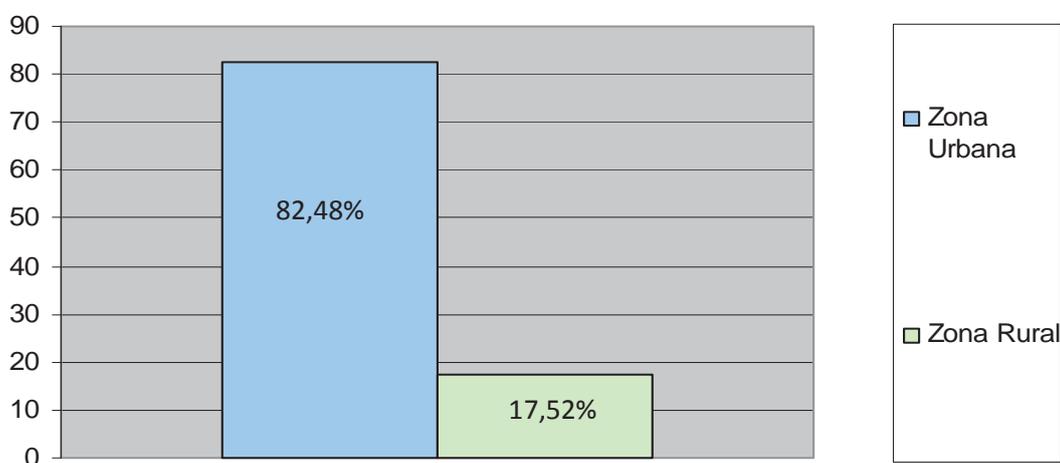
Para a coleta de dados foram aplicados questionários em 581 participantes. Tomando-se por base os questionários aplicados, observou-se a predominância de indivíduos do sexo feminino (62,85%), conforme representação no Gráfico 13.



7.2.1.2 Distribuição dos entrevistados segundo a região onde mora

No que diz respeito ao local de moradia, constatou-se que a grande maioria dos estudantes pesquisados (82,48%) reside na zona urbana do município, de acordo com o gráfico 14.

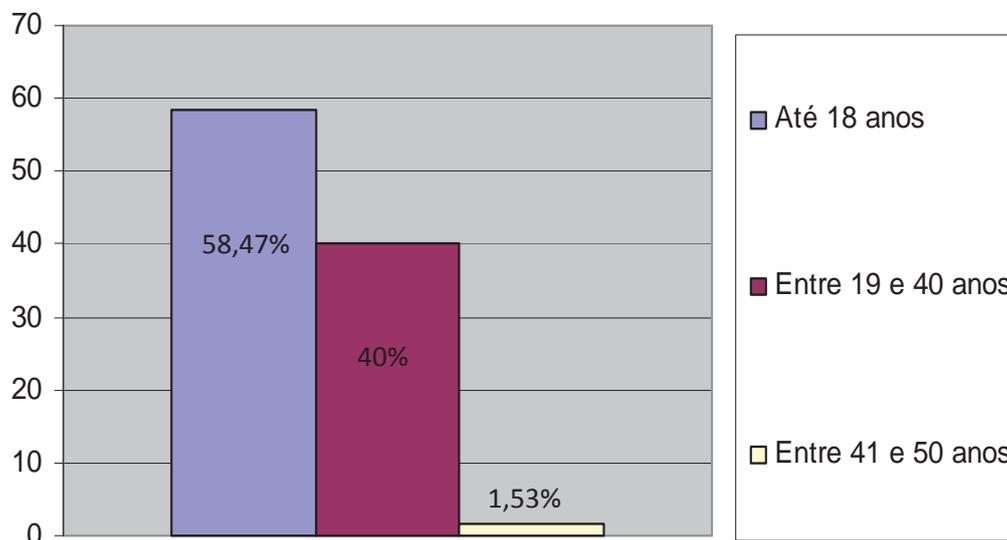
Gráfico 14 - Distribuição dos entrevistados segundo a região onde mora em Angical do Piauí



7.2.1.3 Distribuição dos entrevistados segundo a idade

Com relação à idade dos indivíduos pesquisados, verificou-se que a maioria deles possui até 18 anos, faixa etária seguida pelos entrevistados que se encontram entre 19 e 25 anos, ambas totalizando 98,47% da amostra, segundo o Gráfico 15.

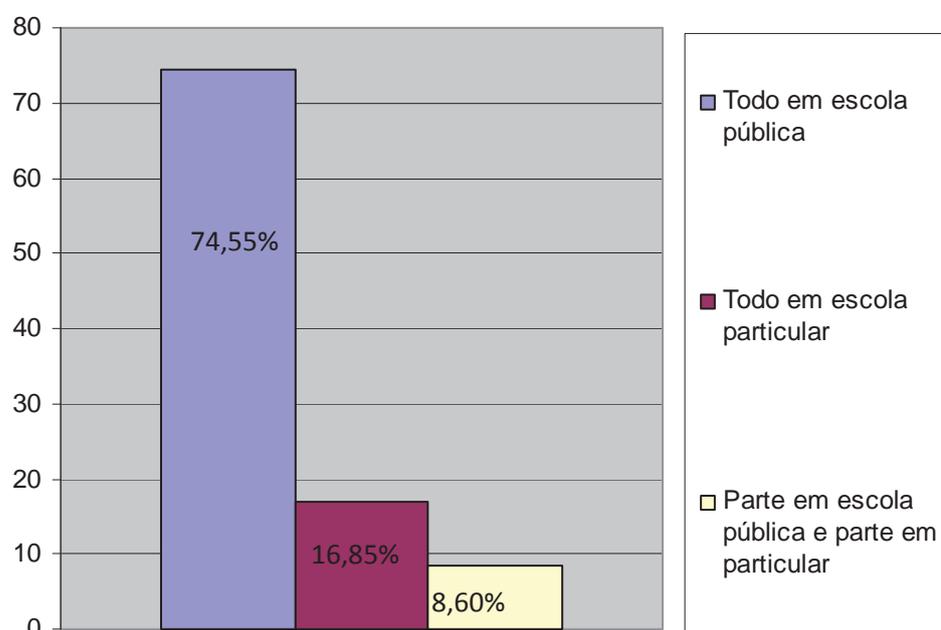
Cumprir destacar a expressiva presença de indivíduos entre 19 e 40 anos na escola, o que indica grande interesse desses entrevistados pela conclusão da escolaridade básica ou continuidade dos estudos.

Gráfico 15 - Distribuição dos entrevistados segundo a idade em Angical do Piauí

7.2.1.4 Distribuição dos entrevistados segundo a rede de ensino cursada

O resultado da pesquisa, obtido através de dados coletados junto à Secretaria de Educação dos Municípios, demonstra que a rede pública, estadual e municipal, detém a grande maioria dos estudantes.

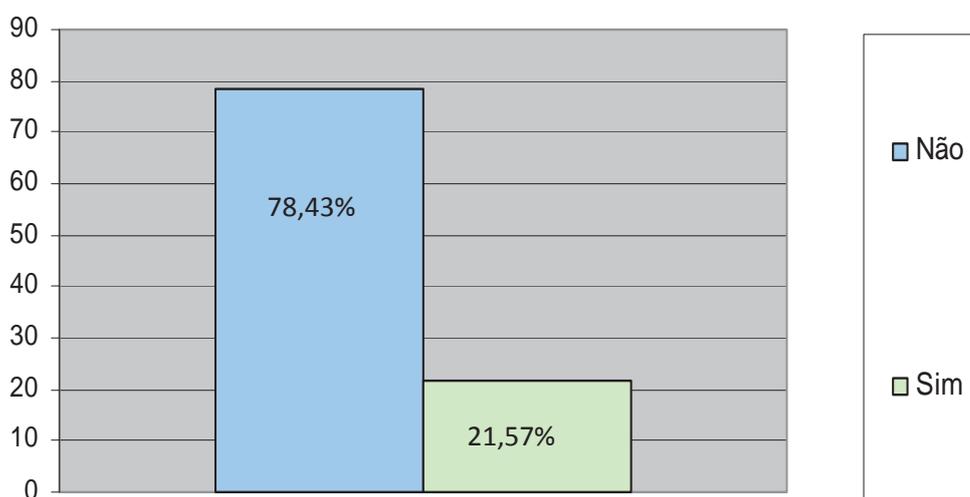
Além da pesquisa nas Secretarias dos municípios, uma amostra dos estudantes pesquisados confirma que a escola pública representa expressiva maioria (74,55%), de acordo com o gráfico 16.

Gráfico 16 - Distribuição dos entrevistados, segundo a rede de ensino em Angical do Piauí

7.2.1.5 Distribuição dos entrevistados segundo a ocorrência de emprego

Considerando que mais da metade dos estudantes pesquisados é de jovens de até 18 anos (54,47%), constatou-se que uma quantidade significativa deles, pelo menos 21,57%, ainda não se encontra atuando no mercado de trabalho, conforme o gráfico 17.

Gráfico 17 - Distribuição dos entrevistados segundo a ocorrência de emprego em Angical do Piauí



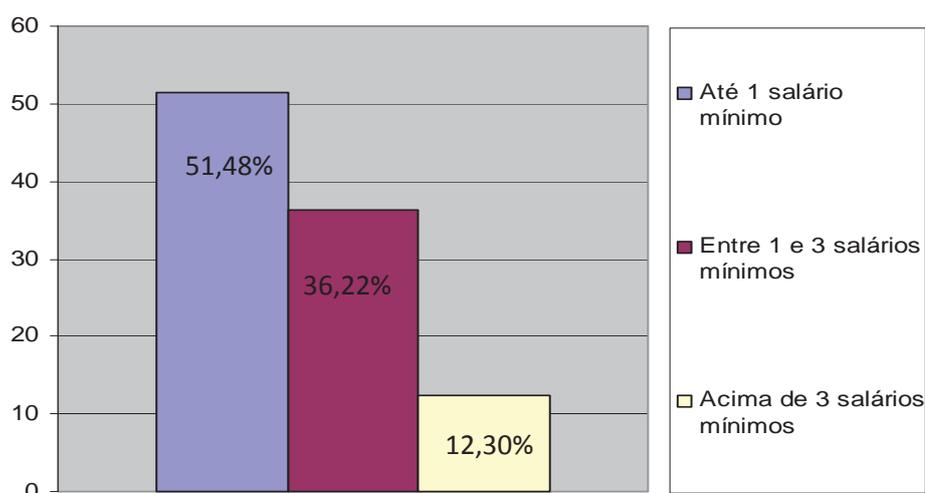
7.2.1.6 Distribuição dos entrevistados segundo a renda familiar

Quanto à mensuração da renda, mais da metade dos indivíduos pesquisados (51,48%) afirma que sua família percebe renda mensal inferior a um salário mínimo, de acordo com o gráfico 18.

Com base nestes dados, pode-se afirmar que os indivíduos pesquisados estão sujeitos à condição de pobreza, o que confirma a renda *per capita* de R\$ 64,70 e o

percentual de pobreza de 75,08 dos habitantes calculados para o município (dados de 2000, PNUD, 2008).

Gráfico 18 - Distribuição dos entrevistados segundo a renda familiar em Angical do Piauí

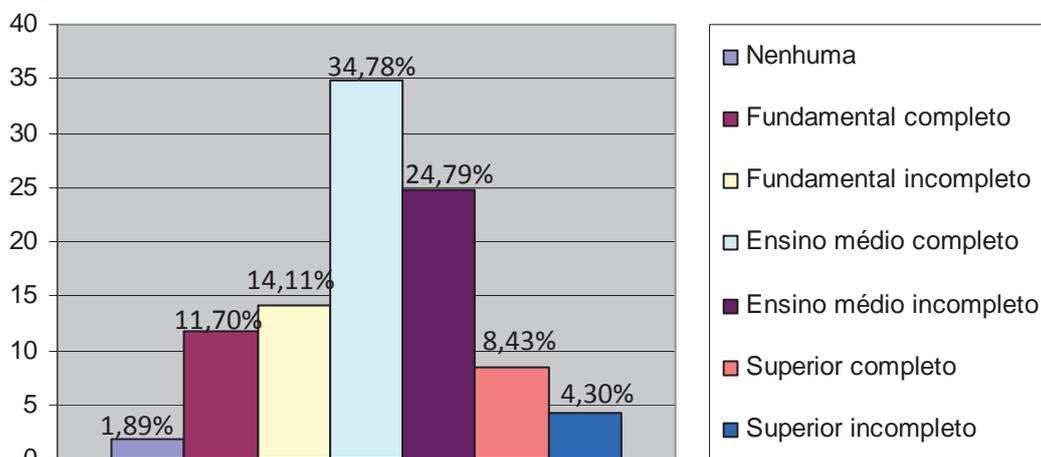


7.2.1.7 Distribuição dos entrevistados segundo o nível de escolaridade

Com relação ao nível de escolaridade dos indivíduos pesquisados, uma parcela (34,78%) destes afirmou haver concluído o ensino médio, mas deseja ampliar sua escolaridade. A quantidade de indivíduos que ainda estão frequentando o ensino médio também é bastante considerável (24,79%).

No entanto, é necessário considerar que 14,11% dos pesquisados ainda não concluíram o ensino fundamental.

Gráfico 19 - Distribuição dos entrevistados segundo o nível de escolaridade em Angical do Piauí



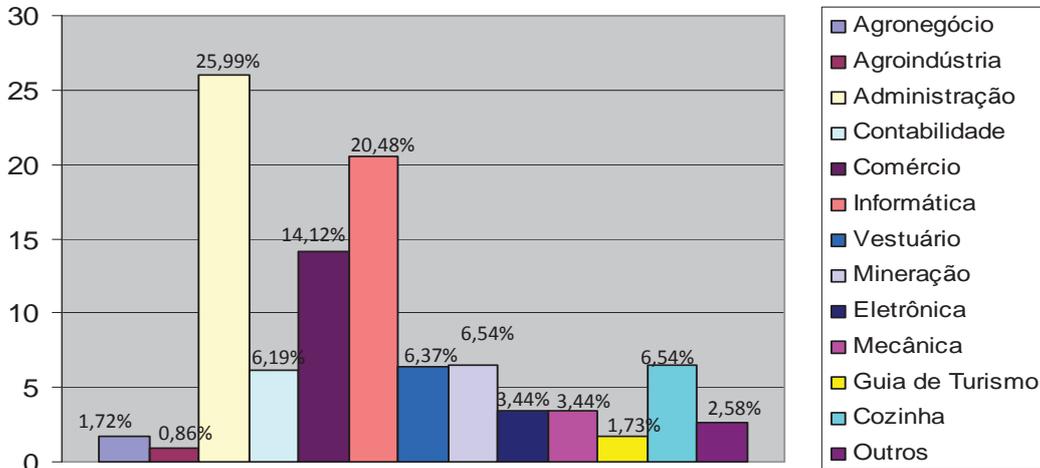
7.2.1.8 Distribuição dos entrevistados segundo a preferência por cursos de nível técnico

No tocante aos cursos de nível técnico, os indivíduos entrevistados poderiam assinalar seu interesse por apenas um dos cursos.

A preferência dos pesquisados por cursos de nível técnico recaiu sobre os cursos de administração (25,99%), informática (20,48%) e comércio (14,12%).

Esta preferência é uma característica típica das economias voltadas para o setor terciário, como é o caso do município de Angical do Piauí (gráfico 20). Considerando as informações contidas nesta pesquisa, os cursos implantados no *campus* Angical são os seguintes: Administração, Informática e Comércio.

Gráfico 20 - Distribuição dos entrevistados segundo a preferência por cursos de nível técnico.

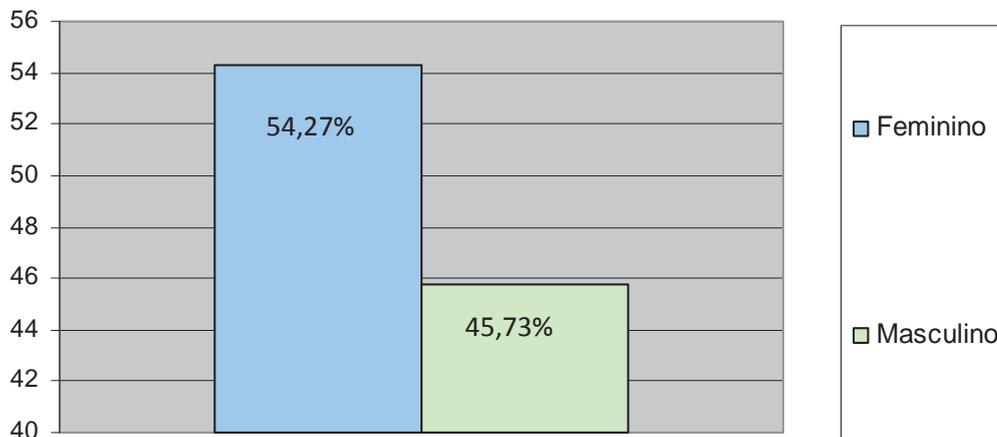


7.3 Microrregião das Chapadas do Extremo Sul Piauiense (CORRENTE - PI)

7.3.1 Distribuição dos entrevistados segundo o sexo

Tomando-se por base os questionários aplicados, observou-se a predominância de indivíduos do sexo feminino (54,27%), conforme a gráfico 21.

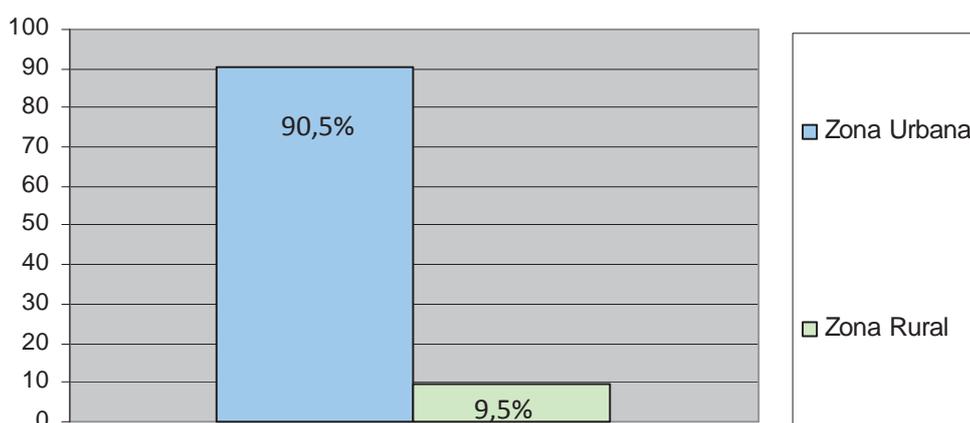
Gráfico 21 - Distribuição dos entrevistados segundo o sexo em Corrente no Piauí.



7.3.2 Distribuição dos entrevistados segundo a região onde mora

No que diz respeito ao local de moradia, constatou-se que a quase totalidade dos estudantes pesquisados reside na zona urbana do município (90,5%), de acordo com o gráfico 22.

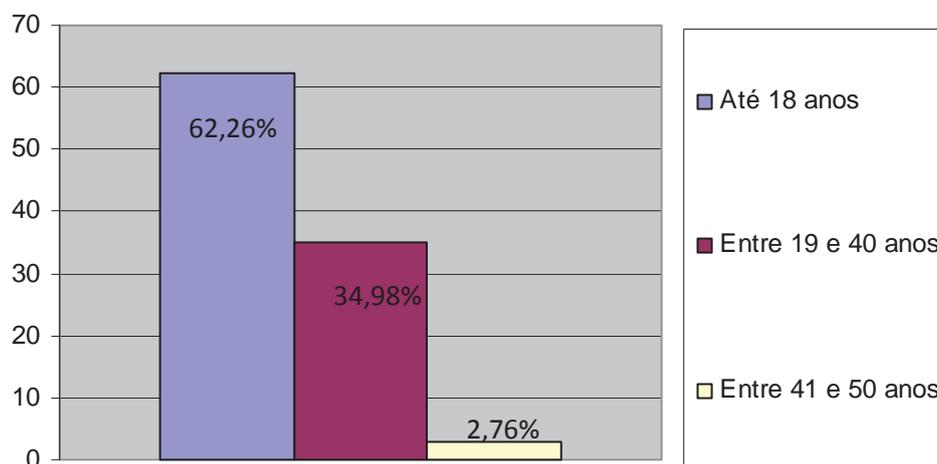
Gráfico 22 - Distribuição dos entrevistados segundo a região onde mora em Corrente no Piauí.



7.3.3 Distribuição dos entrevistados segundo a idade

Com relação à idade dos indivíduos pesquisados, verificou-se que a maioria deles possui até 18 anos (62,26%), e que a faixa etária que compreende indivíduos com idade entre 19 e 40 anos aparece em segundo lugar, totalizando 34,98% da amostra, segundo o Gráfico 23.

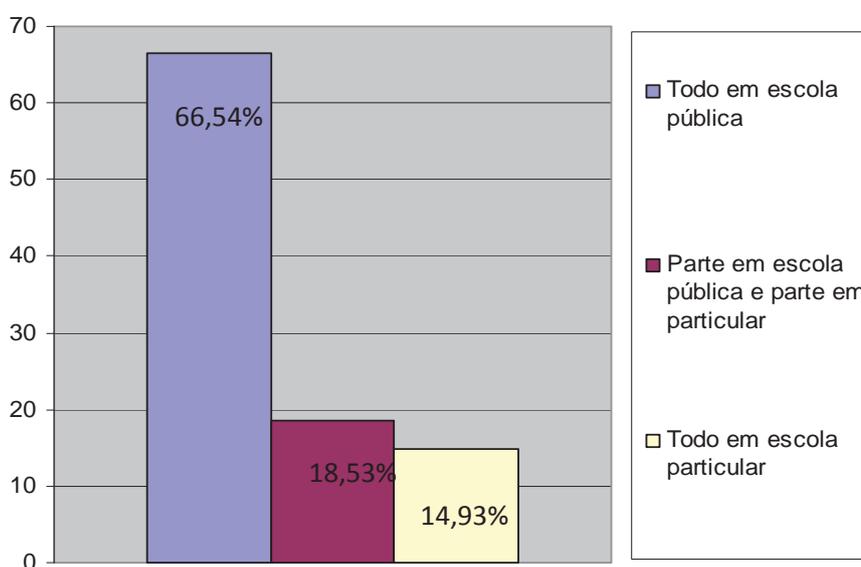
Gráfico 23 - Distribuição dos entrevistados segundo a idade em Corrente no Piauí.



7.3.4 Distribuição dos entrevistados segundo a rede de ensino cursada

Com relação à rede de ensino cursada pelos estudantes pesquisados, a escola pública representa expressiva maioria (66,54%), de acordo com o gráfico 24.

Gráfico 24 - Distribuição dos entrevistados segundo a rede de ensino em Corrente no Piauí.

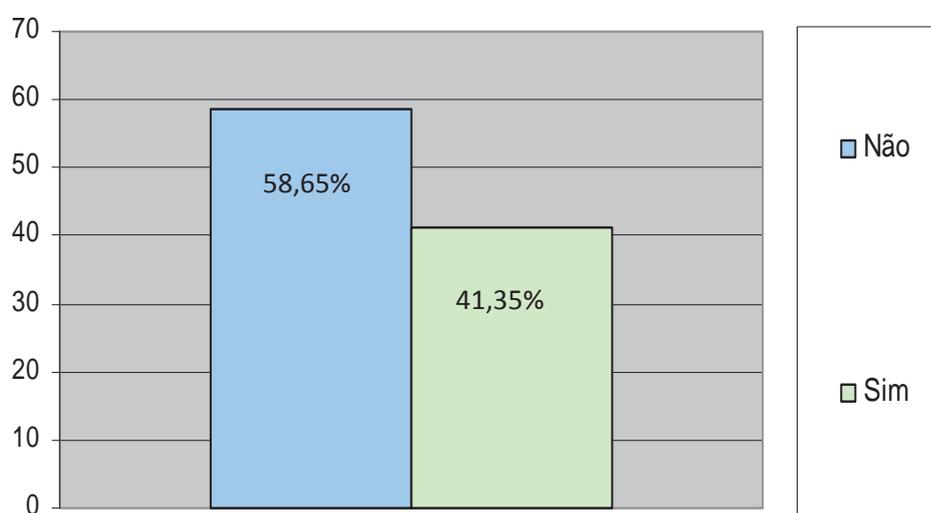


7.3.5 Distribuição dos entrevistados segundo a ocorrência de emprego

De acordo com o gráfico 25, pode-se observar que menos da metade dos estudantes pesquisados se encontra no mercado de trabalho (41,35%), e que mais da metade (58,65%) ainda não está atuando nele.

Entretanto, considerando os estudantes pesquisados que afirmaram não estar trabalhando, a maioria é de indivíduos com até 18 anos (62,26%), o que pode indicar que muitos destes dedicam-se exclusivamente aos estudos.

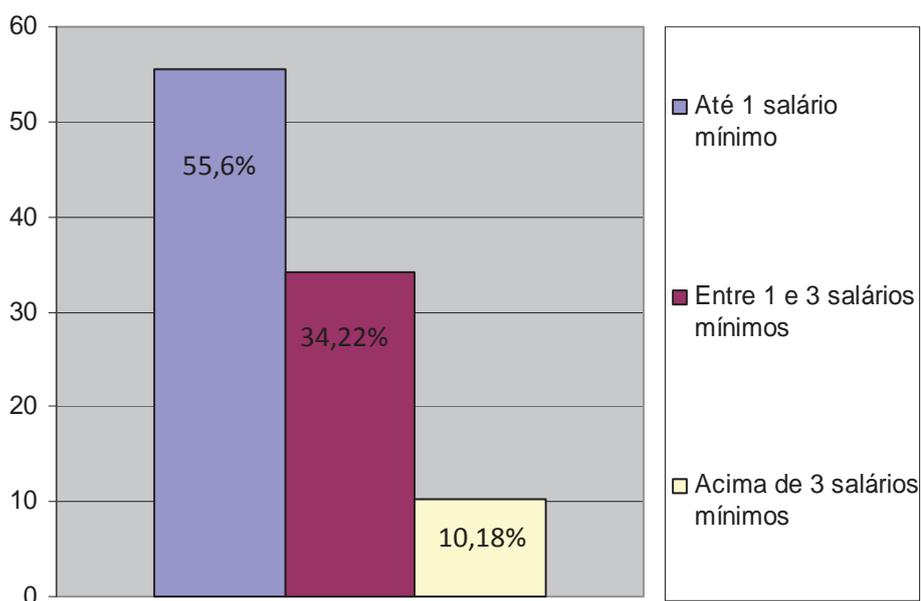
Gráfico 25 - Distribuição dos entrevistados segundo a ocorrência de emprego em Corrente no Piauí.



7.3.6 Distribuição dos entrevistados segundo a renda familiar

A distribuição dos estudantes pesquisados em relação aos estratos de renda familiar varia bastante. Entre os indivíduos que trabalham, os estratos que percebem remuneração de até 1 salário mínimo (55,6%) são bem superiores aos estratos que percebem remuneração entre 1 e 3 salários mínimos (gráfico 26).

Gráfico 26 - Distribuição dos entrevistados segundo a renda familiar em Corrente no Piauí.

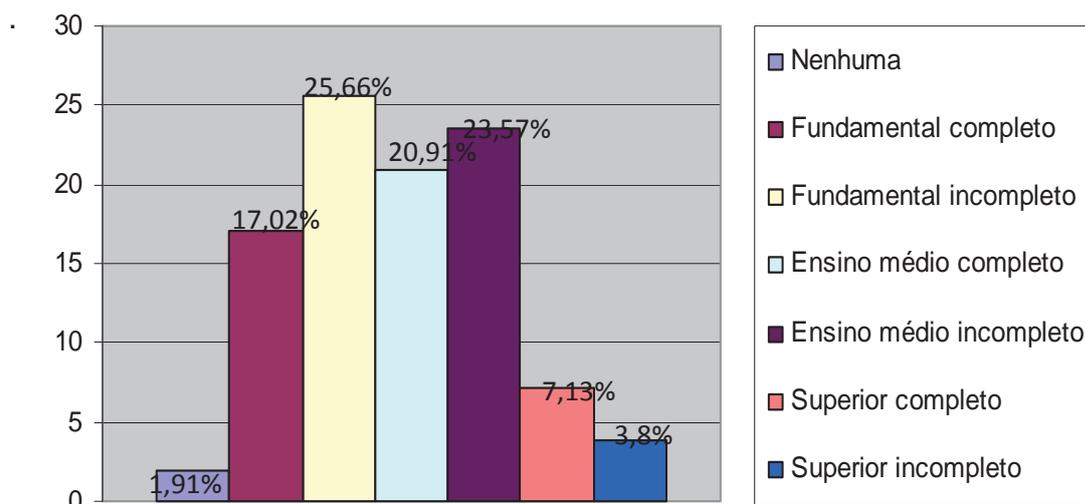


7.3.7 Distribuição dos entrevistados segundo o nível de escolaridade

Com relação ao nível de escolaridade dos indivíduos pesquisados, uma parcela (20,91%) destes afirmou haver concluído o ensino médio, mas deseja ampliar sua escolaridade. Ainda frequentando o ensino médio apareceu um número bastante considerável (23,57%) de entrevistados.

No entanto, é necessário considerar que 25,66% dos pesquisados ainda não concluíram o ensino fundamental. Os dados obtidos foram os seguintes, conforme gráfico 27.

Gráfico 27 - Distribuição dos entrevistados segundo o nível de escolaridade em Corrente no Piauí.



7.3.8 Distribuição dos entrevistados segundo a preferência por cursos de nível técnico.

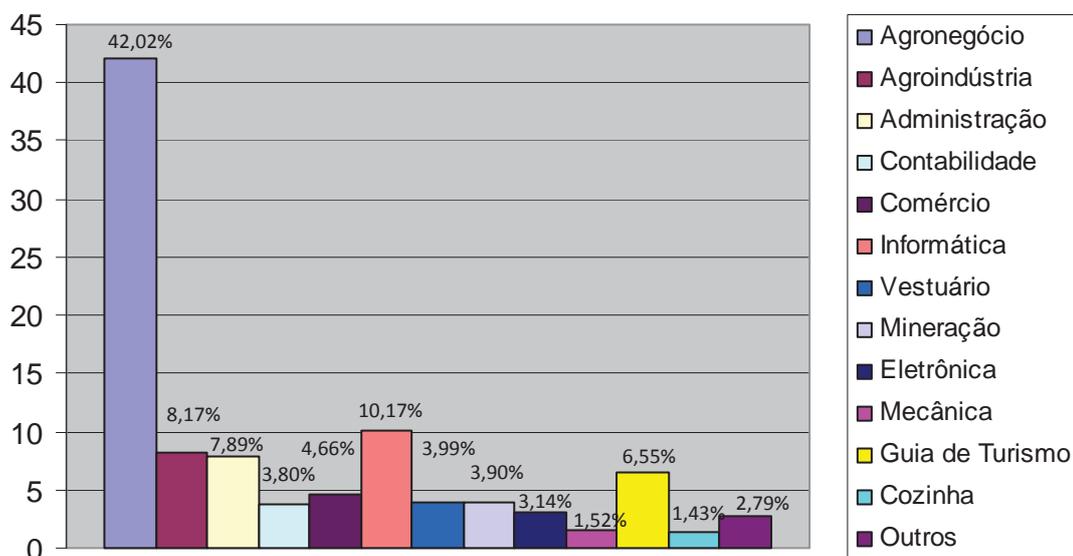
No tocante aos cursos de nível técnico, a preferência foi caracterizada de modo que os indivíduos entrevistados poderiam assinalar seu interesse apenas por um dos cursos.

A preferência dos pesquisados por cursos de nível técnico recaiu sobre os cursos de agronegócio (40,02%) e informática (10,17%). Esta preferência é uma

característica típica das economias voltadas para o setor primário, como é o caso do município de Corrente (ver gráfico 28).

Este setor merece especial atenção, uma vez que há uma significativa produção na agropecuária e na agroindústria que necessita de beneficiamento/industrialização a fim de atender o mercado consumidor.

Gráfico 28 - Distribuição dos entrevistados segundo a preferência por cursos de nível técnico em Corrente no Piauí.



Considerando as informações contidas nesta pesquisa, os cursos implantados no *Campus* Corrente foram os seguintes: Agronegócio e Informática.

7.4 MICRORREGIÃO DO ALTO MÉDIO CANINDÉ (PAULISTANA – PI)

7.4.1 Distribuição dos entrevistados segundo o sexo

Tomando-se por base os questionários aplicados, observou-se a predominância de indivíduos do sexo feminino, conforme o gráfico 29.

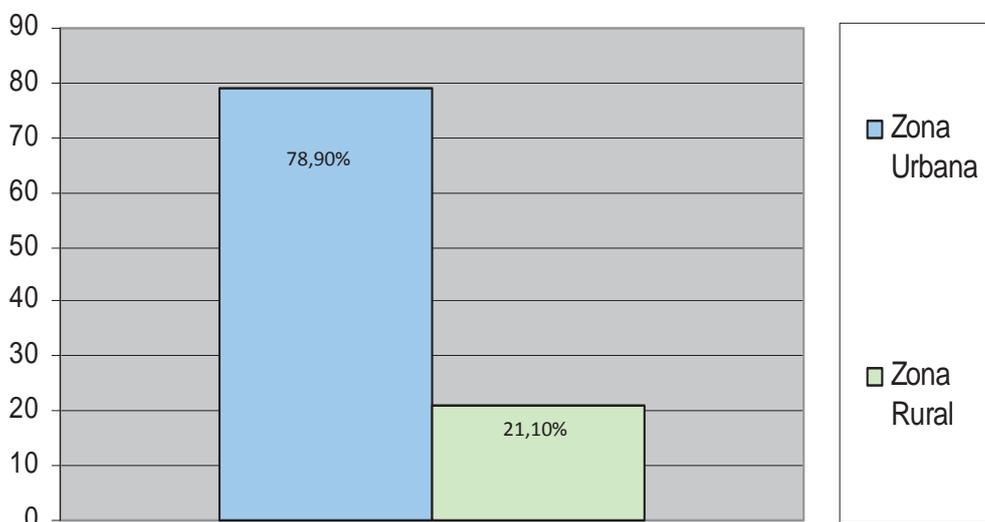
Gráfico 29 - Distribuição dos entrevistados segundo o sexo em Paulistana-PI.



7.4.2 Distribuição dos entrevistados segundo a região onde mora

No que diz respeito ao local de moradia, constatou-se que a quase totalidade dos estudantes pesquisados reside na zona urbana do município, de acordo com o gráfico 30.

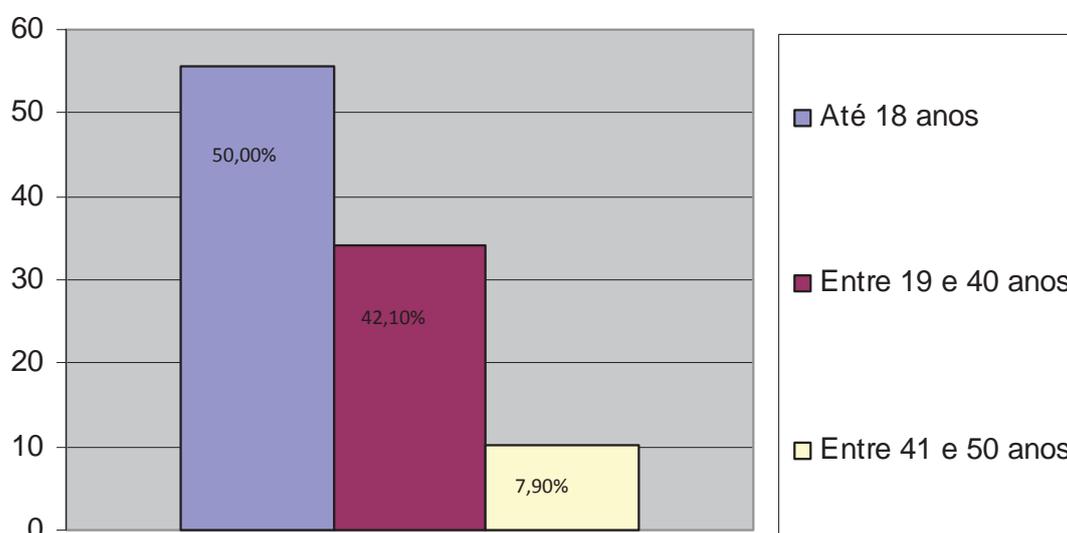
Gráfico 30 - Distribuição dos entrevistados segundo a região onde mora em Paulistana-PI.



7.4.3 Distribuição dos entrevistados segundo a idade

Com relação à idade dos indivíduos pesquisados, verifica-se que a maioria deles possui até 18 anos (50,00%), enquanto os indivíduos com idade entre 19 e 40 anos ocupam o segundo lugar, totalizando 42,10% da amostra, segundo o Gráfico 31.

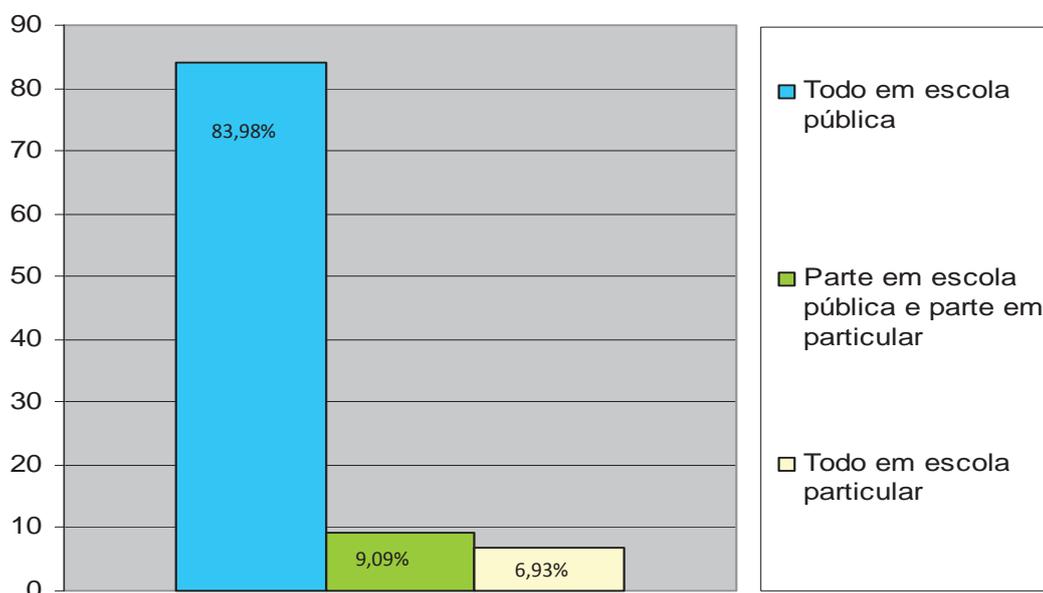
Gráfico 31 - Distribuição dos entrevistados segundo a idade Paulistana-PI.



7.4.4 Distribuição dos entrevistados segundo a rede cursada

Com relação à rede de ensino cursada pelos estudantes pesquisados, a escola pública representa expressiva maioria (83,98%), de acordo com o gráfico 32.

Gráfico 32 - Distribuição dos entrevistados segundo a rede cursada em Paulistana-PI.

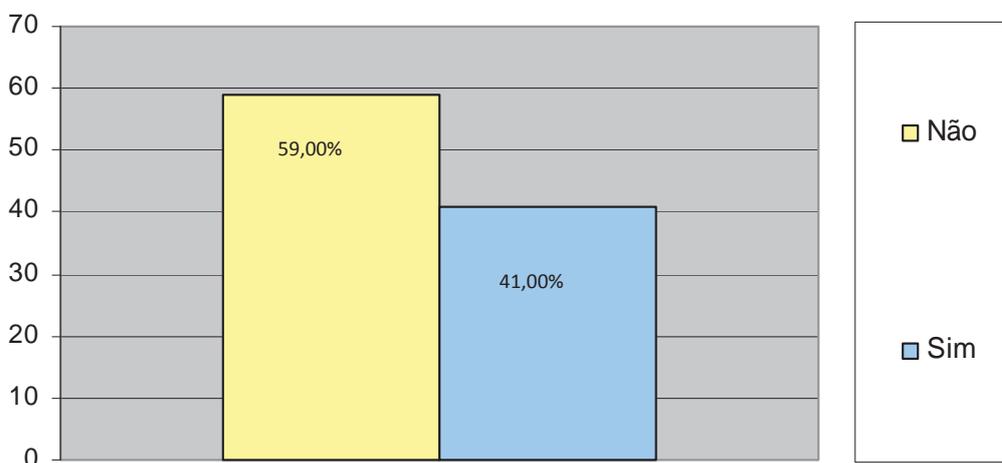


7.4.5 Distribuição dos entrevistados segundo a ocorrência de emprego

Enquanto menos da metade dos estudantes pesquisados se encontra no mercado de trabalho (41,00%), mais da metade deles (59,00%) ainda não atua no mercado, conforme o gráfico 34.

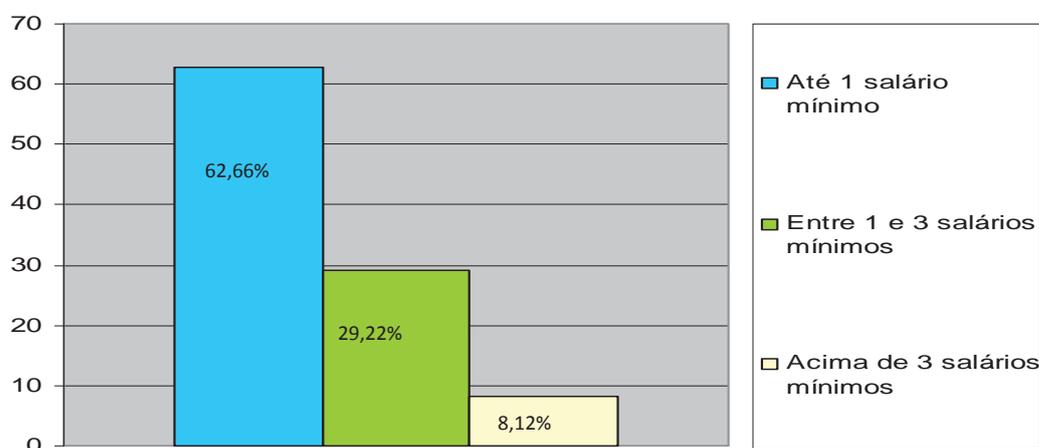
O fato de muitos estudantes pesquisados afirmarem não estar trabalhando, porém, pode ser indicativo de que muitos destes dedicam-se exclusivamente aos estudos.

Gráfico 33 - Distribuição dos entrevistados segundo a ocorrência de emprego em Paulistana-PI.



A distribuição dos estudantes pesquisados em relação aos estratos de renda familiar demonstra que 62,66% recebem até 1 salário mínimo. Já outra parcela do público, que corresponde a 29,22%, tem renda familiar entre 1 e 3 salários mínimos. Somente 8,12% dos pesquisados em seus estratos de renda familiar recebem acima de 3 salários mínimos. Assim sendo, a escola pública realmente vem atendendo às necessidades educacionais das classes sociais de baixa renda, como demonstra o gráfico 35.

Gráfico 34 - Distribuição dos entrevistados segundo a renda familiar em Paulistana-PI.

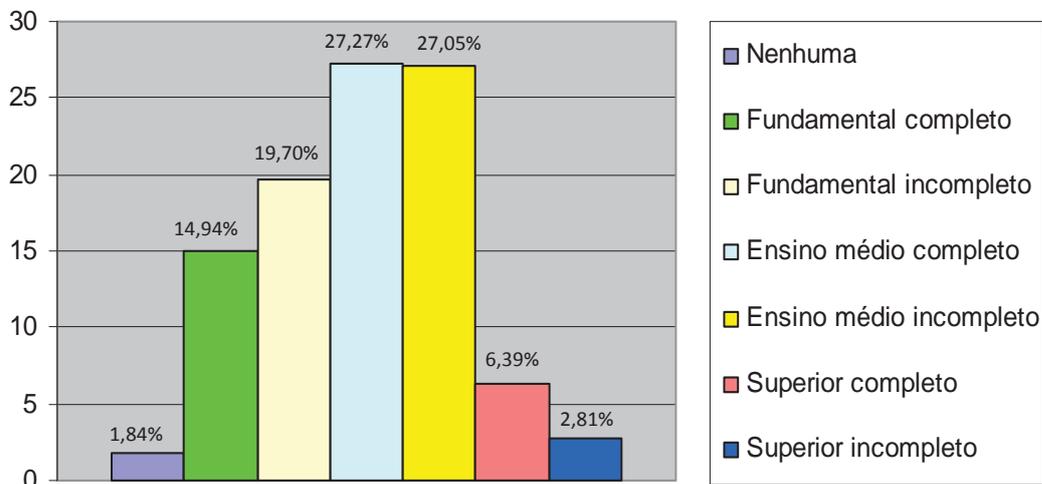


7.4.7 Distribuição dos entrevistados segundo o nível de escolaridade

Com relação ao nível de escolaridade dos indivíduos pesquisados, uma parcela (27,27%) destes afirmou haver concluído o ensino médio, mas deseja ampliar sua escolaridade. Foi constatado também que a quantidade de indivíduos ainda frequentando o Ensino Médio é bastante considerável (27,05%).

No entanto, é necessário considerar que 19,70% dos pesquisados ainda não concluíram o Ensino Fundamental. Os dados obtidos foram os seguintes, conforme gráfico 35.

Gráfico 35 - Distribuição dos entrevistados segundo o nível de Escolaridade em Paulistana-PI.



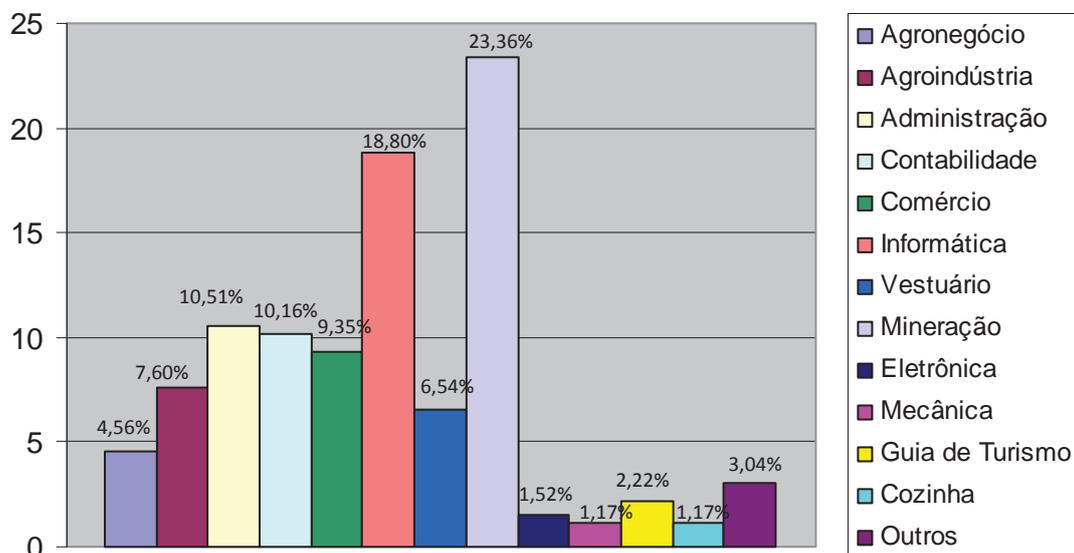
7.4.8 Distribuição dos entrevistados segundo a preferência por cursos de nível técnico

No tocante aos cursos de nível técnico, a preferência foi caracterizada de modo que os indivíduos entrevistados poderiam assinalar seu interesse apenas por um dos cursos.

A preferência dos pesquisados por cursos de nível técnico recaiu sobre os cursos de mineração (23,36%) e informática (18,80%). Esta preferência é uma característica típica das economias voltadas para o setor secundário, como é o caso do município de Paulistana.

Este setor merece especial atenção, uma vez que há uma significativa produção de minério que necessita de beneficiamento/industrialização, a fim de atender ao mercado consumidor (gráfico 36).

Gráfico 36 - Distribuição dos entrevistados segundo a preferência por cursos de nível técnico em Paulistana-PI



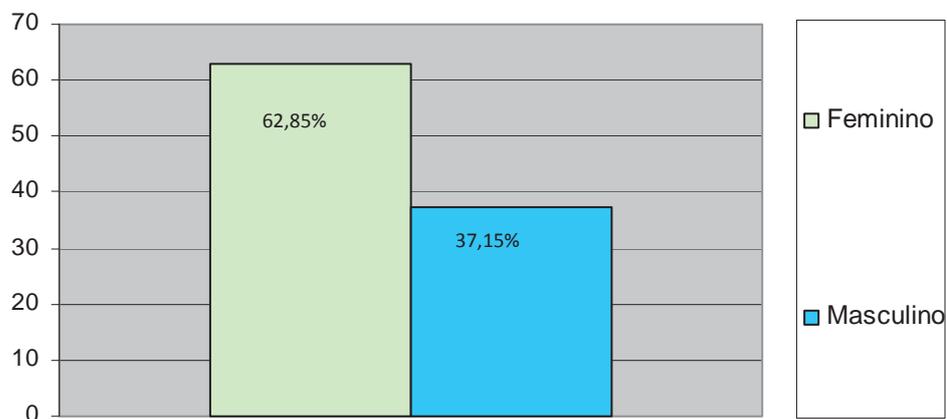
Considerando as informações contidas nesta pesquisa, os cursos implantados no *Campus* Paulistana são os seguintes: Mineração e Informática.

7.5 MICRORREGIÃO DO BAIXO PARNAÍBA PIAUIENSE (PIRIPIRI – PI)

7.5.1 Distribuição dos entrevistados segundo o sexo

Tomando-se por base os questionários aplicados, observou-se a predominância de indivíduos do sexo feminino, conforme o gráfico 37.

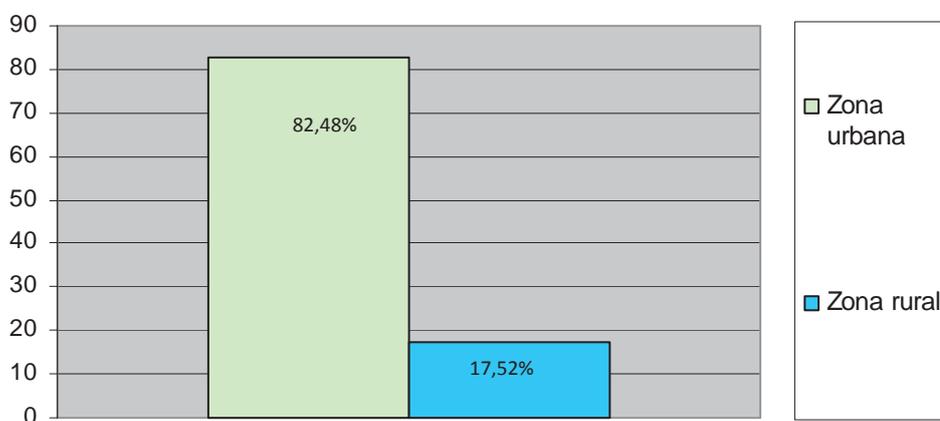
Gráfico 37 - Distribuição dos entrevistados segundo o sexo em Piripiri-PI.



7.5.2 Distribuição dos entrevistados segundo a região onde mora

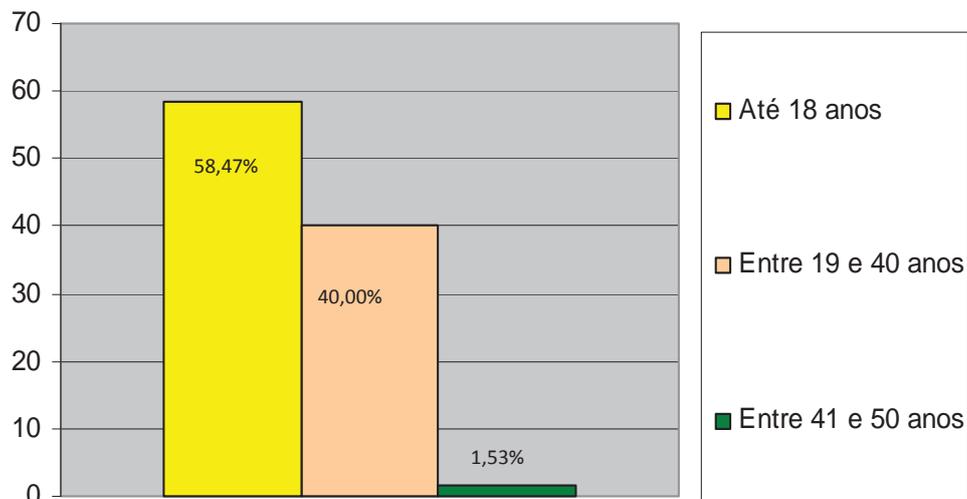
No que diz respeito ao local de moradia, constatou-se que a quase totalidade dos estudantes pesquisados reside na zona urbana do município, de acordo com o gráfico 38.

Gráfico 38 - Distribuição dos entrevistados segundo a região onde mora em Piripiri-PI



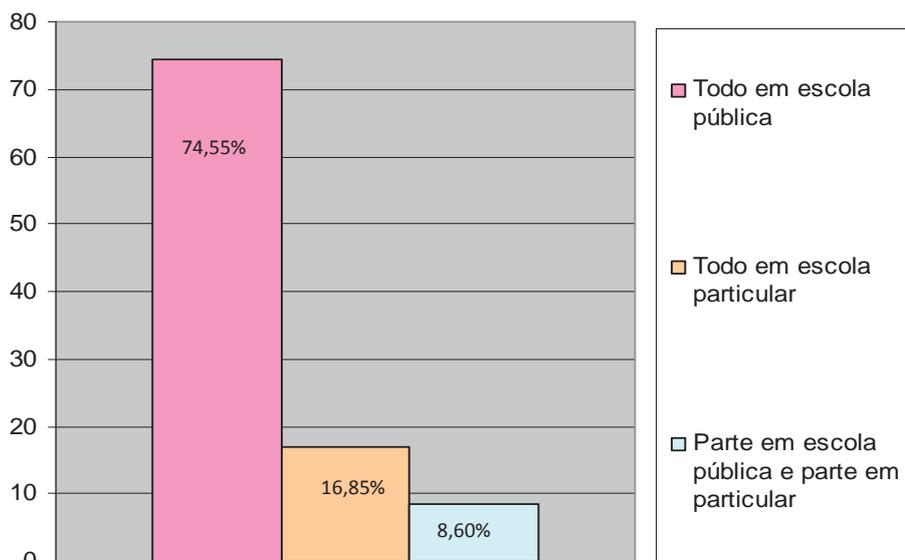
7.5.2 Distribuição dos entrevistados segundo a idade

Com relação à idade dos indivíduos pesquisados, verificou-se que a faixa etária mais expressiva foi daqueles que possuem até 18 anos. Esta faixa etária veio seguida da faixa que compreende indivíduos entre 19 e 40 anos. Ambas, juntas, totalizaram 98,47% da amostra, segundo o Gráfico 39.

Gráfico 39 - Distribuição dos entrevistados segundo a idade em Piripiri-PI

7.5.3 Distribuição dos entrevistados segundo a rede de ensino cursada

Com relação à rede de ensino cursada pelos estudantes pesquisados, a escola pública representa expressiva maioria (74,55%), de acordo com o gráfico 40.

Gráfico 40 - Distribuição dos entrevistados segundo a rede de ensino cursada

7.5.4 Distribuição dos entrevistados segundo a ocorrência de emprego

Enquanto uma pequena parcela dos estudantes pesquisados se encontra no mercado de trabalho (21,57%), mais da metade deles (78,43%) ainda não atua no mercado, conforme o gráfico 41.

Entretanto, considerando os estudantes pesquisados que afirmaram não estar trabalhando, verificou-se que muitos destes dedicam-se exclusivamente aos estudos.

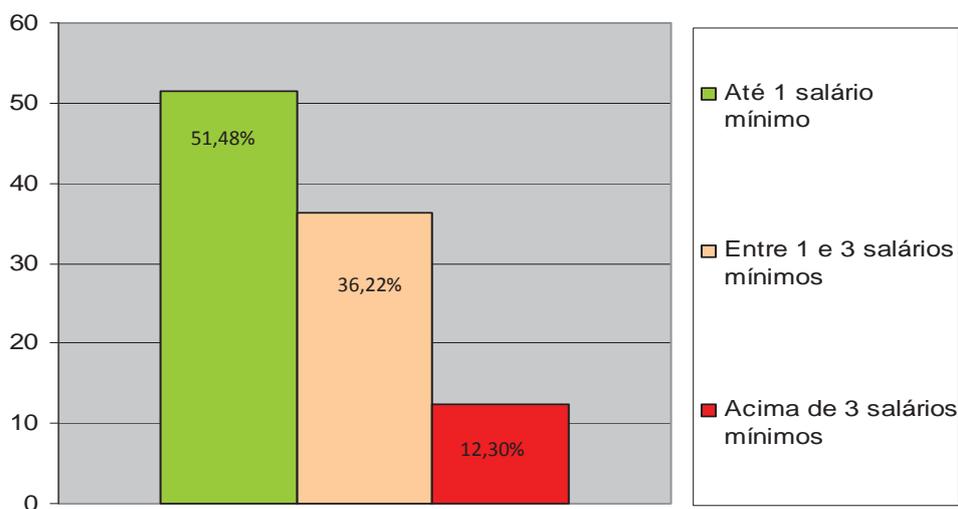
Gráfico 41 - Distribuição dos entrevistados segundo a ocorrência de Emprego em Piripiri-PI.



7.5.5 Distribuição dos entrevistados segundo a renda familiar

As entrevistas aplicadas aos estudantes pesquisados em relação aos estratos de renda familiar demonstra que 51,48% recebem até 1 salário mínimo. Já outra parcela do público, que corresponde a 36,22%, tem renda familiar entre 1 a 3 salários mínimos. Somente 12,30% dos pesquisados em seus estratos de renda familiar recebem acima de 3 salários mínimos. Assim sendo, conforme resultados anteriores, é a escola pública que vem atendendo às necessidades educacionais das classes sociais de baixa renda, como demonstra o gráfico 42.

Gráfico 42 - Distribuição dos entrevistados segundo a renda familiar em Piri-piri-PI.

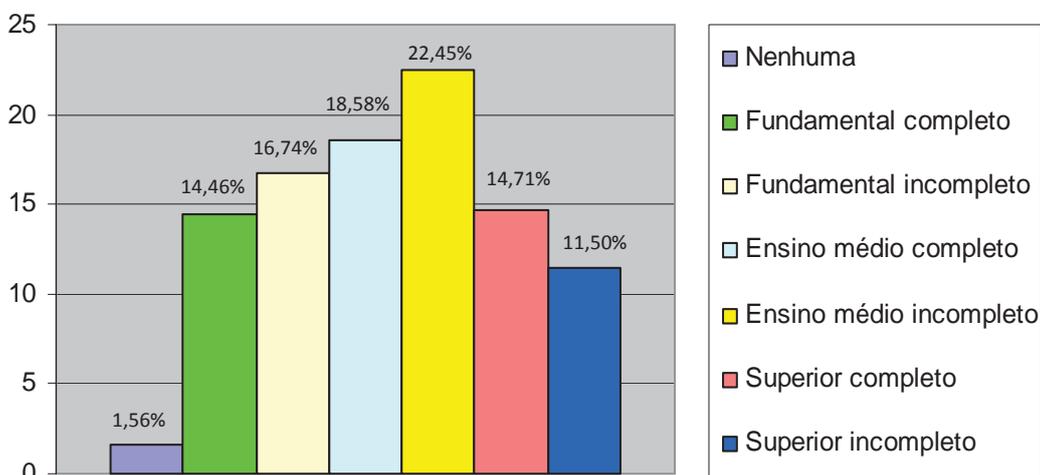


7.5.6 Distribuição dos entrevistados segundo o nível de escolaridade

Com relação ao nível de escolaridade dos indivíduos pesquisados, uma parcela (18,58%) destes afirmou haver concluído o ensino médio, mas deseja ampliar sua escolaridade. A quantidade de indivíduos que ainda se encontra frequentando o Ensino Médio também é bastante considerável (16,74%).

No entanto, é necessário considerar que 22,45% dos pesquisados ainda não concluíram o Ensino Fundamental. Os dados obtidos foram os seguintes, conforme gráfico 43.

Gráfico 43 - Distribuição dos entrevistados segundo o nível de Escolaridade em Piri-piri-PI.



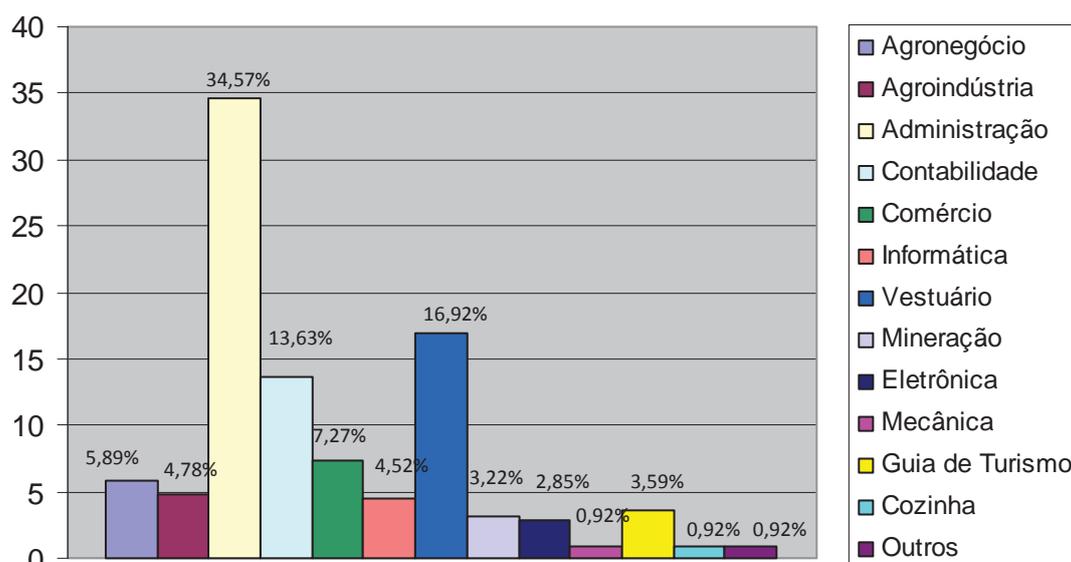
7.5.7 Distribuição dos entrevistados segundo a preferência por cursos de nível técnico

No tocante aos cursos de nível técnico, a preferência foi caracterizada de modo que os indivíduos entrevistados pudessem assinalar seu interesse apenas por um dos cursos.

A preferência dos pesquisados por cursos de nível técnico recaiu sobre os cursos de administração (34,57%) e vestuário (16,92%). Esta preferência é uma característica típica das economias voltadas para o setor terciário, como é o caso do município de Piripiri (gráfico 44). Este setor merece especial atenção, uma vez que há uma significativa produção de confecção e vestuário que necessita de beneficiamento/comercialização a fim de atender ao mercado consumidor.

Considerando as informações contidas nesta pesquisa, os cursos implantados no *Campus* Piripiri são os seguintes: Administração e Vestuário.

Gráfico 44 - Distribuição dos entrevistados segundo a preferência por cursos de nível técnico em Piripiri-PI.

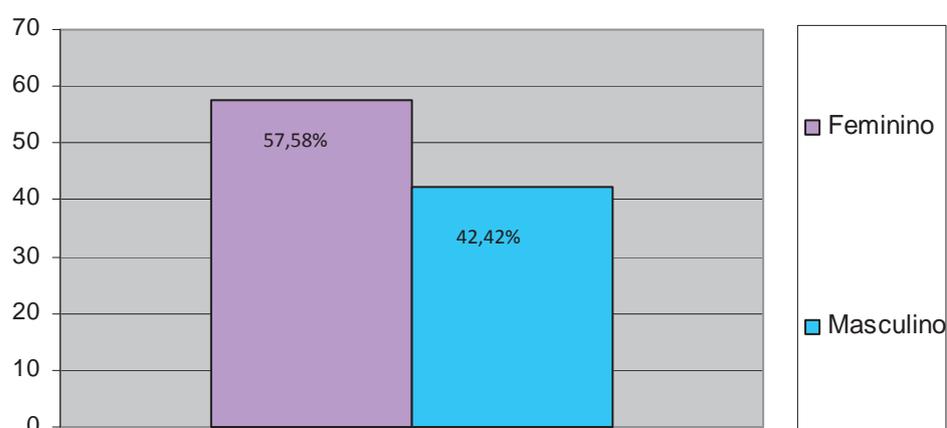


7.6 MICRORREGIÃO DE SÃO RAIMUNDO NONATO

7.6.1 Distribuição dos entrevistados por sexo

Tomando-se por base os questionários aplicados, observou-se a predominância de indivíduos do sexo feminino (57,58%), conforme a gráfico 45.

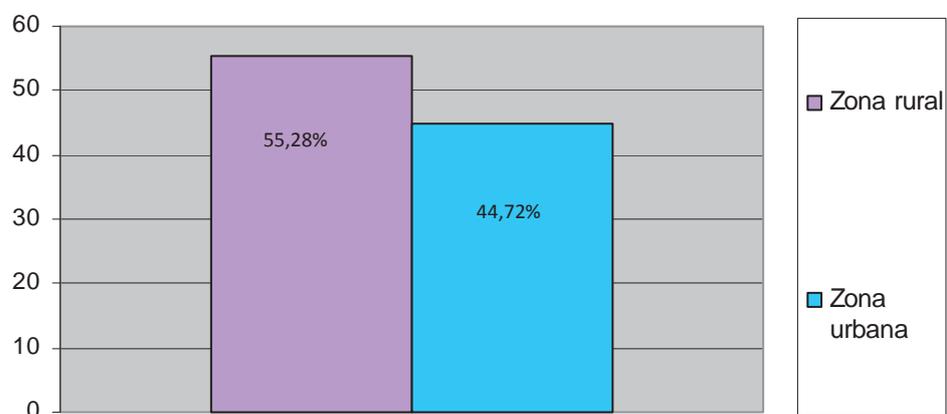
Gráfico 45 - Distribuição dos entrevistados por sexo em São Raimundo Nonato-PI.



7.6.2 Distribuição dos entrevistados segundo a região onde mora

No que diz respeito ao local de moradia, constatou-se que quase a totalidade dos estudantes pesquisados reside na zona rural do município (55,28), de acordo com o gráfico 46.

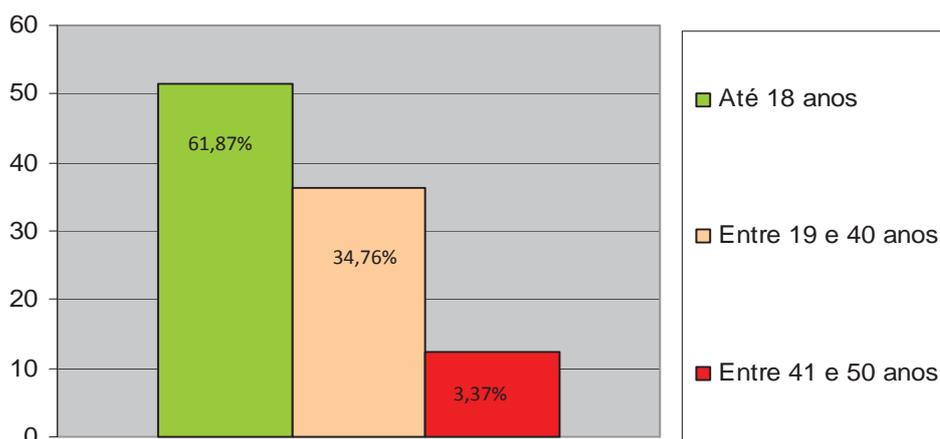
Gráfico 46 - Distribuição dos entrevistados segundo a região de moradia em Piripiri-PI



7.6.3 Distribuição dos entrevistados segundo a idade.

Com relação à idade dos indivíduos pesquisados, verificou-se que a maioria deles possui até 18 anos (61,87%). A faixa dos entrevistados entre 19 e 40 anos corresponde a 34,76%, e uma parcela pequena (3,37%) corresponde aos entrevistados na faixa de 41 a 50 anos, conforme o gráfico 47.

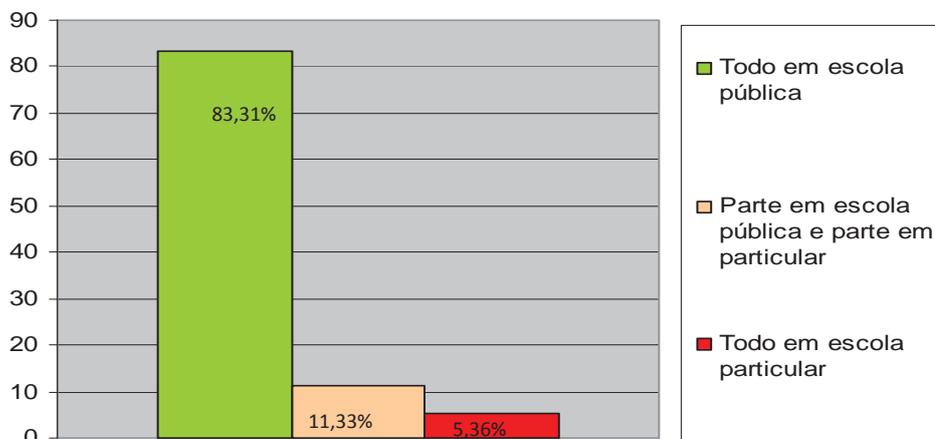
Gráfico 47 - Distribuição dos entrevistados segundo a idade em Piripiri-PI.



7.6.4 Distribuição dos entrevistados segundo a rede de ensino cursada

Com relação à rede de ensino cursada pelos estudantes pesquisados, a escola pública representa expressiva maioria (83,31%), de acordo com o gráfico 48.

Gráfico 48 - Distribuição dos entrevistados segundo a rede de ensino cursada em Piri-piri-PI

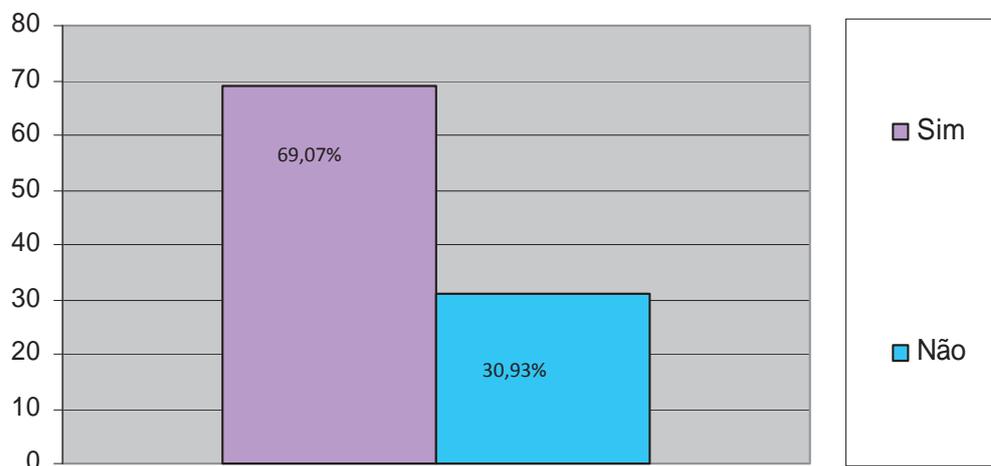


7.6.5 Distribuição dos entrevistados segundo a ocorrência de emprego

Enquanto uma pequena parcela dos estudantes pesquisados se encontra no mercado de trabalho (30,93%), mais da metade deles (69,97%) ainda não está atuando no mercado, conforme o gráfico 49.

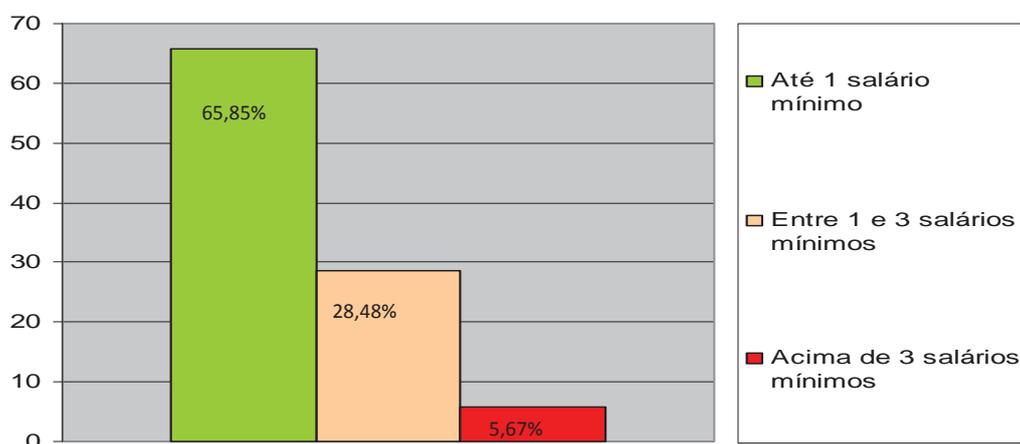
Considerando os estudantes pesquisados que afirmaram não estar trabalhando, é possível deduzir que muitos destes dedicam-se exclusivamente aos estudos.

Gráfico 49 - Distribuição dos entrevistados segundo a condição de emprego em Piri-piri-PI.



A distribuição dos estudantes pesquisados em relação aos estratos de renda familiar demonstra que 65,85% recebem até 1 salário mínimo. Já outra parcela do público, que corresponde a 28,48%, tem renda familiar entre 1 a 3 salários mínimos. Somente 5,67% dos pesquisados em seus estratos de renda familiar recebem acima de 3 salários mínimos. Como já foi dito em análises anteriores, a escola pública vem atendendo as necessidades educacionais das classes sociais de baixa renda, como demonstra o gráfico 50.

Gráfico 50 - Distribuição dos entrevistados segundo a renda familiar Mensal em Piripiri-PI.

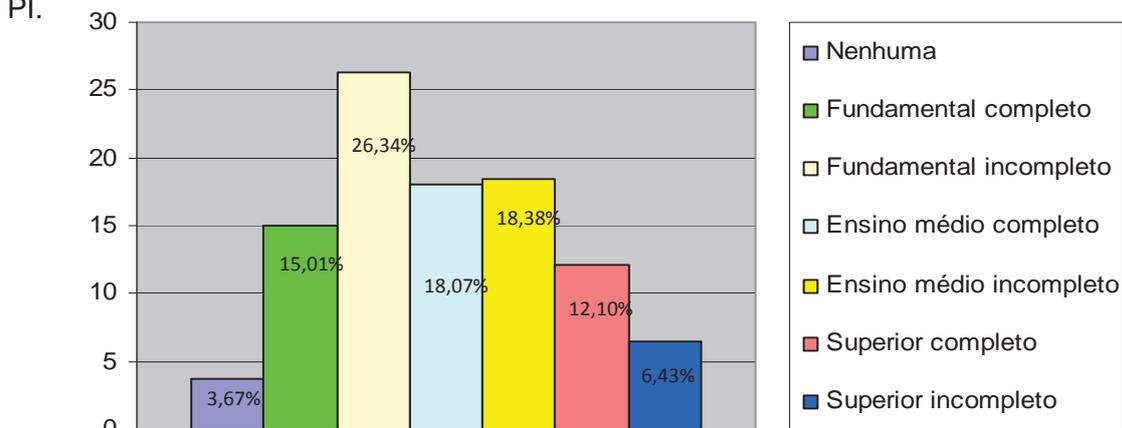


7.6.7 Distribuição dos entrevistados segundo o nível de escolaridade

Com relação ao nível de escolaridade dos indivíduos pesquisados, uma parcela (18,07%) destes afirmou haver concluído o Ensino Médio, mas deseja ampliar sua escolaridade. A quantidade de indivíduos ainda frequentando o Ensino Médio também é bastante considerável (18,38%).

No entanto, é necessário considerar que 26,34% dos pesquisados ainda não concluíram o Ensino Fundamental.

Gráfico 51 - Distribuição dos entrevistados segundo o nível de Escolaridade em Piripiri-PI.



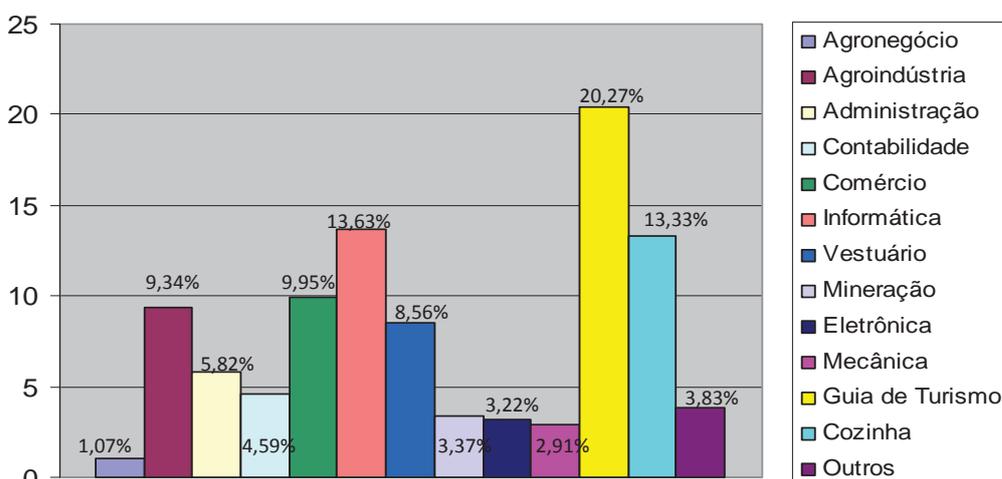
7.6.8 Distribuição dos entrevistados segundo a preferência por cursos de nível técnico.

No tocante aos cursos de nível técnico, a preferência foi caracterizada de modo que os indivíduos entrevistados pudessem assinalar seu interesse apenas por um dos cursos.

A preferência dos pesquisados por cursos de nível técnico recaiu sobre os cursos de Guia de Turismo (20,27%), Cozinha (13,33%) e Informática (13,63), conforme gráfico 52. Esta preferência é uma característica típica das economias voltadas para o setor terciário, como é o caso do município de São Raimundo Nonato, onde se localiza o Parque Nacional da Serra da Capivara e o Museu do Homem Americano.

O guia de turismo merece especial atenção, uma vez que é uma região voltada para o turismo.

Gráfico 52 - Distribuição dos entrevistados segundo a preferência por cursos de nível técnico em Piripiri-PI.



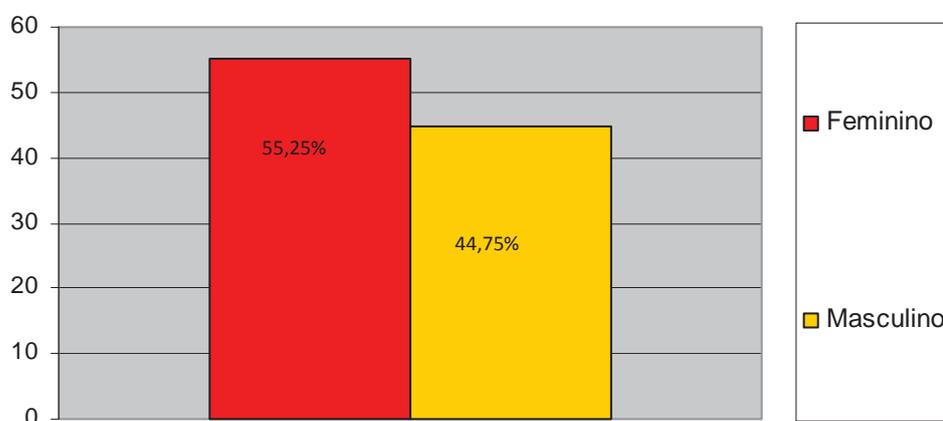
Considerando as informações contidas nesta pesquisa, os cursos implantados no *Campus* São Raimundo Nonato foram os seguintes: Cozinha, Guia de Turismo e Informática.

7.7 MICRORREGIÃO DO ALTO PARNAÍBA PIAUIENSE (URUÇUÍ – PI)

7.7.1 Distribuição dos entrevistados segundo o sexo

Tomando-se por base os questionários aplicados, observou-se a predominância de indivíduos do sexo feminino (55,25%), conforme o gráfico 53.

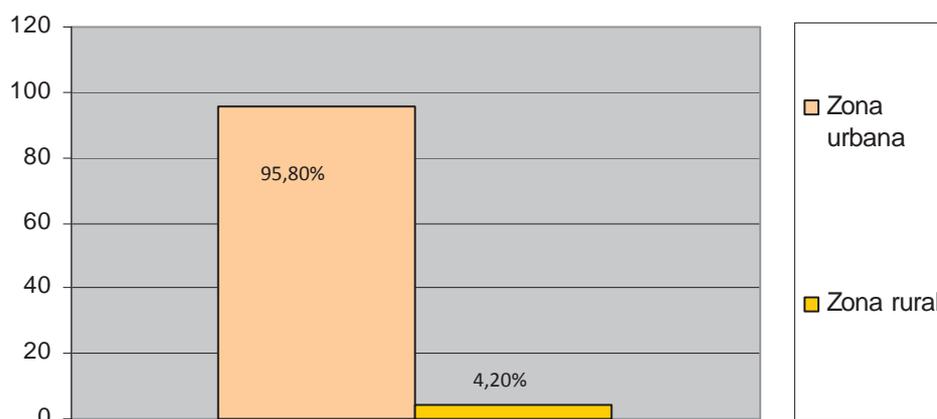
Gráfico 53 - Distribuição dos entrevistados segundo o sexo em Uruçuí-PI.



7.7.2 Distribuição dos entrevistados segundo a região onde mora

No que diz respeito ao local de moradia, constatou-se que quase a totalidade dos estudantes pesquisados reside na zona urbana do município (95,80%), de acordo com o gráfico 54.

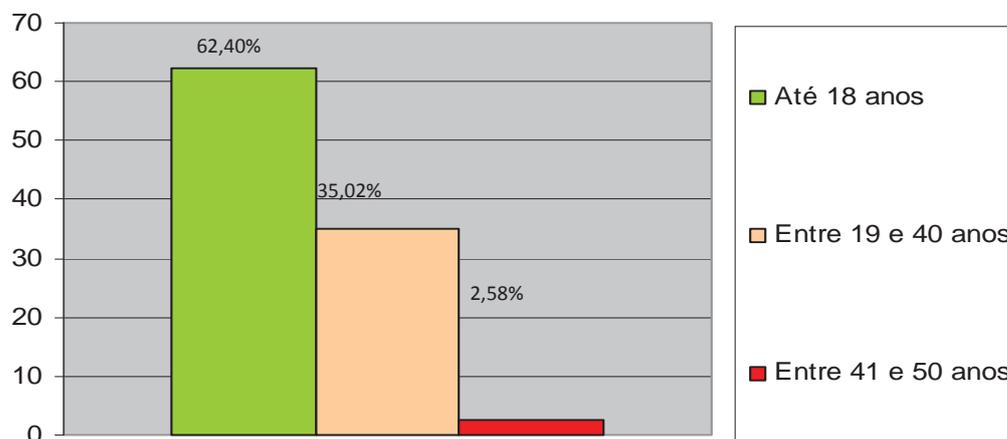
Gráfico 54 - Distribuição dos entrevistados segundo a região onde mora em Uruçuí-PI.



7.7.3 Distribuição dos entrevistados segundo a idade

Com relação à idade dos indivíduos pesquisados, verificou-se que a prevalência foi daqueles que possuem até 18 anos (62,40%), ficando em segundo lugar a faixa etária que compreende indivíduos com idade entre 19 e 40 anos (35,02%), segundo o Gráfico 55.

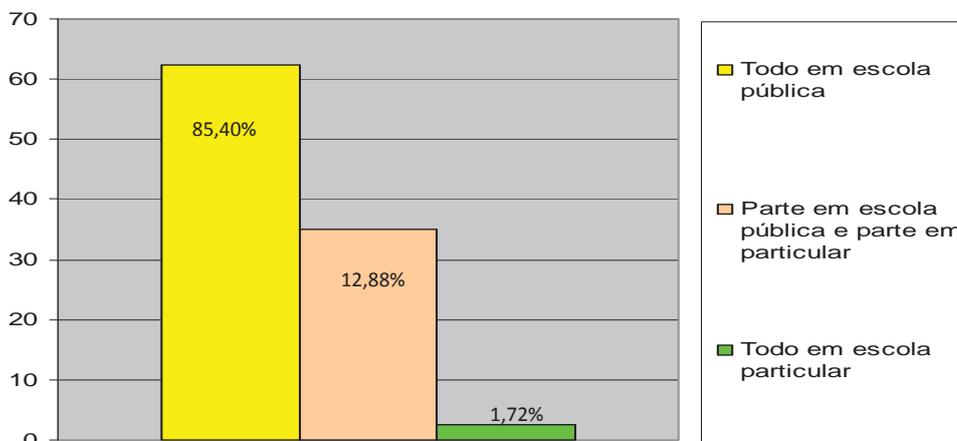
Gráfico 55 - Distribuição dos entrevistados segundo a idade em Uruçuí-PI..



7.7.4 Distribuição dos entrevistados segundo a rede de ensino cursada.

Com relação à rede de ensino cursada pelos estudantes pesquisados, a escola pública representa expressiva maioria (85,40%), de acordo com o gráfico 56.

Gráfico 56 - Distribuição dos entrevistados segundo a rede de ensino cursada em Uruçuí-PI.

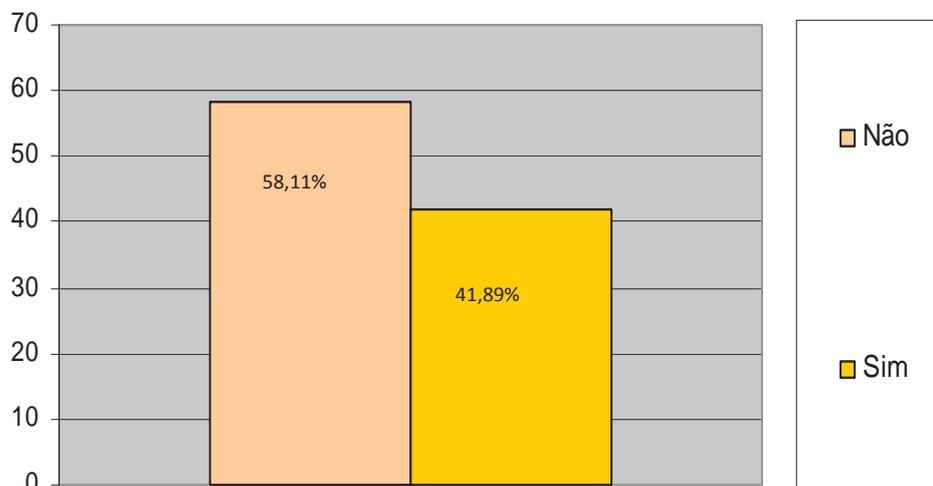


7.7.5 Distribuição dos entrevistados segundo a ocorrência de emprego.

No referido município, uma parcela significativa dos estudantes pesquisados se encontra no mercado de trabalho (41,89%). Porém, mais da metade deles (58,11%) ainda não está atuando no mercado de trabalho, conforme o gráfico 57.

Esta última informação pode significar que muitos destes estudantes dedicam-se exclusivamente aos estudos.

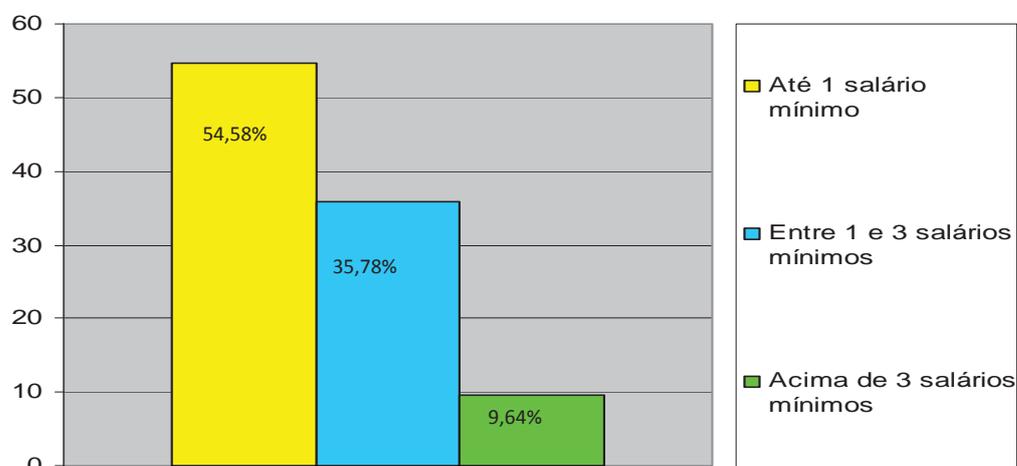
Gráfico 57 - Distribuição dos entrevistados segundo a ocorrência de emprego em Uruçuí-PI..



7.7.6 Distribuição dos entrevistados segundo a renda familiar

A distribuição dos estudantes pesquisados em relação aos estratos de renda familiar varia bastante. Entre os indivíduos que trabalham, o estrato que percebe remuneração de até 1 salário mínimo (54,58%) é bem superior ao estrato que percebe remuneração acima de 3 salários mínimos (9,64%), conforme gráfico 58.

Gráfico 58 - Distribuição dos entrevistados segundo a renda familiar em Uruçuí-PI.

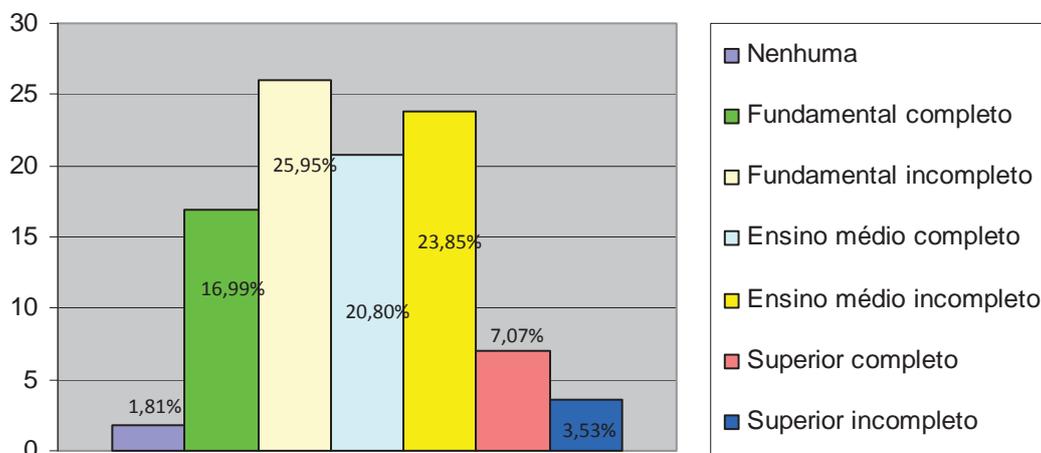


7.7.7 Distribuição dos entrevistados segundo o nível de escolaridade

Com relação ao nível de escolaridade dos indivíduos pesquisados, uma parcela (20,80%) destes afirmou haver concluído o Ensino Médio, mas deseja ampliar sua escolaridade. Podemos constatar ainda que há uma quantidade bastante considerável de indivíduos frequentando o Ensino Médio (23,85%).

É necessário considerar, porém, que 25,95% dos pesquisados ainda não concluíram o Ensino Fundamental.

Gráfico 59 - Distribuição dos entrevistados segundo o nível de Escolaridade em Uruçuí-PI.



7.7.8 Distribuição dos entrevistados segundo a preferência por cursos de nível técnico.

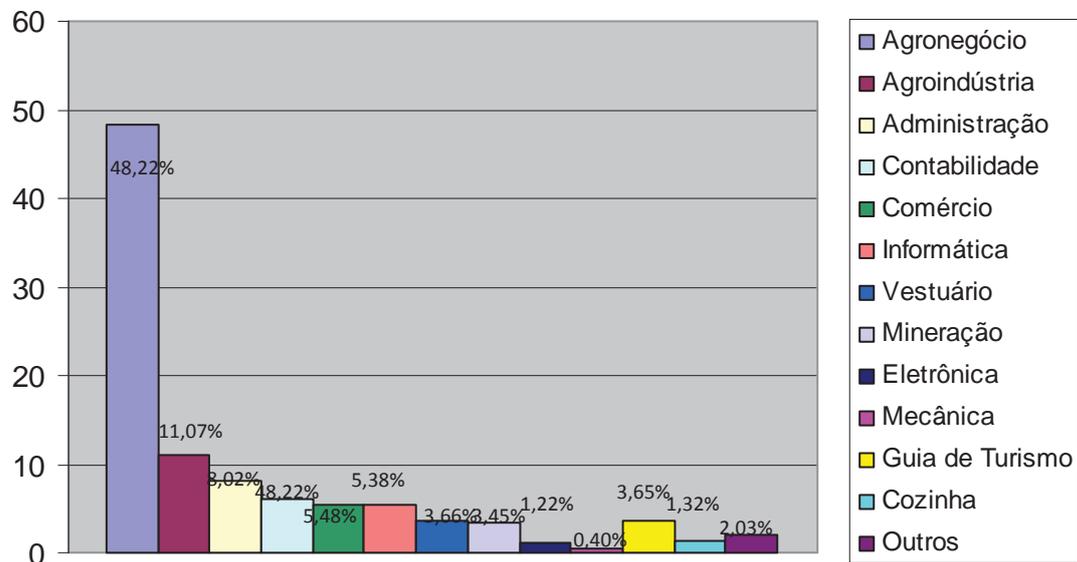
No tocante aos cursos de nível técnicos, as entrevistas foram organizadas de modo que os indivíduos entrevistados pudessem assinalar seu interesse apenas por um dos cursos.

O gráfico 60 mostra a preferência dos pesquisados por cursos de nível técnico em Agropecuária (48,22%) e Agroindústria (11,17%). Esta preferência é uma característica típica das economias voltadas para o setor primário, como é o caso do município de Uruçuí.

Estes setores merecem especial atenção, uma vez que há uma significativa produção na agropecuária e na agroindústria, que necessita de beneficiamento/industrialização, a fim de atender ao mercado consumidor.

Considerando as informações contidas nesta pesquisa, foram implantados no *campus* Uruçuí os seguintes cursos: Agropecuária e Agroindústria.

Gráfico 60 - Distribuição dos entrevistados segundo a preferência por cursos de nível técnico em Uruçuí-PI.



CONSIDERAÇÕES FINAIS

O período entre 2008 e 2010 representou um grande marco no processo de expansão do IFPI, com importante incremento em investimentos tanto em obras e equipamentos como em recursos humanos e qualificação de servidores. Foram criados seis campi, Teresina Zona sul, Angical, Corrente, Parnaíba, Paulistana, Picos, Piripiri, São Raimundo Nonato e Uruçuí, que proporcionaram o aumento no número de matrículas e a oferta de novos cursos à sociedade piauiense.

Ainda nesse período o IFPI aumentou a oferta de cursos de pós-graduação Lato Sensu, extensão, formação inicial e continuada, passou a oferecer bolsas acadêmicas discentes nas modalidades de iniciação científica, iniciação científica Jr e assistência estudantil, deu início às atividades da Comissão Própria de Avaliação e investiu na formação de mestres e doutores.

Nos anos seguintes, 2011 e 2012, esse processo continuou avançando. Em 2011 foram iniciadas as obras de construção dos Campi de Oeiras, Pedro II, São João do Piauí e reiniciadas obras de construção para conclusão do Campus Paulistana. No ano de 2012 houve a finalização das obras de construção dos Campi de São João do Piauí, Oeiras, Pedro II, Paulistana, Valença do Piauí, Campo Maior, Cocal, com previsão de funcionamento no segundo semestre de 2013. Dessa forma, o IFPI conta hoje com 17 campi distribuídos em todo o Estado do Piauí.

No que se refere à evolução em recursos humanos, de pouco mais de 200 servidores em 2008, hoje já são cerca de 1.300 professores e técnicos administrativos em atividade na instituição, a fim de atender às demandas de ensino, pesquisa e extensão em todo território piauiense. Destacamos também, que concomitante a isso houve um grande crescimento na qualificação docente, passando de 80 mestres e 13 doutores em 2005 para 296 mestres e 54 doutores em 2012.

Ainda em 2012, o processo de Expansão da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica ganhou novo reforço com o lançamento, do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec), com o objetivo de expandir, interiorizar e democratizar a oferta de cursos técnicos e profissionais

de nível médio, e de cursos de formação inicial e continuada para trabalhadores. A previsão é que a rede federal alcance cerca de 600 unidades escolares administradas pelos 38 institutos federais de educação, ciência e tecnologia.

No Piauí, a intenção é construir, no mínimo, 10 novos campi. A ideia inicial é de que sejam contemplados os municípios de Campo Maior, Valença, Pio IX, Canto do Buriti, Colônia do Gurguéia, Barras, Esperantina, Guadalupe, Bom Jesus e Cocal; além de existir a pretensão de ampliar essa oferta também para cidades como Palmeirais, Alto Longá e José de Freitas.

A realidade do ano de 2013 reflete do processo de expansão ocorrido no período analisado nesta pesquisa. Atualmente o IFPI possui mais de 16 mil alunos na modalidade presencial e mais de três mil na modalidade Educação a Distância (EaD) e todos os municípios com mais de 50 mil habitantes do Piauí já possuem IFPI.

Uma vez que os cursos são implantados nos campi considerando estrategicamente as demandas profissionais de interesse da população local, conclui-se que, “a expansão do IFPI, além de contribuir para melhorar a educação profissional, corrobora para a preparação de jovens e adultos, objetivando uma qualificação adequada às demandas econômicas e sociais das microrregiões para a interiorização da educação e para a popularização ciência no estado do Piauí”.

REFERÊNCIAS

ALENCAR, Maria Teresa de. **Pronaf como instrumento de atuação do Estado do Piauí no espaço rural do semiárido piauiense**. 370f. Tese (Doutorado em Geografia)-Universidade Federal de Sergipe, São Cristovão (SE), 2010. Disponível em: <<http://www.fundaj.gov.br/geral/observanordeste/livros-e-teses/tesedoutorado-mariaterezadealencar.pdf>>

AMORETTI, Juliana et. al. **Arranjos Produtivos Culturais e Sociais Locais e a Educação Profissional e Tecnológica**. In: I Jornada Nacional de Produção Científica em Educação Profissional e Tecnológica. Março de 2006.

ANDRADE, Manuel Correia de. **Uma geografia para o século XXI**. 4 ed. Campinas-SP: Papirus, 2002.

ANDRÉ, Marli. **Tendências atuais da pesquisa na escola**. In: *Cadernos Cedes*. Campinas- SP, v.18, n.43, 1997. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010132621997000200005&lng=en &nrm=iso>. Acesso em: 12 de jun 2009.

ANTÔNIO FILHO, Fadel David. **Impactos ambientais e gestão ambiental: comentários para debate**. 2003. Disponível em: <<http://www.rc.unesp.br/igce/geografia/CURSMS.html>>.

ANTÔNIO FILHO, Fadel David e Dezan, Dalva de Sousa. **Metodologias de pesquisa e procedimentos técnicos: considerações para o uso em projetos de pesquisa em geografia**. *CLIMEP*, Rio Claro, v. 4, n. 2, p. 79-92, jul/dez. 2009. <http://www.periodicos.rc.biblioteca.unesp.br/index.php/climatologia/issue/view/801>. Acesso: 05 abr. 2010.

AMUSEP - Associação Municipal do Setentrião Paranaense. **Plano de Desenvolvimento Regional**, Cascavel, dezembro de 1998.

AMOP - Associação Municipal do Oeste Paranaense. **Plano de Desenvolvimento Regional**, Maringá, dezembro de 1998.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR 10520: informações e documentações: citações em documentos: apresentações. Rio de Janeiro, 2002.

BAPTISTA, João Gabriel. **Geografia física do Piauí**. Teresina: COMEPI, 1981.

BERTRAND, G. **Paisagem e Geografia Física Global: esboço metodológico**. São Paulo, Instituto de Geografia. USP. 27p. (Caderno de Ciência da Terra. 13)

BEZERRA, Lucila e SOUSA, Ester – **Contribuições da Região Nordeste para a Agenda 21 Brasileira – Síntese Regional**, Brasília, junho de 2001.

BEZERRA, Lucila e SOUSA, Ester – **Contribuições da Região Norte para a Agenda 21 Brasileira – Síntese Regional**, Brasília, agosto de 2001.

BEZERRA, Lucila e SOUSA, Ester – **Contribuições da Região Sudeste para a Agenda 21 Brasileira – Síntese Regional**, Brasília, outubro de 2001.

BEZERRA, Lucila e SOUSA, Ester – **Contribuições da Região Sul para a Agenda 21 Brasileira – Síntese Regional**, Brasília, setembro de 2001.

BOTELHO, C. L. **A Filosofia e o Processo Evolutivo da Geografia**. Fortaleza/CE: Ed. da Universidade Federal do Ceará. 1987. Pág. 47-92.

BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. **Parâmetros Curriculares Nacionais: ensino médio**. Ciências humanas e suas tecnologias. Brasília: MEC, 1998.

_____. *Lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996*. Disponível em: <http://planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/l9394.htm> Acesso em: 21 de jun 2009.

_____. *Alvará de 1º de Abril de 1808*. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/revista/Rev_22/alvara_2.4.htm Acesso em 25 de jun 2009.

_____. *Educação profissional técnica de nível médio integrada ao ensino médio (documento base)*. Brasília: MEC – Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica, 2007.

_____. Parecer CNE/CEB 16/99. Disponível em: <http://planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/l9394.htm> Acesso em: 21 de jun 2009.

_____. Decreto nº 2.208/1997. Disponível em: <http://planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/l9394.htm> Acesso em: 21 de jun 2009.

_____. Decreto nº 5.154/2004. Disponível em: <http://planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/l9394.htm> Acesso em: 21 de jun 2009.

BUARQUE, Sérgio C. **Metodologia de Planejamento do Desenvolvimento Sustentável**. Recife, IICA, 1995 (mimeo). Publicado pelo IICA como *Desarrollo Sostenible Metodología de Planeamiento Experiencias del Nordeste de Brasil*. San José, Costa Rica: BMZ7GTZ-IICA, 1997^a.

_____. **Desenvolvimento Sustentável da Zona da Mata de Pernambuco**. Recife: SEPLAN/PR-IICA, mar. 1994 (Versão final, mimeo).

_____. **Planejamento do Desenvolvimento Sustentável - Problemas teóricos e técnicos de uma Nova Abordagem do Planejamento**. Recife: ICID, 1991 (*Paper* apresentado no Seminário do ICID, mimeo).

_____. **Metodologia de Planejamento do Desenvolvimento Local e Municipal Sustentável - Material para orientação técnica e treinamento de**

multiplicadores e técnicos em planejamento local e municipal. Recife: INCRA-IICA, 1997b (Publicado em livro pelo MEPF/INCRA-IICA).

CONAB. Companhia Nacional de Abastecimento. **Levantamento anual da produção de grãos**. Disponível em: <http://www.conab.gov.br>

CASSETI, V. **Ambiente e Apropriação do Relevo**. São Paulo: Contexto, 1991. 146 p.

CASTELLS, Manuel – **La Question Urbaine**, Ed. François Maspero, Paris, 1973

CASTRO, Iná Elias de; GOMES, Paulo César da Costa; CORRÊA, Roberto Lobato (orgs.). **Geografia: conceitos e temas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995.

CARVALHO, Maria Inez da Silva de Souza. **Fim de século: a escola e a geografia**. Ijuí-RS: Editora UNIJUÍ, 1998.

CASSETI, Valter. **Ambiente e apropriação do relevo**. São Paulo: Contexto. 1991.

CASTELLAR, Sônia; VILHENA, Jerusa. **Ensino de Geografia**. São Paulo: Cengage Learning, 2010 (Coleção idéias em ação / Coordenadora Ana Maria Pessoa de Carvalho).

CONCEFET. **Manifestação do CONCEFET sobre os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia**. Brasília-DF, 23 de agosto de 2007, mimeo.

CONDEPE – Conselho de Desenvolvimento de Pernambuco. **PERNAMBUCO 2010 – Estratégia de Desenvolvimento Sustentável de Pernambuco**. Recife: Condepe, 1996.

_____. **Plano de Desenvolvimento Sustentável do Sertão de Pernambuco**. Recife, Condepe, 1997.

COSTA, Heloísa Soares – **Desenvolvimento Urbano Sustentável: uma contradição de termos?** in Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional. Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais, A.1, n.2, 1999.

CLAVAL, Paul. **História da Geografia**. Lisboa: Edições 70, 2006.

CLOZIER, René. **História da Geografia** (trad. de N. C. e Ana Rabaça). 3 ed. Lisboa: Publicações Europa-América, 1972.

CHAVES, Mons. J.R.F. **Cadernos Históricos**. Prefeitura Municipal de Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 1993.

CHISTOFOLETTI, A. **Perspectivas da Geografia**. São Paulo/SP: Difel, 1985. 137 páginas.

_____. **A Inserção da Geografia na Política de Desenvolvimento Sustentável.** Geografia, Rio Claro/SP, 18 (1): 1-22. 1993b.

_____. **Modelagem de Sistemas Ambientais.** São Paulo: Ed. Edgard Blucher. 1999. Pág. 1-50.

CHISHOLM, M. **Geografia Humana: Evolução ou Revolução.** Tradução de Lenora Franco Machado de Cortelazzi. Rio de Janeiro: Interciência, 1979. p.170

DEMO, Pedro. **Introdução à metodologia da ciência.** 2 ed. São Paulo: Atlas, 2008.

_____. **Pesquisa: princípio científico e educativo.** 11 ed. São Paulo: Cortez, 2005.

FREITAS (H.), OLIVEIRA (M.), SACCOL (A.Z.) e MOSCAROLA (J.). **O método de pesquisa survey.** São Paulo/SP: *Revista de Administração da USP, RAUSP*, v. 35, nr. 3, Jul-Set. 2000, p.105-112

FRIGOTTO, Gaudêncio; CIAVATTA, Maria; RAMOS, Marise (orgs.). **Ensino médio integrado: concepção e contradições.** São Paulo: Cortez, 2005.

FRIGOTTO, G. **Formação Técnico-Profissional: avanço ou regressão ao dualismo, fragmentação e reducionismo economicista.** IICONED. Belo Horizonte. 08/11/1997.

GARCIA, T. M. F. **Origens e questões da etnografia educacional no Brasil: um balanço de teses e dissertações.** 2001. 308 f. Tese (Doutorado). Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2001.

GERARDI, L.H.O. & SILVA, B.C.N. **Quantificação em geografia.** São Paulo: DIFEL, 1981.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa.** 4 ed. São Paulo: Atlas, 2002.

_____. **A produção capitalista do espaço** (trad. de Carlos Szlak). 2 ed. São Paulo: Annablume, 2006.

GOMES, H. A. **A produção do espaço geográfico no capitalismo.** São Paulo. Editora Cobtexto, 1988.

HENRIQUE, Wendel. **O direito à natureza na cidade.** Salvador: EDUFBA, 2009.

HISSA, Cássio Eduardo Viana. **Geografia e transdisciplinaridade: avaliações preliminares.** In: *Cadernos de Geografia.* Belo Horizonte. V. 8. Nº 10. p. 5-20. Fev./1998.

IBGE. **Perfil dos municípios brasileiros**. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: 19 out. 2009.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) 2007**. Disponível em <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/condicaoodevida/indicadoresmimos/sinteseindicsoais2007/indic_sociais2007.pdf> Acesso em 13 de Fev 2010.

ISNARD, H. **O Espaço Geográfico**. Coimbra. Almedina, 1982.

KUENZER, Acácia Zeneida. **A reforma do ensino técnico no Brasil e suas conseqüências**. In: FERRETI, Celso J.; SILVA JR., João dos Reis; OLIVEIRA, Maria Rita N. S. (Orgs.).

KUENZER, Acácia Zeneida. **Ensino médio: construindo uma proposta para os que vivem do trabalho**. 6 ed. São Paulo: Cortez, 2009.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de metodologia científica**. 6 ed. São Paulo: Atlas, 2005.

LEÃO, Vicente de Paula; LEÃO, Inez Aparecida de Carvalho. **Ensino de Geografia e mídia: linguagens e práticas pedagógicas**. Belo Horizonte – MG: Argvmentvm. 2008.

LIMA, G. P. **Atlas da exclusão social no Piauí**. Teresina: Fundação CEPRO, 2003, 230p.

MICHALISZYN, Mario Sérgio; TOMASINI, Ricardo. **Pesquisa: orientações e normas para elaboração de projetos, monografias e artigos científicos**. 2 ed. Petrópolis-RJ: Vozes, 2005.

MORAES, Antonio Carlos Robert. **Notas sobre identidade nacional e institucionalização da Geografia no Brasil**. In: *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 4, n. 8, 1991, pp. 166-176.

MOREIRA, Ruy. **Para onde vai o pensamento geográfico?: Por uma epistemologia crítica**. São Paulo: Contexto, 2006.

NUNES, J. O. R., SUERTERGARAY, D. M. A. **A Natureza da Geografia Física na Geografia**. São Paulo: terra Livre – AGB – Associação dos Geógrafos Brasileiros. N. 17, p. 11 – 24. 2º semestre/2001.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. **Trajetória e compromissos da Geografia Brasileira**. In: *Cadernos Cedes*, Campinas-SP, n. 39, pp. 07-21, dez. 1996.

ORLANDI. Eni P. **Michel Pêcheux e a análise de discurso**. In: *Estudos da Língua(gem)*. Vitória da Conquista – BA, n. 1, p. 9-13, junho 2005.

PNUD. **Desenvolvimento humano e condições de vida: indicadores brasileiros**. Brasília, 2001.

PNUD. **Atlas do desenvolvimento humano no Brasil**. Disponível em: <<http://www.pnud.org.br>>. Acesso em: 19 out. 2009.

PIAUÍ, **Atlas do Estado do Piauí**. Rio de Janeiro: IBGE, 1990.

RAMOS, Marise. **Possibilidades e desafios na organização do currículo integrado**. In: FRIGOTTO, Gaudêncio; CIAVATTA, Maria; RAMOS, Marise (orgs.). *Ensino médio integrado: concepção e contradições*. São Paulo: Cortez, 2005.

RAMOS, Marise; FRIGOTTO, Gaudêncio; CIAVATTA, Maria. **A política de educação profissional do governo Lula: um percurso histórico controvertido**. In: *Educação e Sociedade*. V 26 nº 92. Campinas: UNICAMP/CEDES, 2005.

ROSS, Jurandyr Luciano Sanches (org.). **Geografia do Brasil**. 3 ed. São Paulo: EDUSP, 2000.

RODRIGUES, Joselina Lima Pereira. **Geografia e história do Piauí: estudos regionais**. Teresina: Halley S.A., 2008. 328p.

SANTOS, B. de S. **A Crítica da Razão Indolente**. São Paulo: Cortez, 2001. Pág 55 – 117.

SANTOS, Milton. **Pensando o espaço do homem**. 5 ed.. São Paulo: EDUSP, 2007.

_____. **Por uma geografia nova: da crítica da geografia a uma geografia crítica**. São Paulo: EDUSP, 2002.

_____. **A natureza do espaço – técnica e tempo: razão e emoção**. 3 ed. São Paulo: Hucitec, 1999.

_____. **Espaço e método**. São Paulo: NOBEL, 1986.

SAVIANI, Dermeval. **Escola e democracia**. 6 ed. São Paulo: Cortez, 1985.

SOUSA, Ester. **Desenvolvimento Sustentável: um marco conceitual para o ÁRIDAS**. Recife, IICA, 1994.

SOJA, Edward W. **Geografias pós-modernas: a reafirmação do espaço na teoria social**. Tradução de Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor. 1993

SOUZA, Marcelo Lopes de; RODRIGUES, Glauco Bruce. **Planejamento urbano e ativismos sociais**. São Paulo: UNESP, 2004.

SOUZA, Rosa Fátima de. **Política curricular no estado de São Paulo nos anos 1980 e 1990**. In: Cadernos de Pesquisa, São Paulo: FCC, v. 36, n. 127, p. 203-221, jan./abr. 2006.

SPOSITO, Eliseu Savério. **Geografia e filosofia: contribuição para o ensino do pensamento geográfico**. São Paulo: Editora UNESP, 2004.

SUERTEGARAY, Dirce Maria Antunes. Pesquisa e educação de professores. In: PONTUSCHKA, Nídia Nacib; OLIVEIRA, Arioaldo Umbelino de (orgs.). **Geografia em perspectiva**. 3 ed. São Paulo: Contexto, 2006.

TERESINA. **Agenda 2015** – a cidade que temos e a cidade que queremos. s/d. Disponível em: <<http://www.teresina.pi.gov.br/portalmpt/orgao/SEMPPLAN/doc/20080924-160-599-D.pdf>> Acesso em 16 de Fev 2010.

_____ (org.). **O ensino de Geografia no século XXI**. 2 ed. Campinas-SP: Papyrus, 2004.

VLACH, Vânia Rubia. O ensino de Geografia no Brasil: uma perspectiva histórica. In: VESENTINI, José William (org.). **O ensino de Geografia no século XXI**. 2 ed. Campinas-SP: Papyrus, 2004.

VICENTE, L. E.; PEREZ FILHO, A. **Abordagem Sistêmica e Geografia**. GEOGRAFIA – Associação de Geografia Teorética. Rio Claro/SP. V. 28, n. 3 set. a dez 2003. Pág: 323-344.

WIELEWICKI, Vera Helena Gomes. **A pesquisa etnográfica como construção discursiva**. In: Acta Scientiarum, Maringá-PR, 23 (1), 2001, pp. 27-32.

ZOTTI, Solange. **Organização do ensino primário no Brasil: uma leitura da história do currículo oficial**. In: LOMBARDI, José Claudinei; SAVIANI, Dermeval; NASCIMENTO, Maria Isabel Moura (orgs.). Navegando pela história da educação brasileira. Campinas-SP: Graf FE: HISTEDBR, 2006, p. 2-27.

ZOTTI, Solange. A. **Sociedade, Educação e Currículo no Brasil: dos jesuítas aos anos de 1980**. Campinas: Autores Associados; Brasília-DF: Editora Plano, 2004

APÊNDICE

CARACTERIZAÇÃO DA POPULAÇÃO DA MICRORREGIÃO DO MÉDIO PARNAÍBA PIAUIENSE (ANGICAL – PI) QUANTO À DEMANDA POR CURSOS DE FORMAÇÃO PROFISSIONAL

Quadro 08 - Distribuição dos entrevistados segundo o sexo.

Sexo	Quantidade	%
Feminino	746	62,85
Masculino	441	37,15
Total	581	100,00

Fonte: Pesquisa direta, março/2008

Quadro 09 - Distribuição dos entrevistados segundo a região onde mora

Região onde mora	Quantidade	%
Zona urbana	979	82,48
Zona rural	208	17,52
Total	581	100,00

Fonte: Pesquisa direta, março/2008

Quadro 10 - Distribuição dos entrevistados segundo a idade

Idade	Quantidade	%
Até 18 anos	694	58,47
Entre 19 e 40 anos	475	40,00
Entre 41 e 50 anos	18	1,53
Total	581	100,00

Fonte: Pesquisa direta, março/2008.

Quadro 11 - Distribuição dos entrevistados segundo a rede de ensino cursada

Rede de ensino	Quantidade	%
Todo em escola pública	885	74,55
Todo em escola particular	200	16,85
Parte em escola pública e parte em particular	102	8,60
Total	581	100,00

Fonte: Pesquisa direta, março/2008

Quadro 12 - Distribuição dos entrevistados segundo a ocorrência de emprego

Está trabalhando?	Quantidade	%
Não	931	78,43
Sim	256	21,57
Total	581	100,00

Fonte: Pesquisa direta, março/2008

Quadro 13 - Distribuição dos entrevistados segundo a renda familiar

Renda familiar	Quantidade	%
Até 1 salário mínimo	611	51,48
Entre 1 e 3 salários mínimos	430	36,22
Acima de 3 salários mínimos	146	12,30
Total	581	100,00

Fonte: Pesquisa direta, março/2008

Quadro 14 - Distribuição dos entrevistados segundo o nível de escolaridade

Escolaridade	Quantidade	(%)
Nenhuma	11	1,89
Fundamental completo	68	11,70
Fundamental incompleto	82	14,11
Ensino médio completo	202	34,78
Ensino médio incompleto	144	24,79
Superior completo	49	8,43
Superior incompleto	25	4,30
Total	581	100,00

Fonte: Pesquisa direta, fev/2008

Quadro 15 - Distribuição dos entrevistados segundo a preferência por cursos profissionalizantes

Curso de nível técnico	Quantidade	(%)
Agronegócio	10	1,72
Agroindústria	5	0,86
Administração	151	25,99
Contabilidade	36	6,19
Comércio	82	14,12
Informática	119	20,48
Vestuário	37	6,37
Mineração	38	6,54
Eletrônica	20	3,44
Mecânica	20	3,44
Guia de Turismo	10	1,73
Cozinha	38	6,54
Outros	15	2,58
Total	581	100,00

Fonte: Pesquisa direta, fevereiro/2008

CARACTERIZAÇÃO DA POPULAÇÃO DA MICRORREGIÃO DAS CHAPADAS DO EXTREMO SUL PIAUIENSE (CORRENTE - PI) QUANTO À DEMANDA POR CURSOS DE FORMAÇÃO PROFISSIONAL.

Quadro 16 - Distribuição dos entrevistados segundo o sexo

Sexo	Quantidade	%
Feminino	571	54,27
Masculino	481	45,73
Total	1052	100,00

Fonte: Pesquisa direta, maio/2007

Quadro 17 - Distribuição dos entrevistados segundo a região onde mora

Região onde mora	Quantidade	%
Zona Urbana	952	90,50
Zona Rural	100	9,50
Total	1052	100,00

Fonte: Pesquisa direta, maio/2008

Quadro 18 - Distribuição dos entrevistados segundo a idade

Idade	Quantidade	%
Até 18 anos	655	62,26
Entre 19 e 40 anos	368	34,98
Entre 41 e 50 anos	29	2,76
Total	1052	100,00

Fonte: Pesquisa direta, maio/2008

Quadro 19 - Distribuição dos entrevistados segundo a rede de ensino cursada

Rede de ensino	Quantidade	%
Todo em escola pública	700	66,54
Parte em escola pública e parte em particular	195	18,53
Todo em escola particular	157	14,93
Total	1052	100,00

Fonte: Pesquisa direta, maio/2007

Quadro 20 - Distribuição dos entrevistados segundo a ocorrência de emprego

Está trabalhando?	Quantidade	%
Não	617	58,65
Sim	435	41,35
Total	1052	100,00

Fonte: Pesquisa direta, maio/2007

Quadro 21 - Distribuição dos entrevistados segundo a renda familiar

Renda familiar	Quantidade	%
Até 1 salário mínimo	585	55,60
Entre 1 e 3 salários mínimos	360	34,22
Acima de 3 salários mínimos	107	10,18
Total	1052	100,00

Fonte: Pesquisa direta, maio/2007

Quadro 22 - Distribuição dos entrevistados segundo o nível de escolaridade

Escolaridade	Quantidade	(%)
Nenhuma	20	
Fundamental completo	179	
Fundamental incompleto	270	
Ensino médio completo	220	
Ensino médio incompleto	248	
Superior completo	75	
Superior incompleto	40	
Total	1052	100,00

Fonte: Pesquisa direta, maio/2008

Quadro 23 - Distribuição dos entrevistados segundo a preferência por cursos profissionalizantes

Cursos de capacitação escolhidos	Quantidade	%
Agronegócio	442	42,02
Agroindústria	86	8,17
Administração	83	7,89
Contabilidade	40	3,80
Comércio	49	4,66
Informática	107	10,17
Vestuário	42	3,99
Mineração	41	3,90
Eletrônica	33	3,14
Mecânica	16	1,52
Guia de Turismo	69	6,55
Cozinha	15	1,43
Outros	29	2,76
Total	1052	100,00

Fonte: Pesquisa direta, maio/2007

CARACTERIZAÇÃO DA POPULAÇÃO DA MICRORREGIÃO DO ALTO MÉDIO CANINDÉ (PAULISTANA- PI) QUANTO À DEMANDA POR CURSOS DE FORMAÇÃO PROFISSIONAL.

Quadro 24 - Distribuição dos entrevistados segundo o sexo

Sexo	Quantidade	%
Feminino	562	60,82
Masculino	362	39,18
Total	924	100,00

Fonte: Pesquisa direta, março/2008.

Quadro 25 - Distribuição dos entrevistados segundo a região onde mora

Região onde mora	Quantidade	%
Zona Urbana	729	78,90
Zona Rural	195	21,10
Total	924	100,00

Fonte: Pesquisa direta, março/2008

Quadro 26 - Distribuição dos entrevistados segundo a idade

Idade	Quantidade	%
Até 18 anos	462	50,00
Entre 19 e 40 anos	389	42,10
Entre 41 e 50 anos	73	7,90
Total	924	100,00

Fonte: Pesquisa direta, março/2008

Quadro 27 - Distribuição dos entrevistados segundo a rede de ensino cursada

Rede de ensino	Quantidade	%
Todo em escola pública	776	83,98
Parte em escola pública e parte em particular	84	9,09
Todo em escola particular	64	6,93
Total	924	100,00

Fonte: Pesquisa direta, março/2008

Quadro 28 - Distribuição dos entrevistados segundo a ocorrência de emprego

Está trabalhando?	Quantidade	%
Não	545	59,00
Sim	379	41,00
Total	924	100,00

Fonte: Pesquisa direta, março/2008

Quadro 29 - Distribuição dos entrevistados segundo a renda familiar

Renda familiar	Quantidade	%
Até 1 salário mínimo	579	62,66
Entre 1 e 3 salários mínimos	270	29,22
Acima de 3 salários mínimos	75	8,12
Total	924	100,00

Fonte: Pesquisa direta, março/2008

Quadro 30 - Distribuição dos entrevistados segundo o nível de escolaridade

Escolaridade	Quantidade	(%)
Nenhuma	17	1,84
Fundamental completo	138	14,94
Fundamental incompleto	182	19,70
Ensino médio completo	252	27,27
Ensino médio incompleto	250	27,05
Superior completo	59	6,39
Superior incompleto	26	2,81
Total	924	100,00

Fonte: Pesquisa direta, fev/2008.

Quadro 31 - Distribuição dos entrevistados segundo a preferência por cursos profissionalizantes

Cursos de capacitação escolhidos	Quantidade	%
Agronegócio	39	4,56
Agroindústria	65	7,60
Administração	90	10,51
Contabilidade	87	10,16
Comércio	80	9,35
Informática	161	18,80
Vestuário	56	6,54
Mineração	200	23,36
Eletrônica	13	1,52
Mecânica	10	1,17
Guia de Turismo	19	2,22
Cozinha	10	1,17
Outros	26	3,04
Total	856	100,00

Fonte: Pesquisa direta, março/2008.

CARACTERIZAÇÃO DA POPULAÇÃO DA MICRORREGIÃO DO BAIXO PARNAÍBA PIAUIENSE (PIRIPIRI – PI) QUANTO À DEMANDA POR CURSOS DE FORMAÇÃO PROFISSIONAL.

Quadro 32 - Distribuição dos entrevistados segundo o sexo.

Sexo	Quantidade	%
Feminino	746	62,85
Masculino	441	37,15
Total	1187	100,00

Fonte: Pesquisa direta, março/2008

Quadro 33 - Distribuição dos entrevistados segundo a região onde mora

Região onde mora	Quantidade	%
Zona urbana	979	82,48
Zona rural	208	17,52
Total	1187	100,00

Fonte: Pesquisa direta, março/2008

Quadro 34 - Distribuição dos entrevistados segundo a idade

Idade	Quantidade	%
Até 18 anos	694	58,47
Entre 19 e 40 anos	475	40,00
Entre 41 e 50 anos	18	1,53
Total	1187	100,00

Fonte: Pesquisa direta, março/2007

Quadro 35 - Distribuição dos entrevistados segundo a rede de ensino cursada

Rede de ensino	Quantidade	%
Todo em escola pública	885	74,55
Todo em escola particular	200	16,85
Parte em escola pública e parte em particular	102	8,60
Total	1187	100,00

Fonte: Pesquisa direta, março/2008

Quadro 36 - Distribuição dos entrevistados segundo a ocorrência de emprego

Está trabalhando?	Quantidade	%
Não	931	78,43
Sim	256	21,57
Total	1187	100,00

Fonte: Pesquisa direta, março/2008

Quadro 37 – Distribuição dos entrevistados segundo a renda familiar

Renda familiar	Quantidade	%
Até 1 salário mínimo	611	51,48
Entre 1 e 3 salários mínimos	430	36,22
Acima de 3 salários mínimos	146	12,30
Total	1187	100,00

Fonte: Pesquisa direta, março/2008

Quadro 38 - Distribuição dos entrevistados segundo o nível de escolaridade

Escolaridade	Quantidade	(%)
Nenhuma	17	1,56
Fundamental completo	168	14,46
Fundamental incompleto	182	16,74
Ensino médio completo	202	18,58
Ensino médio incompleto	244	22,45
Superior completo	149	14,71
Superior incompleto	125	11,50
Total	1087	100,00

Fonte: Pesquisa direta, fevereiro/2008

Quadro 39 - Distribuição dos entrevistados segundo a preferência por cursos profissionalizantes

Cursos técnicos escolhidos	Quantidade	%
Agronegócio	64	5,89
Agroindústria	52	4,78
Administração	376	34,57
Contabilidade	148	13,63
Comércio	79	7,27
Informática	49	4,52
Vestuário	184	16,92
Mineração	35	3,22
Eletrônica	31	2,85
Mecânica	10	0,92
Guia de Turismo	39	3,59
Cozinha	10	0,92
Outros	10	0,92
Total	1087	100,00

Fonte: Pesquisa direta, março/2008

CARACTERIZAÇÃO DA POPULAÇÃO DA MICRORREGIÃO SÃO RAIMUNDO NONATO QUANTO À DEMANDA POR CURSOS DE FORMAÇÃO PROFISSIONAL.

Quadro 40 - Distribuição dos entrevistados por sexo

SEXO	QUANTIDADE	%
Feminino	376	57,58
Masculino	277	42,42
Total	653	100,00

Fonte: Pesquisa direta, julho/2008

Quadro 41 - Distribuição dos entrevistados segundo a região de moradia

Região de moradia	Quantidade	%
Zona rural	361	55,28
Zona urbana	292	44,72
Total	653	100,00

Fonte: Pesquisa direta, julho/2008

Quadro 42 - Distribuição dos entrevistados segundo a idade

Idade	Quantidade	%
Até 18 anos	404	61,87
Entre 19 e 40 anos	227	34,76
Entre 41 e 50 anos	22	3,37
Total	653	100,00

Fonte: Pesquisa direta, março/2008

Quadro 43 - Distribuição dos entrevistados segundo a rede de ensino cursada

Rede de ensino cursada	Quantidade	%
Todo em escola pública	544	83,31
Parte em escola pública e parte em particular	74	11,33
Todo em escola particular	35	5,36
Total	653	100,00

Fonte: Pesquisa direta, julho/200

Quadro 44 - Distribuição dos entrevistados segundo a condição de emprego

Condição de emprego	Quantidade	%
Sim	451	69,07
Não	202	30,93
Total	653	100,00

Fonte: Pesquisa direta, julho/2008

Quadro 45 - Distribuição dos entrevistados segundo a renda familiar mensal

Renda familiar mensal	Quantidade	%
Até 1 salário mínimo	430	65,85
Entre 1 e 3 salários mínimos	186	28,48
Acima de 3 salários mínimos	37	5,67
Total	653	100,00

Fonte: Pesquisa direta, julho/2008

Quadro 46 - Distribuição dos entrevistados segundo o nível de escolaridade

Escolaridade	Quantidade	(%)
Nenhuma	24	3,67
Fundamental completo	98	15,01
Fundamental incompleto	172	26,34
Ensino médio completo	118	18,07
Ensino médio incompleto	120	18,38
Superior completo	79	12,10
Superior incompleto	42	6,43
Total	653	100,00

Fonte: Pesquisa direta, julho/2008

Quadro 47 - Distribuição dos entrevistados segundo a preferência por cursos profissionalizantes

Cursos técnicos escolhidos	Quantidade	%
Agronegócio	7	1,07
Agroindústria	61	9,34
Administração	38	5,82
Contabilidade	30	4,59
Comércio	65	9,95
Informática	89	13,63
Vestuário	56	8,56
Mineração	22	3,37
Eletrônica	21	3,22
Mecânica	19	2,91
Guia de Turismo	133	20,37
Cozinha	87	13,33
Outros	25	3,83
Total	653	100,0

Fonte: Pesquisa direta, julho/2008

CARACTERIZAÇÃO DA POPULAÇÃO DA MICRORREGIÃO DO ALTO PARNAÍBA PIAUIENSE (URUÇUI – PI) QUANTO À DEMANDA POR CURSOS DE FORMAÇÃO PROFISSIONAL

Quadro 48- Distribuição dos entrevistados segundo o sexo.

Sexo	Quantidade	%
Feminino	579	55,25
Masculino	469	44,75
Total	1048	100,00

Fonte: Pesquisa direta, abril/2007

Quadro 49 - Distribuição dos entrevistados segundo a região onde mora

Região onde mora	Quantidade	%
Zona urbana	1004	95,80
Zona rural	44	4,20
Total	1048	100,00

Fonte: Pesquisa direta, abril/2008

Quadro 50 - Distribuição dos entrevistados segundo a idade

Idade	Quantidade	%
Até 18 anos	654	62,40
Entre 19 e 40 anos	367	35,02
Entre 41 e 50 anos	27	2,58
Total	1048	100,00

Fonte: Pesquisa direta, abril/2008

Quadro 51 - Distribuição dos entrevistados segundo a rede de ensino cursada

Rede de ensino	Quantidade	%
Todo em escola pública	895	85,40
Parte em escola pública e parte em particular	135	12,88
Todo em escola particular	18	1,72
Total	1048	100,00

Fonte: Pesquisa direta, abril /2008

Quadro 52 - Distribuição dos entrevistados segundo a ocorrência de emprego

Está trabalhando?	Quantidade	%
Não	609	58,11
Sim	439	41,89
Total	1048	100,00

Fonte: Pesquisa direta, abril /2008

Quadro 53 - Distribuição dos entrevistados segundo a renda familiar

Renda familiar	Quantidade	%
Até 1 salário mínimo	572	54,58
Entre 1 e 3 salários mínimos	375	35,78
Acima de 3 salários mínimos	101	9,64
Total	1048	100,00

Fonte: Pesquisa direta, abril /2008

Quadro 54 - Distribuição dos entrevistados segundo o nível de escolaridade

Escolaridade	Quantidade	(%)
Nenhuma	19	1,81
Fundamental completo	178	16,99
Fundamental incompleto	272	25,95
Ensino médio completo	218	20,80
Ensino médio incompleto	250	23,85
Superior completo	74	7,07
Superior incompleto	37	3,53
Total	1048	100,00

Fonte: Pesquisa direta, abril/2008

Quadro 55 - Distribuição dos entrevistados segundo a preferência por cursos profissionalizantes

Cursos técnicos escolhidos	Quantidade	%
Agronegócio	475	48,22
Agroindústria	109	11,07
Administração	79	8,02
Contabilidade	60	6,09
Comércio	54	5,48
Informática	53	5,38
Vestuário	36	3,66
Mineração	34	3,45
Eletrônica	12	1,22
Mecânica	4	0,40
Guia de Turismo	36	3,65
Cozinha	13	1,32
Outros	20	2,03
Total	985	100,00

Fonte: Pesquisa direta, abril/2008